DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

VERSÃO COMPLETA 2026 - 2027

Preparado por:
Coordenadoria de Ensino Técnico e Superior

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio Gomes de Freitas
Governador

Vahan Agopyan
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Secretária-Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ana Claudia M. Bellotti
Chefe de Gabinete

André Carlos Busanelli de Aquino
Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Marcos Nogueira Martins
Coordenador de Ensino Técnico e Superior

Marcelo Caldeira Pedroso
Coordenador de Ambientes de Inovação

Sirlei José Gonçalves
Coordenador de Programas

Elaboração Técnica
Rodrigo Masteguim Pimenta

Texto e Revisão
Rodrigo Masteguim Pimenta
Lucas Rodrigues de Souza Santos
Diogo Salvador
Beatriz Riuli

Projeto Gráfico
Lucas Rodrigues de Souza Santos

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Estabelecida em janeiro de 2023, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) tem o papel de formular, implantar e coordenar a execução de políticas públicas voltadas à promoção da pesquisa e da inovação tecnológica, bem como ao ensino superior. Atua, também, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", na oferta de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante.

Missão

Promover ciência, tecnologia, inovação e ensino superior como pilares do desenvolvimento sustentável de São Paulo.

Visão

Ser referência nacional e internacional na condução de políticas públicas que transformam conhecimento em soluções, impulsionando um ecossistema dinâmico de inovação, educação e desenvolvimento para todos os paulistas.

Valores

Excelência pública, educação transformadora, colaboração e articulação, inclusão e visão de futuro para o cidadão.

APRESENTAÇÃO

As diretrizes para o fortalecimento do ensino técnico e do ensino superior de São Paulo, elaborado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, representam um passo estratégico essencial para aprimorar a educação superior paulista nos próximos anos. Por meio deste documento, identificamos os avanços obtidos, os desafios atuais e as oportunidades para consolidar e expandir o papel das instituições públicas de ensino superior na formação de talentos e na geração de conhecimento para o desenvolvimento sustentável do Estado.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

A educação superior e a técnica exercem um papel decisivo na promoção da competitividade, da inovação e da equidade social em São Paulo e no Brasil. Elas qualificam a força de trabalho, impulsionam a pesquisa, a geração e a transferência de tecnologias, e fortalecem a capacidade do país de responder aos desafios contemporâneos com soluções criativas e eficazes.

Este documento reforça nosso compromisso com uma gestão pública eficiente, transparente e orientada por evidências, alinhada às necessidades da sociedade paulista. É um instrumento que guiará decisões estratégicas, possibilitando ações coordenadas e eficazes para uma educação superior inclusiva, inovadora e de excelência.

Contamos com o engajamento de toda a comunidade acadêmica, gestores públicos e sociedade civil para juntos alcançarmos os objetivos estratégicos aqui apresentados.

VERSÃO ELABORADA EM: 09/02/2026

SUMÁRIO

Resumo Executivo..... 6

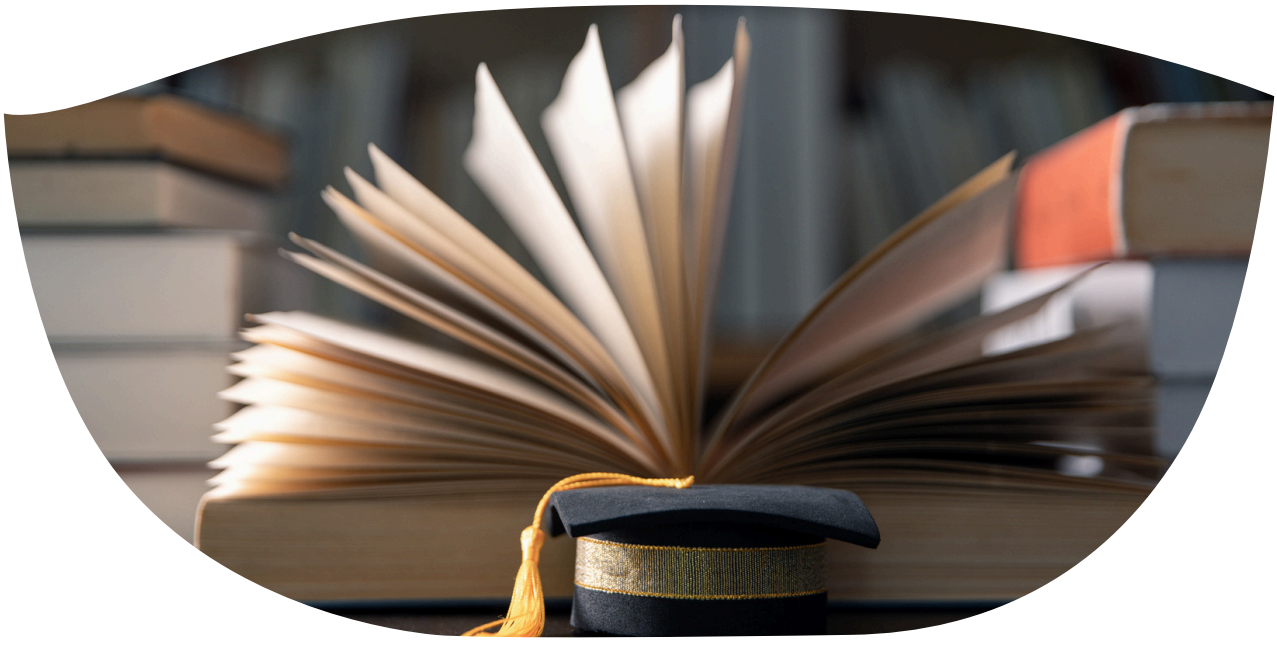
Introdução 9

De onde viemos?..... 11

Onde estamos? 25

Quais desafios precisamos enfrentar? 57

Para onde vamos?..... 71



RESUMO EXECUTIVO

Diretrizes para o Fortalecimento do Ensino Técnico e do Ensino Superior do Estado de São Paulo (2026–2027)

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborou este conjunto de diretrizes com o objetivo de consolidar uma estratégia para o fortalecimento do ensino técnico e superior entre os anos de 2026 e 2027. Embora o período seja relativamente curto em termos educacionais, o documento busca orientar ações imediatas e servir como base para iniciativas futuras.

Trata-se de um documento orientador, que parte de um diagnóstico aprofundado da trajetória, da situação atual e dos principais desafios do sistema educacional paulista, oferecendo objetivos estratégicos, recomendações e ações para garantir educação de qualidade, equitativa e alinhada ao desenvolvimento do Estado. Este resumo executivo apresenta uma visão sintética das análises e propostas contidas nas diretrizes, seguindo a estrutura metodológica do documento original.

De onde viemos?

São Paulo construiu, ao longo das últimas décadas, um ecossistema público robusto de ensino superior e técnico. A criação de instituições como a USP (1934), a Unicamp (1966), a Unesp (1976), o Centro Paula Souza (1969) e a FAPESP (1962) estruturou um modelo inovador de educação voltado para a excelência acadêmica, a pesquisa, a inovação e a formação profissional.

As Instituições Municipais de Ensino Superior, criadas a partir da segunda metade do século XX, ampliaram esse ecossistema e contribuíram para a interiorização e a diversificação da oferta pública. A criação da Univesp (2012) consolidou o uso estratégico da educação a distância pública. Além disso, o marco da autonomia universitária (1989) sustentou a consolidação institucional do sistema educacional paulista, com forte presença territorial e alto impacto nacional.

Onde estamos?

O Estado de São Paulo abriga instituições públicas que figuram entre as mais produtivas do país. As universidades estaduais apresentam indicadores elevados de desempenho acadêmico e científico. As Fatecs e Etecs ampliaram sua presença regional e se tornaram referência na formação técnica e tecnológica. A Univesp se expandiu com velocidade, interiorizando a oferta de ensino superior público digital.

Apesar dos avanços, o sistema enfrenta importantes tensões: desigualdades regionais no acesso; fragilidade da formação básica; permanência estudantil; concentração de matrículas no setor privado de EaD, com qualidade frequentemente insuficiente; e sub-representação das universidades federais em São Paulo.

Quais desafios precisamos enfrentar?

As diretrizes identificam seis grandes desafios para o fortalecimento do ensino técnico e superior em São Paulo, tratados e aprofundados ao longo do documento:

1. Qualidade do ensino nas redes pública e privada;
2. Formação e valorização docente;
3. Permanência estudantil;
4. Desigualdades territoriais e de acesso;
5. Integração entre ensino médio, técnico e superior;
6. Financiamento e sustentabilidade institucional.

Esses desafios exigem ações estruturantes e coordenadas entre diferentes instituições, níveis de governo e setores sociais.

Para onde vamos?

As Diretrizes para o Fortalecimento do Ensino Técnico e do Ensino Superior propõem uma agenda estratégica articulada em **quatro objetivos estratégicos**, voltados ao aprimoramento da educação pública paulista no período de 2026 a 2027:

1. **Expandir a oferta pública de educação superior**, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas;
2. **Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência**, alinhada ao desenvolvimento produtivo;
3. **Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária**, com projetos e bolsas;
4. **Assegurar o acesso e a permanência estudantil**, por meio de assistência estudantil, alimentação e bolsas.

Cada um dos quatro objetivos estratégicos é detalhado no documento por meio de **ações estratégicas, indicadores e metas associadas ao Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo**, além de estarem alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, reforçando o alinhamento institucional e a viabilidade de implementação das diretrizes propostas.

Para orientar a concretização desses objetivos, o documento também apresenta um conjunto de **10 recomendações técnicas e políticas**:

1. Manter o financiamento das universidades estaduais com base no modelo da autonomia;
2. Ampliar a rede pública de formação técnica e tecnológica;
3. Reforçar a oferta pública de ensino superior à distância;
4. Fortalecer a permanência nos cursos públicos à distância de formação de professores;
5. Fortalecer o ensino médio público como parte essencial da trajetória educacional;
6. Garantir condições de permanência no ensino superior universitário e tecnológico;
7. Compartilhar recursos de infraestrutura entre o Centro Paula Souza e a Univesp;
8. Estruturar planos de carreira, desenvolvimento e avaliação para docentes das instituições estaduais;
9. Ampliar a diversidade e consolidar as ações afirmativas no ensino público estadual;
10. Construir articulação entre instituições públicas e privadas.

Introdução

As Diretrizes para o fortalecimento do Ensino Técnico e do Ensino Superior de São Paulo foram elaboradas pela Coordenação de Ensino Técnico e Superior da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CETS–SCTI), com base em um diagnóstico dos últimos anos e da situação atual, especialmente do sistema público. A elaboração destas diretrizes toma como referência a trajetória construída desde o Plano Diretor 2006-2020, atualizando os dados e aprofundando a análise das transformações vividas pelo setor.

O diagnóstico que fundamenta estas diretrizes contempla o ensino superior, o ensino técnico e o ensino tecnológico, reconhecendo a importância estratégica de todos esses segmentos para o desenvolvimento do Estado. Por isso, este documento adota uma abordagem integrada, reconhecendo que os desafios da educação pós-média exigem ações articuladas entre diferentes níveis, modalidades, instituições e territórios.

O Estado de São Paulo desempenha, desde meados do século passado, um papel de liderança no país na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de atividades de ciência, tecnologia e inovação. Essa posição foi construída com base em um ecossistema robusto, que reúne universidades públicas e privadas, institutos de pesquisa, centros de formações técnicas e tecnológicas e agências de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Preservar e expandir esse ecossistema (com qualidade, equidade e relevância social) é o objetivo maior destas diretrizes.

Figura 1 – Estudante lendo em uma biblioteca
Foto de divulgação.

Este documento está organizado a partir de quatro perguntas estruturantes, que guiam a análise diagnóstica e a formulação estratégica do documento como um todo. A partir dessas quatro dimensões, ele busca oferecer diretrizes e subsídios técnicos para o aprimoramento das políticas públicas de educação superior, tecnológica e técnica no Estado:

De onde viemos? – resgata o histórico das políticas e da estrutura institucional do ensino técnico e superior no Estado de São Paulo;

Onde estamos? – apresenta um retrato atual dos sistemas, com foco em matrículas, instituições, qualidade, financiamento e cobertura territorial;

Quais desafios precisamos enfrentar? – analisa as tensões, desigualdades e gargalos que limitam a expansão com qualidade e equidade;

Para onde vamos? – define os objetivos estratégicos, ações e recomendações para o período de 2026 a 2027.

Ainda que estas diretrizes estejam organizadas em torno de objetivos para o período de 2026 a 2027, é importante reconhecer que esse intervalo representa um horizonte de planejamento relativamente curto para mudanças estruturais mais profundas.

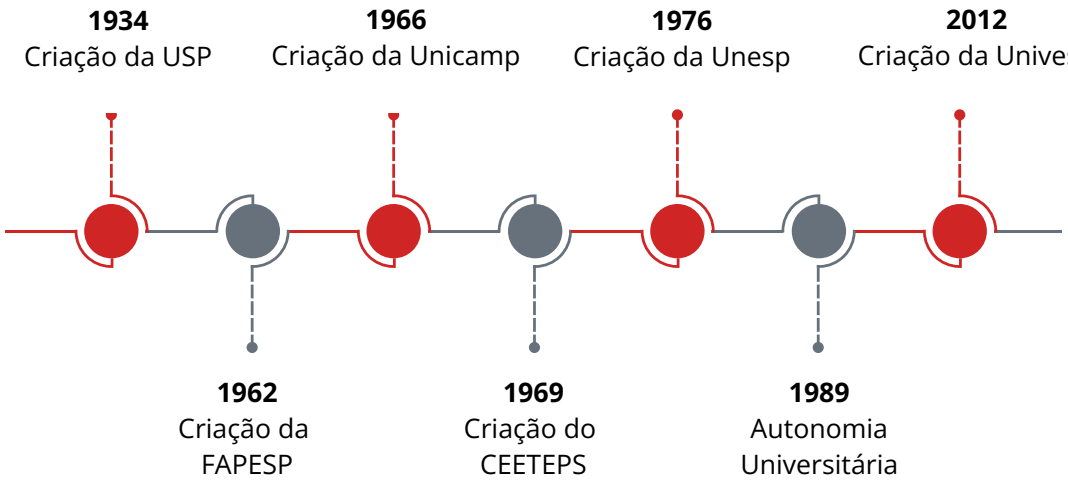
Por isso, este documento deve ser compreendido como uma base de transição e aprofundamento, cujas análises e orientações poderão subsidiar futuras atualizações e servir de referência para o próximo ciclo de planejamento estratégico do Estado, ampliando também a atenção a temas emergentes como o empreendedorismo associado à pesquisa, à inovação e à extensão universitária, e a transição digital e a aplicação de inteligência artificial nos processos de ensino, produção científica e gestão institucional.

De onde viemos?

Planejar o futuro exige compreender o percurso institucional que moldou o sistema público de ensino técnico e superior em São Paulo. Esta seção resgata os principais marcos que ajudaram a consolidar a rede atual, destacando a criação das universidades estaduais — Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) — a interiorização da oferta pública de ensino superior, o fortalecimento do ensino técnico e tecnológico por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a institucionalização da autonomia universitária, a criação e a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no fomento à pesquisa e à inovação, e a expansão da educação a distância pública com a Univesp.

Ao longo das décadas, decisões estratégicas deram origem a um ecossistema educacional diverso, com universidades de pesquisa, faculdades tecnológicas e estruturas de governança e financiamento que sustentam a atuação do Estado na formação profissional, na ciência e na inovação. Esses marcos revelam como o sistema foi sendo moldado por escolhas institucionais e políticas públicas que ainda influenciam seus rumos atuais.

Na sequência, uma linha do tempo ilustra os principais momentos dessa construção coletiva (da fundação da USP em 1934 à consolidação da Univesp no século XXI), oferecendo um panorama visual das instituições e políticas que compõem o sistema público de ensino técnico e superior paulista.



USP e o nascimento do sistema público de ensino superior

O sistema público de ensino superior no Estado de São Paulo tem origem formal em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), considerada a primeira universidade brasileira nos moldes humboldtianos. Este modelo, que integra ensino, pesquisa e extensão em um mesmo espaço institucional, tornou-se referência para o país. À época, São Paulo já possuía instituições isoladas de ensino superior com longa tradição na formação de profissionais liberais, como a Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827), a Escola Politécnica (1893), a Escola Livre de Pharmácia (1898), a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (1901), a Escola de Medicina e Cirurgia (1912) e o Instituto de Veterinária (1919). Todas foram incorporadas à USP em sua fundação.

O impacto da criação da USP foi intensificado pela instituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma unidade acadêmica transversal voltada à formação científica e humanística, que reunia áreas como história, geografia, filosofia, psicologia, sociologia, letras, biologia, física, química e matemática. A inclusão dessa faculdade conferiu à USP o caráter de universidade de pesquisa e ensino, e serviu de base para a organização posterior de institutos e faculdades especializadas.

Figura 2 – Fachada do Centro Universitário Maria Antonia, na capital paulista.
Foi sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1949 a 1968. Foto de divulgação.

Esse projeto acadêmico contou com o apoio direto de intelectuais estrangeiros, sobretudo franceses, ligados à Universidade de Paris, que contribuíram para a formação do corpo docente da nova instituição. A criação da USP, nesse contexto, não apenas consolidou o papel de São Paulo na educação superior nacional, como também iniciou um ciclo virtuoso de institucionalização do ensino superior no estado.

Curiosidade: Interiorização pensada desde os anos 1940

A interiorização do ensino superior em São Paulo foi pensada desde os anos 1940. A Lei Estadual nº 161/1948 previa faculdades da USP em cidades do interior, como São Carlos, Ribeirão Preto, Bauru e Campinas — antecipando o esforço de interiorização do ensino superior público no estado.

A consolidação e interiorização do ensino superior paulista

A partir da década de 1960, o sistema público de ensino superior paulista foi significativamente ampliado com a criação de duas universidades estaduais de grande impacto: Unicamp e Unesp.

A Unicamp foi formalmente criada em 1966, mas sua origem remonta à criação da Faculdade de Medicina de Campinas, em 1963. A universidade foi planejada para ser um centro de excelência, multidisciplinar, e altamente conectado à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico. Desde o início, seu projeto buscou diálogo com o setor produtivo e a realidade regional, com forte presença nas áreas de ciências exatas, biomédicas e tecnológicas. Com isso, a Unicamp tornou-se um dos principais polos de ciência e inovação do Brasil, sendo hoje reconhecida internacionalmente por sua alta produtividade acadêmica.

Figura 3 – Vista aérea da Cidade Universitária Zeferino Vaz, campus da Unicamp, em Campinas.
Foto: Antonio Scarpinetti

Já a Unesp foi criada em 1976, reunindo diversas instituições públicas de ensino superior existentes no interior do Estado.
Sua proposta foi estruturar um modelo multicampi, com presença em diferentes regiões de São Paulo, promovendo a interiorização da educação superior pública. Essa articulação envolveu faculdades de tradições e estruturas distintas, unificadas em torno de um projeto acadêmico comum. Atualmente, a Unesp está presente em 24 municípios, com 36 unidades e mais 39 unidades auxiliares ou complementares, e se destaca como universidade de referência regional, com forte presença na formação de professores e profissionais da saúde, engenharias, ciências agrárias e humanas. Além dessas universidades, o Estado conta com duas faculdades estaduais isoladas na área da saúde: a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), que oferecem cursos de medicina, enfermagem e, no caso da FAMERP, também psicologia.

Figura 4 – Fachada do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), campus da Unesp em São José do Rio Preto.
Foto: Divulgação/site Unesp

A criação da Unicamp e da Unesp ampliou significativamente o acesso à educação superior pública no estado, descentralizou oportunidades de formação, e consolidou um modelo de universidade de pesquisa pública com abrangência estadual.

Curiosidade: Origem multicampi da Unesp

A Unesp nasceu da consolidação de 14 faculdades já existentes, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira e a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. Essa consolidação garantiu coesão acadêmica e administrativa a uma rede que já operava de forma dispersa.

A formação das instituições municipais de ensino superior

O processo de formação do sistema paulista de ensino superior não se restringe à ação do governo estadual. A partir da segunda metade do século XX, os municípios passaram a exercer papel ativo na expansão da oferta pública de educação superior, criando suas próprias instituições: as Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES). Essas iniciativas nasceram da articulação entre o poder local e o governo federal, como resposta à crescente demanda por cursos universitários e à necessidade de formação de profissionais qualificados nas regiões do interior.

O movimento teve início em meados da década de 1950, quando o desenvolvimento urbano e industrial impulsionou o surgimento de novas faculdades municipais voltadas à formação de professores, administradores, profissionais da saúde e engenheiros[1]. Ao lado das universidades estaduais, essas instituições fortaleceram o caráter descentralizado do sistema paulista, interiorizando o ensino superior e criando vínculos diretos com o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Entre as pioneiras, destaca-se a Universidade de Taubaté (UNITAU), cuja origem remonta a 1956, com a criação das primeiras faculdades isoladas do município. Em 1974, elas foram unificadas, dando origem à universidade municipal — hoje reconhecida como a maior universidade municipal do Brasil, com campi em cidades como Taubaté, Ubatuba e Cruzeiro, além de polos em outras regiões.

Também merece destaque a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), fundada em 1968 como Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais. Sua criação simboliza a capacidade de um município urbano-industrial de alto desenvolvimento em constituir uma instituição pública autônoma, comprometida com a qualificação da população local. Atualmente, a USCS mantém unidades em São Caetano do Sul, São Paulo e Itapetininga.

Figura 5 – Fachada da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais de São Caetano do Sul, nos anos de 1970.
Foto: Divulgação/site USCS

Outros municípios paulistas também criaram suas universidades e centros universitários públicos, como em

1 ENSINO SUPERIOR POR MUNICÍPIOS. Levantamento sobre instituições municipais de ensino superior no Estado de São Paulo. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/63/52. Acesso em: outubro de 2025.

Franca com a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1951, São João da Boa Vista com a Faculdade de Ciências Econômicas, em 1961, e Piracicaba com a Escola de Engenharia, em 1967.

Figura 5 – Fachada do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – UNIFAE, antiga Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de São João da Boa Vista.
Foto: Divulgação/site UNIFAE

Do ponto de vista jurídico, as IMES evoluíram em meio a diferentes marcos legais. Antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDB 4.024/61), eram criadas por decretos federais. Após esse período, multiplicaram-se sob diversas naturezas jurídicas (autarquias, fundações de direito público ou privado), sempre instituídas por lei municipal e supervisionadas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP). A Constituição de 1988 consolidou a autonomia municipal para a criação e manutenção dessas instituições, fortalecendo o papel dos governos locais na política educacional. Historicamente, as IMES expressam o exercício da autonomia municipal e a vocação regional do ensino superior paulista. Criadas por prefeitos, câmaras municipais e lideranças comunitárias, essas instituições nasceram como projetos de afirmação local, buscando reduzir desigualdades de acesso e ampliar oportunidades formativas fora das capitais.

Em muitos casos, tornaram-se centros de referência regional e motores de inovação, contribuindo para a consolidação do ecossistema educacional e científico do Estado de São Paulo.
Atualmente 27 IMES estão credenciadas no Conselho Estadual de Educação. Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior (2024) revelam que essas IMES oferecem 233 cursos, com predominância para a categoria de bacharelado, e totalizam aproximadamente 35.489 matrículas. Notavelmente, as IMES atendem proporcionalmente mais estudantes que buscam o turno noturno do que as instituições estaduais e federais, evidenciando seu papel crucial como alternativa para quem trabalha e só pode estudar à noite.

A construção da rede pública de ensino técnico e tecnológico em São Paulo

A formação da rede pública de ensino técnico em São Paulo tem raízes ainda no início do século XX, com a criação de escolas voltadas à formação de técnicos industriais, agrícolas e comerciais. Na cidade de São Paulo, merecem destaque a Escola Profissional Masculina, atualmente Escola Técnica Estadual (Etec) Getúlio Vargas, e a Escola Profissional Feminina, hoje Etec Carlos de Campos, ambas fundadas em 1911. Enquanto a escola destinada às mulheres oferecia cursos como confecção, rendas e bordados, a voltada aos homens oferecia opções como marcenaria, mecânica e serralheria, com foco na formação operária para o contexto do crescente desenvolvimento industrial urbano[2].

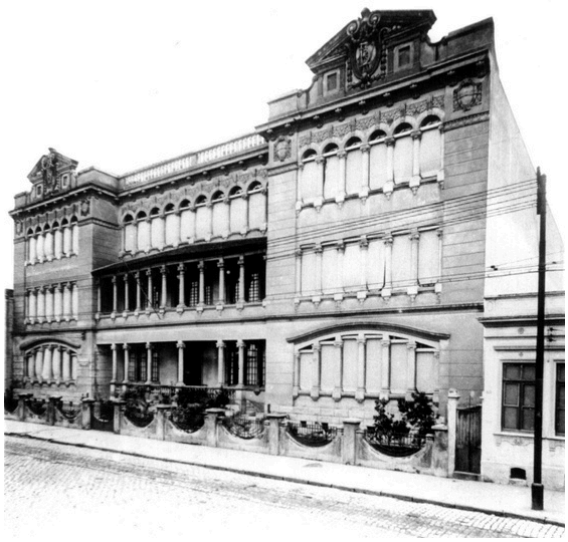


Figura 6 – Fachada da antiga Escola Profissional Feminina, atual Etec Carlos de Campos, no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Divulgação/site Centro Paula Souza

No interior do Estado, em 1901, foi criada a Escola Agrícola Prática "São João da Montanha", em Piracicaba (iniciativa voltada à formação técnica de trabalhadores rurais, que marca o início da trajetória da atual Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" — ESALQ-USP)[3]. Já em Campinas, o tradicional Instituto Profissional Bento Quirino, fundado em 1915, oferecia cursos técnicos em eletricidade, desenho e mecânica, preparando jovens para atividades industriais e técnicas da região[4].

[2]VILLELA, Américo Baptista. A caixa preta da Escola Profissional Masculina da Capital de São Paulo (1918–1927). Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Centro Paula Souza, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/dissertacao/VillelaAmericoBaptista.pdf. Acesso em: junho 2025.

[3]ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" (ESALQ-USP). Histórico institucional. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/institucional/historico. Acesso em: junho de 2025.

[4]Instituto Histórico e Geográfico de Campinas (IHGG-Campinas). O Instituto Bento Quirino (1915) e os primeiros anos da educação na República. Disponível em: https://ihggcampinas.org/2020/09/10/o-instituto-bento-quirino-1915-e-os-primeiros-anos-da-educacao-na-republica/. Acessado em: janeiro de 2026.

Figura 7 – Fachada do prédio principal da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-USP), em Piracicaba, interior de São Paulo.
Foto: Divulgação/Denise Guimarães/Esalq

Esses esforços ganharam nova dimensão em 1969 com a criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), concebido como uma autarquia estadual responsável pela oferta e gestão do ensino técnico e tecnológico. O CEETEPS foi criado para coordenar tanto a formação técnica de nível médio, por meio das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), quanto o ensino superior de tecnologia, por meio das Faculdades de Tecnologia (Fatecs). Ao longo das décadas, sua expansão respondeu a demandas regionais e setoriais, com forte inserção territorial e articulação com o mercado de trabalho. Um marco importante foi a incorporação de 82 escolas técnicas ao CEETEPS em 1994, ampliando sua presença no interior e reforçando sua capilaridade institucional. Em 2002, teve início a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) na Fatec São Paulo, marcando uma nova etapa na qualificação profissional. Já em 2009, o convênio com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) permitiu a criação de cursos tecnológicos a distância, reforçando o papel do Centro Paula Souza como protagonista da expansão pública da educação profissional.

Figura 8 – Fachada da ETEC Heliópolis "Ruy Ohtake", localizada na capital paulista.
Foto: Divulgação/Agência SP

Hoje, sua atuação também se apoia em uma ampla rede de cooperação: são mantidas parcerias com 59 prefeituras municipais e 162 instituições diversas (entre órgãos públicos, associações, fundações, institutos e organizações do terceiro setor), o que amplia sua presença nos territórios e fortalece a oferta descentralizada de ensino técnico.

Curiosidade: Modelos que inspiraram as Fatecs

As Fatecs foram inspiradas em modelos internacionais de educação tecnológica, como as Fachhochschulen da Alemanha, os institutos tecnológicos da França e os Junior Colleges dos EUA. Também tiveram como referência o ITA, no Brasil. Essas influências ajudaram a moldar um sistema com foco em empregabilidade, formação prática e resposta às demandas regionais do setor produtivo.

https://ihggcampinas.org/2020/09/10/o-instituto-bento-quirino-1915-e-os-primeiros-anos-da-educacao-na-republica/
Acesso em: junho de 2025

Univesp: Ensino superior público na era digital

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) é a instituição pública estadual de ensino superior exclusivamente voltada à educação a distância. Foi criada pela Lei Estadual nº 14.836, de 20 de julho de 2012, sendo mantida pelo Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sua origem remonta a 2009, com a criação do Programa Univesp, vinculado à então Secretaria de Ensino Superior. Seu objetivo era ampliar e descentralizar a oferta de ensino superior público no Estado, promovendo maior capilaridade territorial e aproveitando recursos digitais para alcançar novos públicos. O Programa articulou-se com as Faculdades de Tecnologia (Fatecs), a Fundação Padre Anchieta, a Imprensa Oficial e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nesse formato consorciado, ofertou cursos de idiomas (inglês e espanhol), pedagogia (em convênio com a Unesp), licenciatura em ciências e especializações em ética, valores e cidadania na escola (em convênio com a USP).

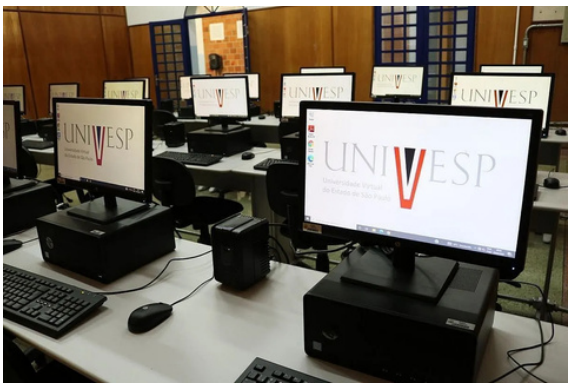


Figura 9 – Sala de informática com acesso à plataforma da Univesp.
Foto: Divulgação/Site Univesp

A partir de 2014, a Univesp iniciou a oferta de seus próprios cursos de graduação, com 3.330 vagas em engenharias de computação e produção e licenciaturas em matemática, física, química e biologia. No ano seguinte, foi credenciada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 945, de 18 de setembro de 2015, e pelo Conselho Nacional de Educação. Em 2017, deu início a um plano de expansão em larga escala, com a implantação de polos presenciais em 203 municípios paulistas, totalizando mais de 35 mil estudantes.

Figura 10 – Estúdio de gravação da Univesp, inaugurado em 2021, nas dependências da Fundação Padre Anchieta
Foto: Divulgação

Em 2024, a universidade alcançou 427 polos de apoio presencial, em 375 municípios, cobrindo mais de 57% do território do Estado e abrangendo regiões que concentram mais de 93% da população paulista.

Com o ingresso de novos estudantes no segundo semestre de 2024, a Univesp chegou a 79 mil matrículas em cursos de graduação e pós-graduação.

Com presença estadual e forte inserção digital, a Univesp representa uma inovação institucional de grande relevância, ampliando o acesso à educação superior pública de qualidade e aproximando a formação universitária das realidades locais por meio do ensino a distância.

Autonomia universitária: base da excelência das universidades paulistas

Um evento importante na história das universidades estaduais paulistas, e que moldou seu desenvolvimento desde então, foi o estabelecimento da autonomia acadêmica, administrativa e orçamentária, garantida pelo Decreto nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989. Essa medida marcou uma inflexão positiva no processo de institucionalização das universidades públicas do Estado de São Paulo, ampliando sua capacidade de planejamento, gestão e produção científica.

Figura 11 – O governador Orestes Quércia assinando o decreto de autonomia universitária, ao lado do reitor José Goldemberg (USP) e do secretário de Ciência e Tecnologia, Luís Gonzaga Belluzzo.
Foto: Cássio Vasconcellos / Folhapress.

O modelo adotado teve como referência o bem-sucedido sistema de financiamento da FAPESP, que já recebia uma fração fixa da quota-parte estadual da arrecadação do ICMS. Essa mesma lógica foi aplicada às universidades, assegurando recursos estáveis e previsíveis para seu funcionamento e expansão.

Os impactos da autonomia podem ser observados por meio de indicadores objetivos. Desde 1989, houve crescimento expressivo no número de matrículas, diplomados, mestrados e doutorados nas universidades estaduais. Também aumentou significativamente a produtividade acadêmica, com destaque para a produção científica indexada internacionalmente. Esses índices estão entre os melhores do país e são comparáveis aos de universidades de referência na América do Norte e na Europa.

FAPESP: pilar da ciência, tecnologia e inovação em São Paulo

Criada em 1962, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é uma das instituições centrais na estruturação do sistema paulista de ciência, tecnologia e inovação. Sua criação foi prevista pela Constituição Estadual de 1947 e viabilizada pela Lei Estadual nº 5.918/1960. Desde então, a FAPESP tornou-se referência nacional em políticas de fomento à ciência, com uma atuação pautada por excelência acadêmica, estabilidade institucional e compromisso com a produção de conhecimento.

O modelo de financiamento da FAPESP se baseia em uma fração fixa arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estadual, o que lhe garante autonomia financeira e previsibilidade orçamentária. Essa estrutura possibilita investimentos contínuos em bolsas de pesquisa, projetos científicos e infraestrutura laboratorial em todo o Estado de São Paulo. A fundação apoia desde pesquisas básicas até projetos aplicados com forte potencial de inovação, em articulação com universidades públicas e privadas, centros de pesquisa, hospitais e o setor produtivo.

Figura 12 – Prédio da sede da FAPESP, na capital paulista, desde 1977.
Foto: Divulgação/Gov. do Estado de São Paulo.

Ao longo das últimas seis décadas, a FAPESP se consolidou como um ator proeminente no financiamento à pós-graduação e à produção científica no Brasil. Seu apoio tem sido decisivo para o desenvolvimento das universidades estaduais paulistas assim como de diversos institutos tecnológicos e científicos vinculados ao Governo do Estado. A fundação também mantém programas de internacionalização, promovendo parcerias com instituições de pesquisa de referência global.

Pensar antes de crescer: planos que guiaram o ensino superior paulista

Apesar da relevância acadêmica e científica das universidades públicas paulistas, em 2001 elas respondiam por apenas 8% das matrículas em graduação no estado (71 mil de um total de 890 mil) e as Fatecs por pouco mais de 1%, ou cerca de 10 mil matrículas. Esse cenário motivou o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) a elaborar o documento "Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior", considerado a primeira proposta consistente de planejamento estratégico para o setor, com horizonte de cinco anos.

A proposta previa aumento de vagas nas universidades estaduais, criação de novos campi, oferta de cursos sequenciais e formação de professores. Os resultados foram diversos: criação do campus da USP Leste, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, e de sete novas unidades da Unesp. Embora os cursos sequenciais não tenham sido implantados, o sistema das Fatecs praticamente dobrou seu número de matrículas até 2006, tornando-se o principal vetor de expansão naquele período.

Figura 13 – Campus USP Leste, inaugurado em 2005, na zona leste da capital.
Foto: Divulgação/Site USP

Em 2005, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico deu início à formulação de um novo Plano Diretor para o período de 2006 a 2020. A proposta previa metas de longo prazo para um sistema integrado de ensino superior, público e privado, com foco em qualidade e expansão territorial. Instituído pelo Decreto nº 48.829, de 25 de junho de 2005, o plano previa a criação de grupos de trabalho interinstitucionais e um comitê executivo. No entanto, tendo ficado pronto no final de 2006, sua implementação foi interrompida com a mudança de governo em 2007.

Mesmo sem ter sido executado, o Plano Diretor 2006-2020 deixou um legado técnico e conceitual que serve de base para a atualização proposta pela atual gestão, com foco no período 2026-2027.

Onde estamos?

Antes de projetar novos caminhos, é necessário compreender com clareza a situação atual. Este capítulo apresenta um retrato analítico do sistema público de ensino técnico e superior de São Paulo, com base em evidências, séries históricas e indicadores que ajudam a dimensionar seu funcionamento, alcance e limitações no presente.

As universidades estaduais paulistas seguem como referência acadêmica no país, com ganhos expressivos de produtividade, mesmo sem crescimento proporcional no número de docentes. As Faculdades de Tecnologia (Fatecs) ampliaram sua presença regional e consolidaram seu papel como alternativa qualificada de formação tecnológica. As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) se destacam pela capilaridade e pelo papel estratégico na formação técnica de nível médio, ampliando as oportunidades de educação profissional no território paulista. A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), por sua vez, tornou-se peça central na interiorização do ensino superior público a distância.

Apesar desses avanços, persistem desafios importantes: a fragilidade da formação básica, as desigualdades territoriais no acesso, os altos índices de evasão e a predominância do ensino a distância privado de baixa qualidade. A oferta pública continua insuficiente para responder, sozinha, à complexidade da demanda social e educacional do estado.

Cada um desses aspectos será detalhado nos blocos temáticos que seguem. O objetivo é construir uma base sólida para as diretrizes estratégicas propostas adiante, a partir de um diagnóstico realista, conectado aos compromissos públicos do Estado com equidade, qualidade e sustentabilidade.

Desigualdades e fragilidades na base educacional

O ensino médio exerce influência direta sobre o desempenho dos estudantes no ensino superior. Alunos que concluíram o ensino básico com deficiências significativas tendem a apresentar rendimento inferior ao longo da graduação, o que se confirma na análise da correlação entre as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), apresentada na Figura 14. No caso dos cursos de Administração, os programas na modalidade Educação a Distância (EaD) apresentam desempenho no ENADE 8,8 pontos abaixo dos presenciais. Quando se controlam os resultados do ENADE pelos resultados do ENEM, essa diferença cai para 3,2 pontos, o que reforça o papel determinante da formação básica.

Correlação entre as notas do ENEM e do ENADE em cursos de Administração, por modalidade

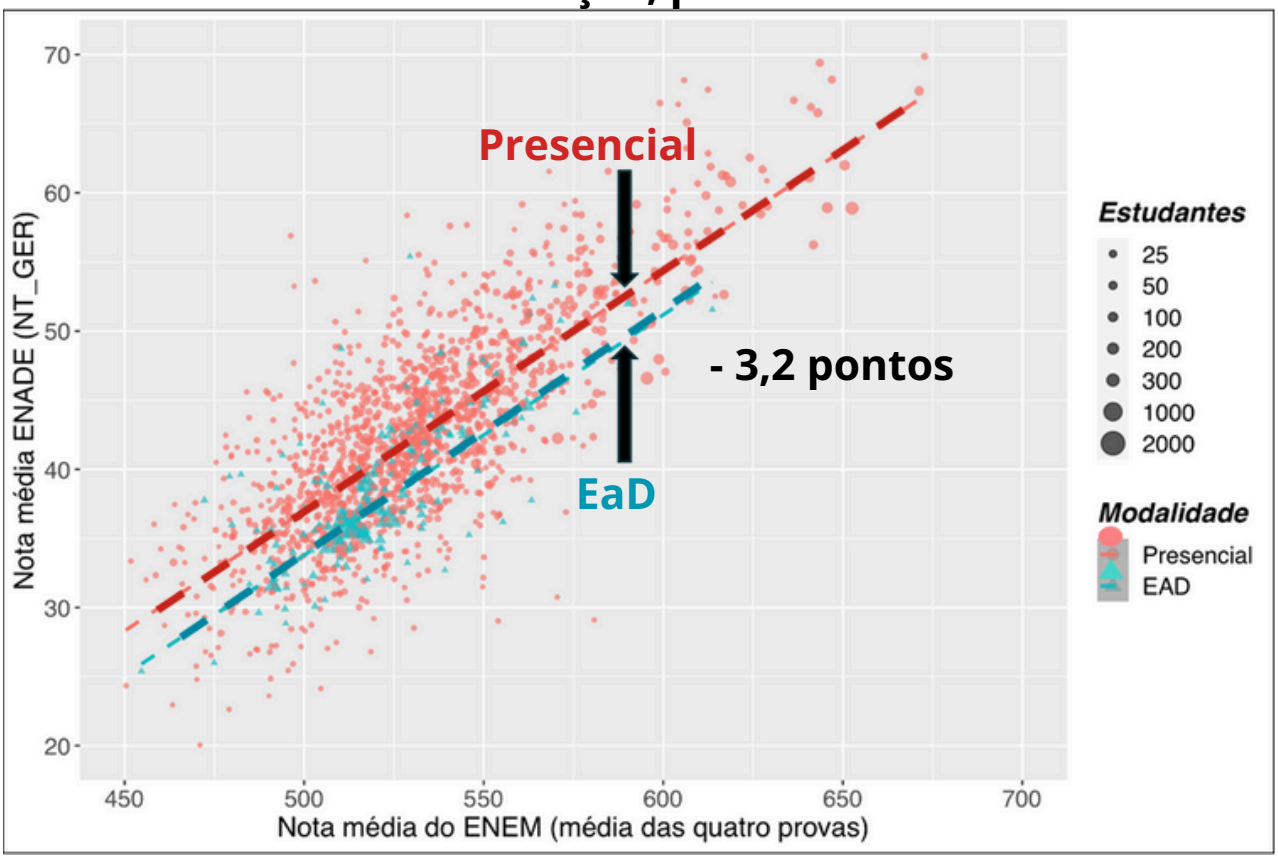


Figura 14 – Correlação entre as notas do ENEM e do ENADE em cursos de Administração, por modalidade.
A área de cada círculo ou triângulo é proporcional ao número de estudantes. A diferença entre as médias das notas no ENADE das duas distribuições é de 8,8 pontos; a diferença nas notas do ENADE, quando controlada pela nota do ENEM, cai para 3,2 pontos, como mostrado pela distância vertical entre as duas retas tracejadas. Elaboração: Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Microdados do ENEM e do ENADE/INEP.

Para além dos resultados de aprendizagem, a Figura 15 revela que o número de matrículas no ensino médio urbano no Estado de São Paulo sofreu uma leve queda entre 2001 e 2023. Embora o patamar geral tenha se mantido relativamente estável por um período, observa-se uma tendência de redução nos últimos anos.

Essa diminuição pode estar associada à migração de estudantes para modalidades integradas ao ensino técnico, o que ajuda a explicar a retração no número de matrículas exclusivamente no ensino médio regular.

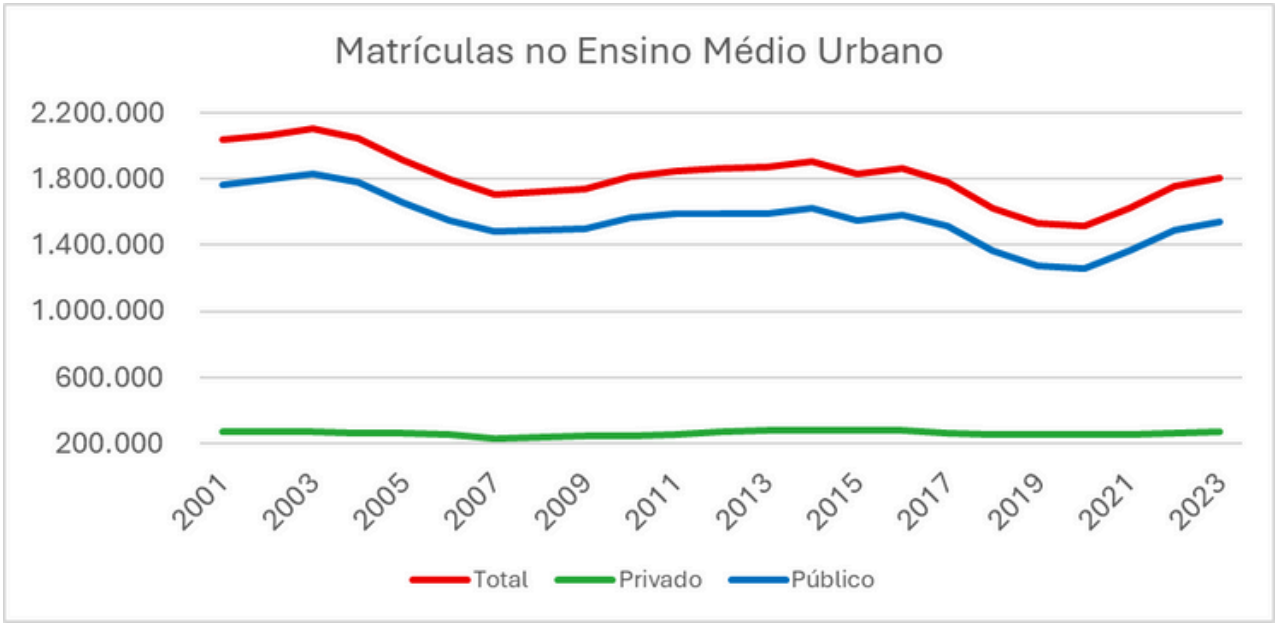


Figura 15 – Matrículas no ensino médio urbano.
Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Fonte: Censo Escolar / INEP.

Em contraste, a Figura 16 mostra um crescimento expressivo nas matrículas em cursos técnicos no Estado de São Paulo ao longo das duas últimas décadas. O aumento da participação dessa modalidade no conjunto das matrículas de nível médio indica uma tendência de diversificação das trajetórias formativas, com maior adesão ao ensino profissional. Essa expansão ajuda a explicar a redução observada no ensino médio regular, ao mesmo tempo em que aponta para o fortalecimento da educação técnica como alternativa de formação cada vez mais relevante.

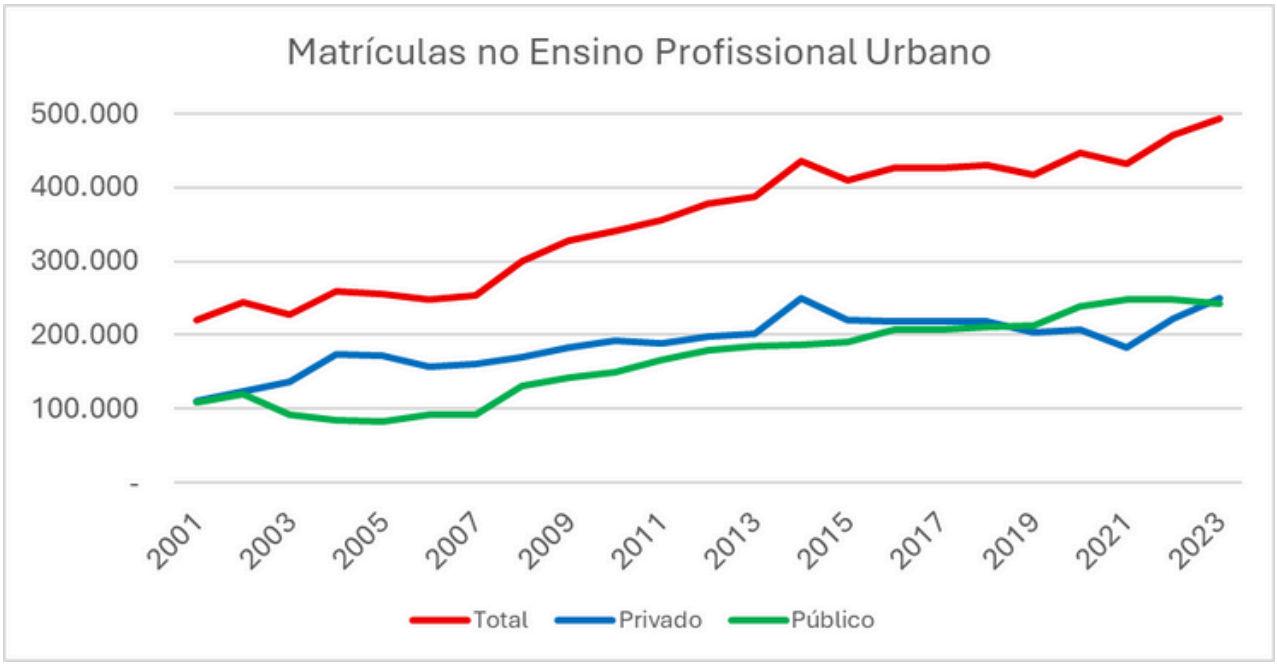


Figura 16 – Matrículas no ensino profissional urbano.
Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Censo Escolar/INEP.

Complementando essa análise, a Figura 17 apresenta os dados da taxa líquida ajustada de matrícula, que considera tanto os matriculados quanto os concluintes, em relação à população de 15 a 18 anos.

Mesmo com alguma superestimação, os dados indicam que essa taxa gira em torno de 85%, sinalizando que uma fração significativa da população que deveria estar na escola está fora dela.

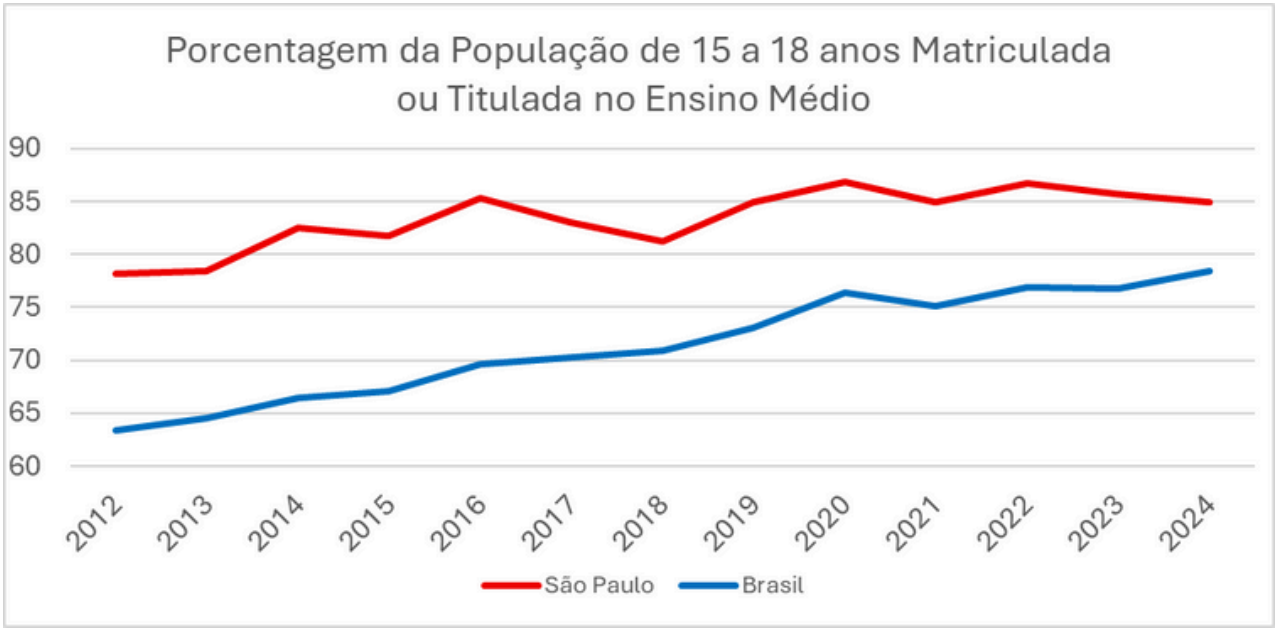


Figura 17 – Porcentagem da população de 15 a 18 anos matriculada ou titulada no ensino médio. A taxa considera a soma de matriculados e concluintes no ensino médio dividida pela população de 15 a 18 anos. Por incluir alunos fora da faixa etária ideal, os valores tendem a ser superestimados. Note que a escala vertical não se inicia no zero e não termina em 100%, para facilitar a visualização. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: PNAD Contínua (PNAD-C).

As principais avaliações educacionais, — o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de âmbito federal; o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), de âmbito estadual; e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), de âmbito internacional — apontam deficiências estruturais graves na formação dos estudantes do ensino médio, tanto em âmbito nacional quanto no Estado de São Paulo.

A Figura 18 apresenta a porcentagem de estudantes da 3ª série do ensino médio com aprendizagem adequada no Brasil, segundo os dados do SAEB. Tendo como referência a pontuação máxima de 500 pontos, em 2023, apenas 32,4% dos alunos da rede pública atingiram o nível considerado adequado em língua portuguesa (pontuação mínima de 300 pontos), e 5,2% em matemática (mínimo de 350 pontos). Na rede privada, os percentuais foram de 66,7% em língua portuguesa e 30,5% em matemática. Os resultados mostram disparidades importantes entre as redes e baixos índices de desempenho, especialmente em matemática, mesmo entre os estudantes da rede privada.

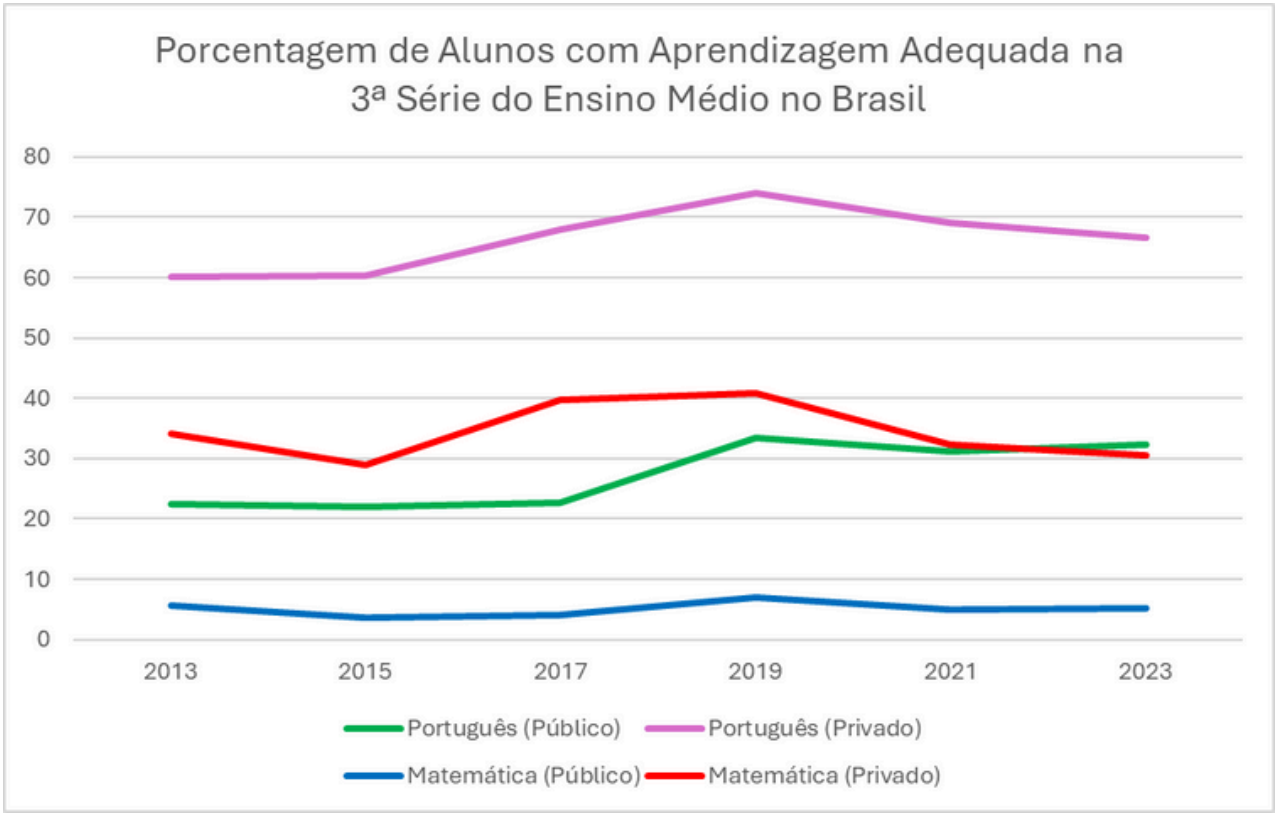


Figura 18 – Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada na 3ª série do ensino médio no Brasil.
Note que a escala vertical não termina em 100%, para facilitar a visualização. Elaboração com base em gráficos do estudo *Aprendizagem na Educação Básica: a situação brasileira no pós-pandemia*, do Todos Pela Educação. Fonte: INEP / Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2023.

Do mesmo modo, as séries históricas das notas médias do SAEB, entre 2005 e 2023, apresentadas na Figura 19, com recortes por rede pública e privada do Estado de São Paulo, mostram que, na média, só os estudantes de escolas privadas alcançam aprendizagem adequada, e apenas em língua portuguesa.

A Figura 20, por sua vez, traz as médias padronizadas desses componentes curriculares no mesmo período. Observa-se uma leve melhora em língua portuguesa, mas os desempenhos seguem abaixo dos patamares desejados, com maior defasagem em matemática.

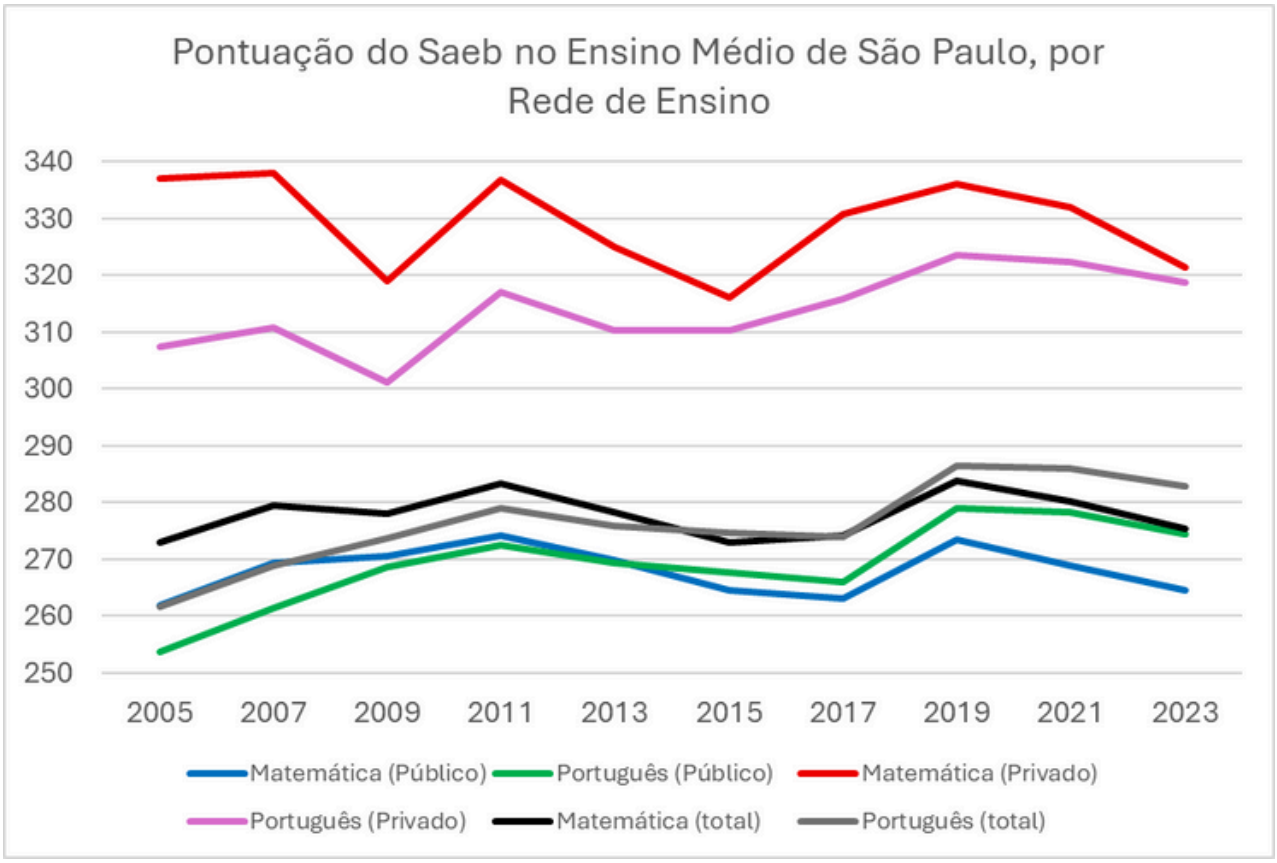


Figura 19 – Pontuação média do Saeb no ensino médio de São Paulo, por esfera administrativa. Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. As notas mínimas para aprendizagem adequada correspondem a 300 pontos (língua portuguesa) e 350 pontos (matemática). Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: INEP / Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2023.

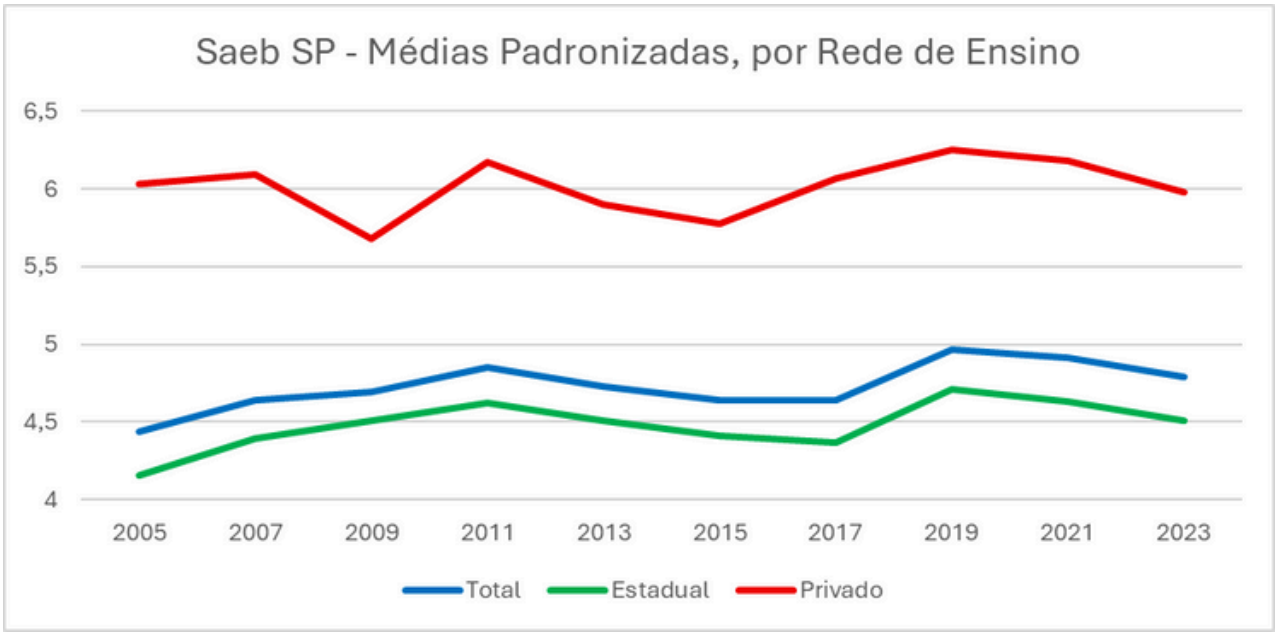


Figura 20 – Saeb SP – Médias padronizadas por esfera administrativa.
Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: INEP / Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2023.

Os estudantes da rede privada, embora apresentem médias mais altas que os da rede pública, alcançam níveis satisfatórios apenas em língua portuguesa. Em matemática, o desempenho continua insuficiente — inclusive na rede privada — evidenciando que os desafios da aprendizagem não se restringem à escola pública. Os dados também mostram os efeitos da pandemia, com uma queda significativa no desempenho dos alunos em ambos os componentes.

De modo geral, os resultados revelam que o aprendizado no ensino médio está muito aquém do esperado. Uma das formas mais eficazes de enfrentar esse problema é investir na qualidade da formação docente.

Embora o uso de tecnologias educacionais tenha avançado, o professor segue sendo o fator mais decisivo para o aprendizado. Nesse sentido, o ensino a distância pode contribuir tanto para a formação inicial de novos docentes quanto para a formação continuada dos que já atuam nas redes públicas. Além de ampliar o acesso, o EaD reduz a necessidade de deslocamento e permite maior flexibilidade de horários, facilitando a permanência e o desenvolvimento profissional dos educadores.

Em resposta a essas fragilidades, a Secretaria de Educação de São Paulo tem desenvolvido políticas voltadas à melhoria do ensino médio. Entre essas ações, destacam-se a ampliação das escolas de tempo integral, a revisão curricular com ênfase em competências socioemocionais e científicas, o fortalecimento dos itinerários formativos e o incentivo à formação continuada de professores. Essas iniciativas buscam elevar os níveis de aprendizagem, reduzir desigualdades e criar melhores condições para que os estudantes concluam o ensino médio mais bem preparados para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho.

Etecs: pilar estratégico da educação profissional paulista

A rede de Etecs, organizada e administrada pelo CEETEPS, constitui a principal estrutura pública de ensino técnico de nível médio no estado de São Paulo. Com presença em todas as regiões do estado e forte vínculo com os arranjos produtivos locais, as Etecs desempenham papel fundamental na formação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Atualmente, a rede estadual conta com 228 Etecs, oferecendo cursos presenciais, semipresenciais e online. Além disso, também conta com 389 classes descentralizadas, distribuídas em Centros Educacionais Unificados (CEUs), Escolas Estaduais (EEs), Fatecs e EaD. As Etecs oferecem formação técnica integrada ou concomitante ao ensino médio. Em 2025, o número de alunos matriculados nas Etecs chegou a 224.845.

Entre 2019 e 2025, a rede manteve trajetória de expansão e diversificação da oferta. O número total de unidades com cursos técnicos, somando escolas-sede e classes descentralizadas, passou de 501 para 617. O total de cursos ofertados evoluiu de 178 para 259, com crescimento também no número de turmas (de 6.156 para 6.524).

O CEETEPS tem buscado ampliar seu itinerário formativo. A rede já oferece 63% das habilitações previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC (instrumento que disciplina a oferta de cursos técnicos no Brasil), com 120 dos 191 cursos disponíveis. Com a projeção de inclusão de mais 8 cursos até 2026, esse percentual deve chegar a 67%.

A taxa de empregabilidade dos egressos das Etecs também apresenta bons resultados. Segundo a Figura 20, 73% dos concluintes de 2018 estavam empregados em 2020. Já entre os concluintes de 2019 e 2020 (ambos medidos em 2023), os percentuais foram de 79% e 77%, respectivamente. Esses dados reforçam a relevância social e econômica da formação técnica oferecida pela rede estadual, sobretudo diante da complexidade do mercado de trabalho para os jovens.

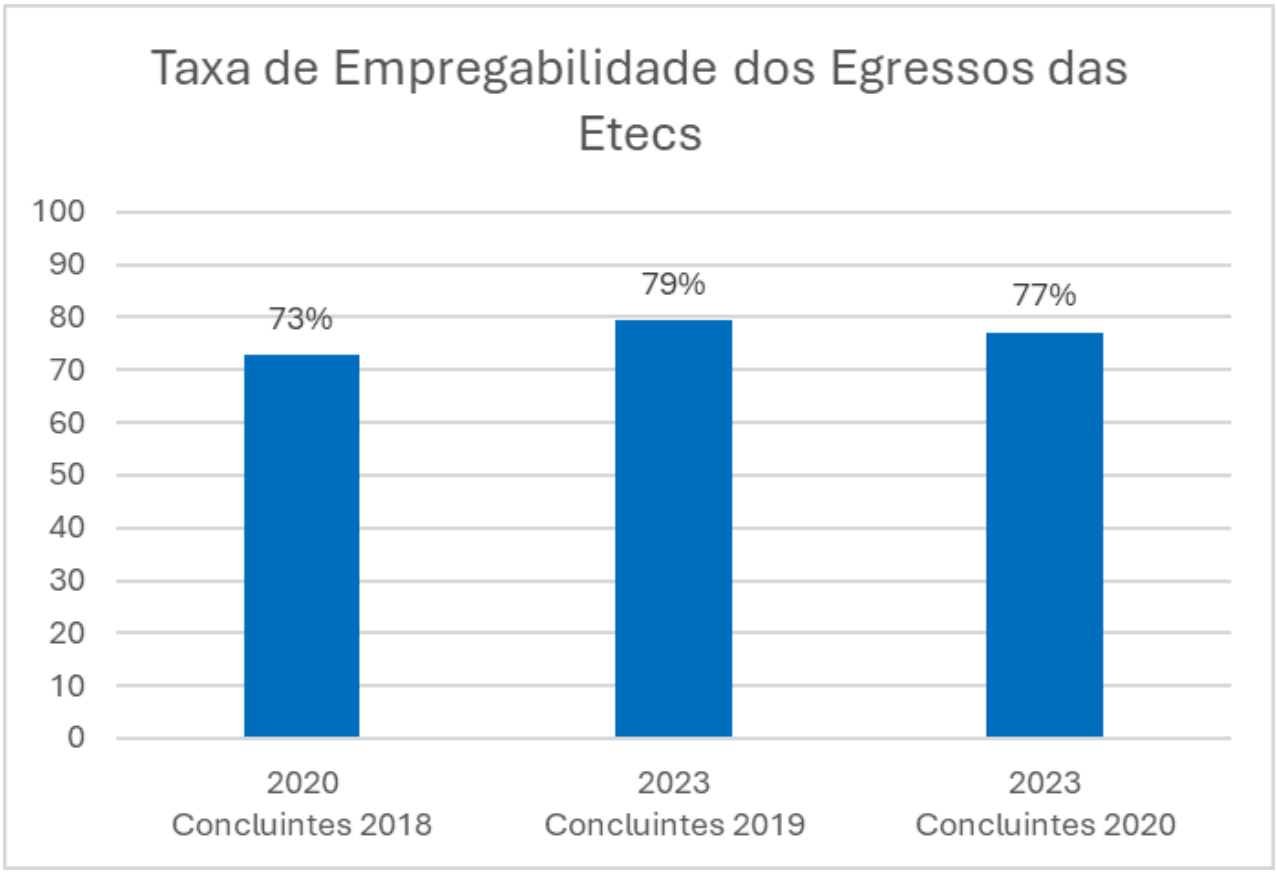


Figura 21 - Taxa de empregabilidade dos egressos das Etecs.
Elaboração com dados do Relatório de Gestão 2020–2024. Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Em relação às avaliações padronizadas, em 2023, as Etecs alcançaram média de 5,6 no Ideb, desempenho que supera significativamente a média do ensino médio no Brasil (4,3) e no próprio Estado de São Paulo (4,2), além de ultrapassar a meta nacional fixada em 5,2. Das 50 melhores escolas públicas paulistas avaliadas, 34 são Etecs. Se considerado apenas o grupo das 20 primeiras colocadas, as Etecs representam mais da metade: 12 unidades. Em âmbito nacional, São Paulo figura com 24 escolas entre as 100 melhores instituições públicas de ensino médio do país, sendo que 16 dessas são Etecs.

Os dados do Saeb 2021 também confirmam o bom desempenho das Etecs em comparação com outras redes de ensino. Como mostra a Figura 21, as Etecs apresentaram notas médias superiores às das demais escolas estaduais de São Paulo e do Brasil como um todo.

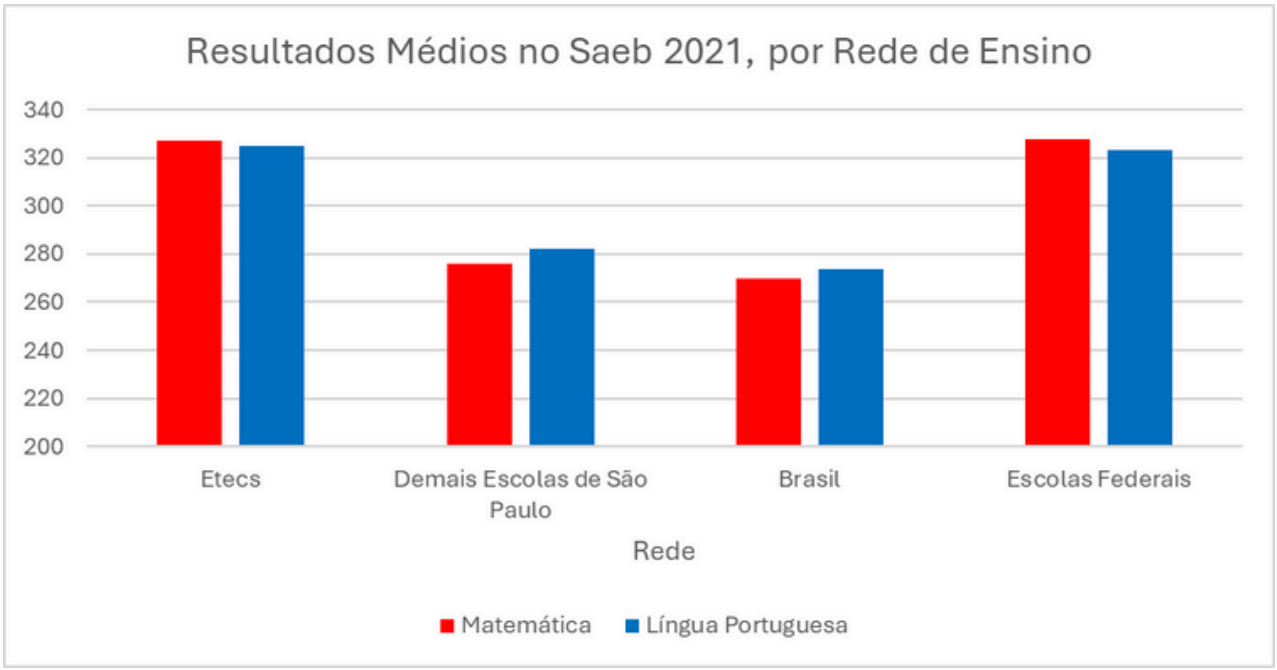


Figura 22 – Resultados Médios no Saeb 2021, por Rede de Ensino.
Elaboração com dados do Relatório de Gestão 2020–2024. Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Apesar dos avanços observados nos últimos anos na expansão e nas avaliações do ensino técnico público paulista, os dados apresentados na Figura 23 demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que São Paulo, e principalmente o Brasil, se aproxime referências internacionais. O gráfico mostra a proporção de estudantes do ensino médio profissionalizante nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da rede pública de São Paulo, revelando que, enquanto o estado de São Paulo apresenta uma porcentagem superior à média nacional, ainda está atrás de diversos países da OCDE, inclusive de países sul-americanos. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas para expandir a oferta de educação técnica e sua articulação com o ensino médio regular.

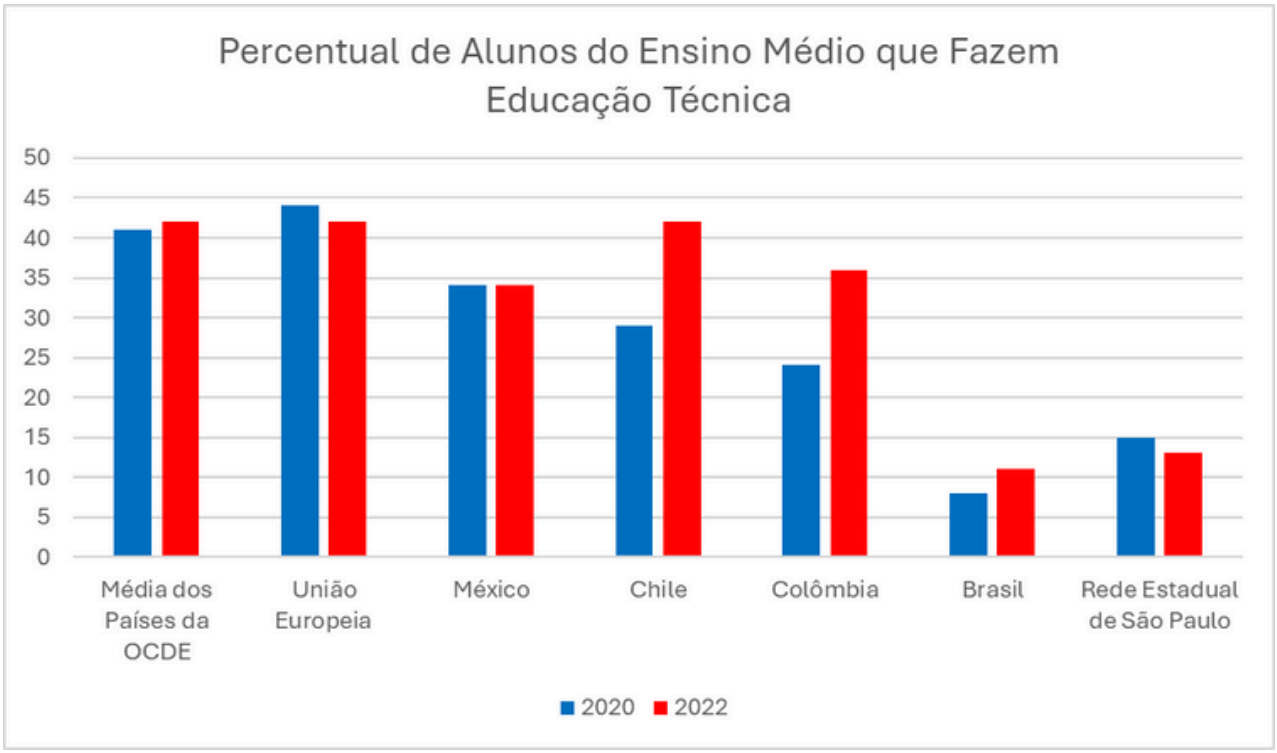


Figura 23 – Percentual de Alunos do Ensino Médio que Fazem Educação Técnica.
Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP; Education at a Glance 2024.

A expansão das Fatecs: interiorização e resposta à demanda tecnológica

O sistema do CEETEPS, que engloba as Fatecs e as Etecs, ampliou significativamente sua abrangência no Estado de São Paulo nas últimas duas décadas.

Esse crescimento reflete um investimento estratégico do governo paulista em formação superior tecnológica, com forte conexão com o mercado de trabalho e com a produção científica aplicada.

A Figura 24 mostra a expansão do número de unidades Fatec entre 2000 e 2025, que atingiu 83 unidades em 2025, distribuídas em 76 municípios, sendo 8 na capital.

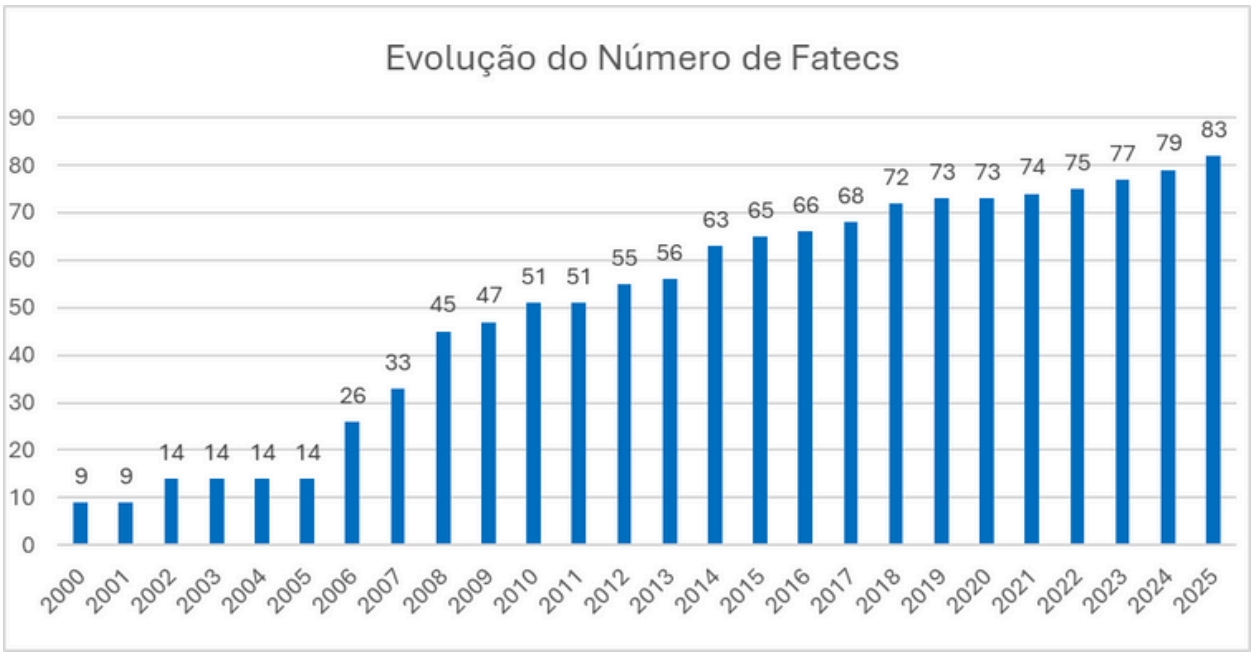


Figura 24 – Evolução do número de Fatecs.
Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Além do crescimento institucional, o volume de vagas oferecidas também cresceu de forma consistente ao longo dos anos, conforme demonstra a Figura 25, que traz a evolução da oferta anual (em dois vestibulares semestrais).

Em 2025, o sistema Fatec tem a meta de oferecer 39.230 vagas e 94.022 matrículas, em sua maioria presencial.

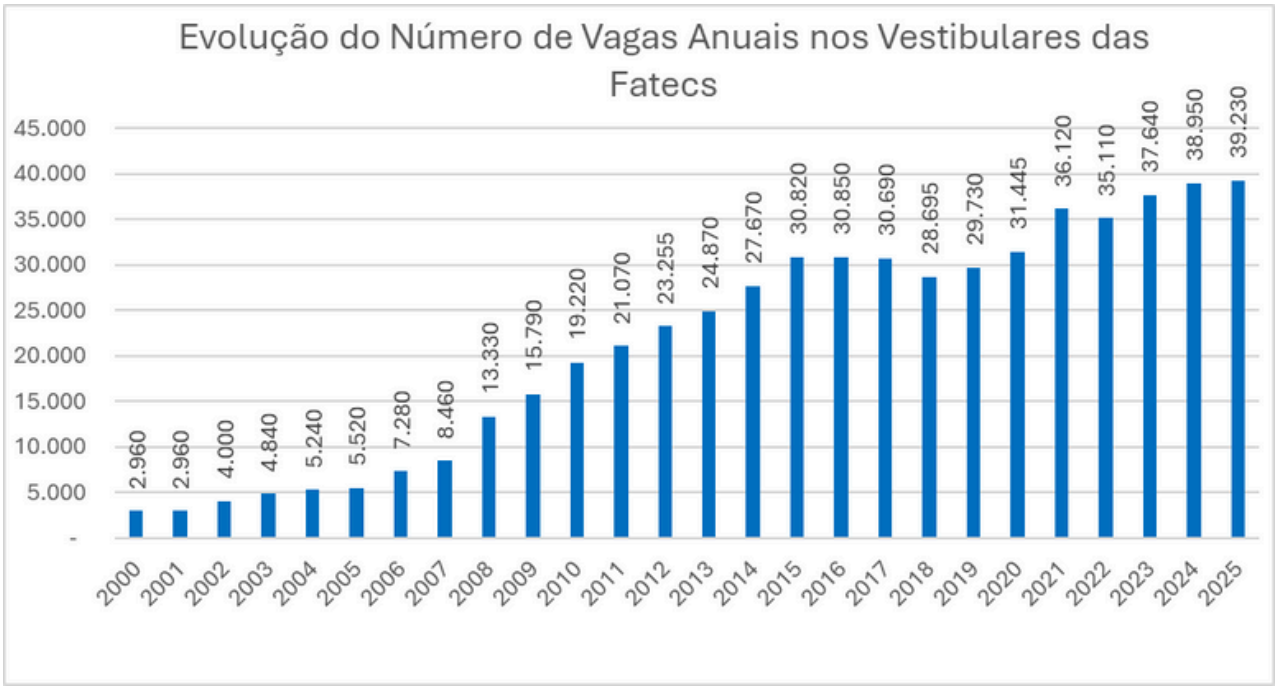


Figura 25 – Evolução do número de vagas anuais nos vestibulares das Fatecs.
Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

A Figura 26 mostra o número de matrículas ativas por ano, evidenciando uma média de crescimento anual de 9,8% ao longo dos últimos 26 anos. O modelo das Fatecs se consolidou como uma política pública exitosa, ao combinar oferta de qualidade, forte vínculo regional e flexibilidade curricular voltada a áreas estratégicas.

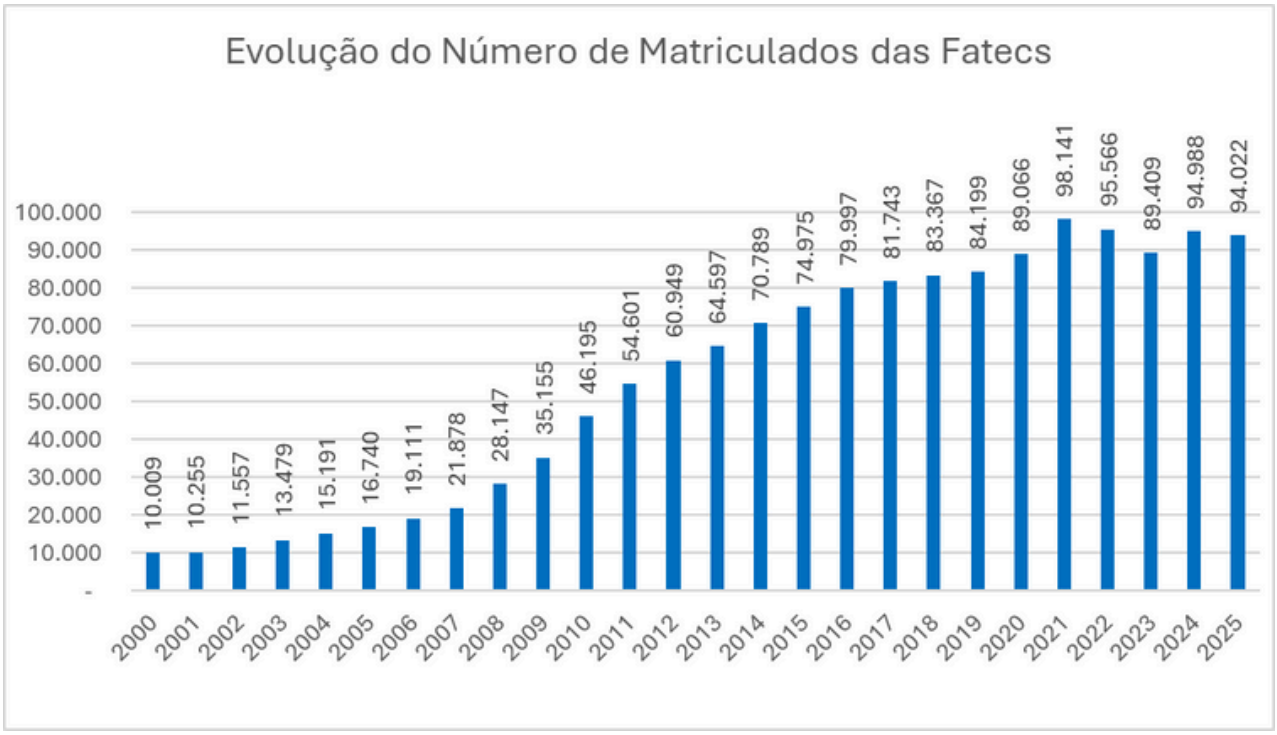


Figura 26 – Evolução do número de matriculados das Fatecs.
Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Além disso, o programa Articulação Médio Superior (AMS), tem inovado ao permitir que estudantes possam concluir, em 5 anos, os ensinos médio, técnico e superior tecnológico.

O programa oferta formação nos seguintes eixos tecnológicos:

Tabela 1 – Eixos tecnológicos e respectivos cursos médio e superior do programa AMS.
Fonte: Centro Paula Souza.

Eixo Tecnológico	Ensino Médio Com Habilitação	▶	Ensino Superior Tecnológico
Ambiente e saúde	Técnico em Meio Ambiente	▶	Tecnólogo em Gestão Ambiental
Controle e processos industriais	Técnico em Automação Industrial	▶	Tecnólogo em Automação Industrial
Controle e processos industriais	Técnico em Mecatrônica	▶	Tecnólogo em Mecatrônica Industrial
Gestão e negócios	Técnico em Logística	▶	Tecnólogo em Logística
Gestão e negócios	Técnico em Administração	▶	Tecnólogo em Processos Gerenciais
Gestão e negócios	Técnico em Recursos Humanos	▶	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
Informação e comunicação	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	▶	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Informação e comunicação	Técnico em Informática para Internet	▶	Tecnólogo em Sistemas para Internet
Infraestrutura	Técnico em Edificações	▶	Tecnólogo em Construção de Edifícios
Produção industrial	Técnico em Química	▶	Tecnólogo em Processos Químicos
Recursos naturais	Técnico em Agronegócio	▶	Tecnólogo em Gestão do Agronegócio
Turismo, hospitalidade e lazer	Técnico em Agenciamento de Viagens	▶	Tecnólogo em Gestão de Turismo

Por fim, a empregabilidade dos egressos das Fatecs é elevada, refletindo a sintonia dos cursos com o mercado de trabalho. Segundo a Figura 27, a taxa de empregabilidade foi de 88% para concluintes de 2018 (em 2020), 91% para concluintes de 2019 (em 2023) e 91% para concluintes de 2020 (em 2023).

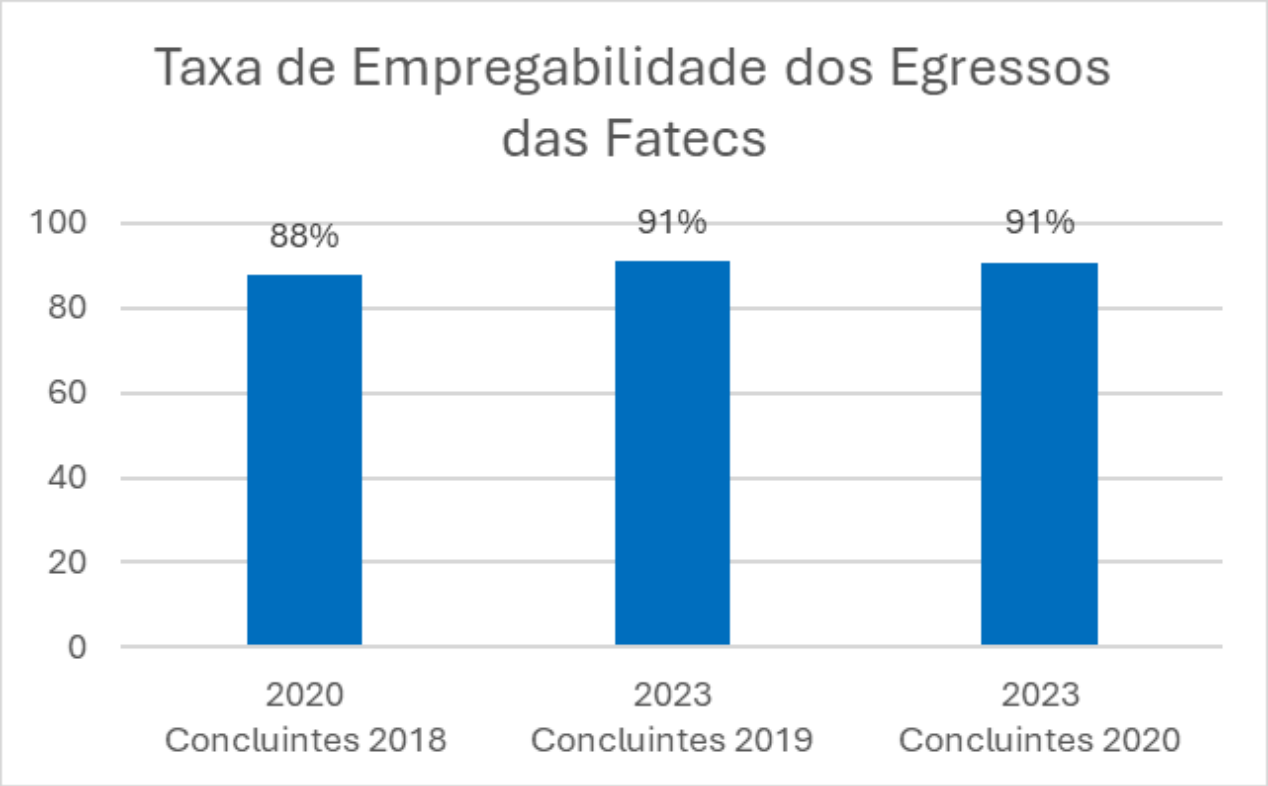


Figura 27 – Taxa de empregabilidade dos egressos das Fatecs.
Elaboração com dados do Relatório de Gestão 2020–2024. Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

A força da Univesp no contexto público do EaD

Apesar da forte expansão do setor privado de ensino superior no Estado de São Paulo, a participação do setor público permaneceu estável entre 2001 e 2023, oscilando entre 14% e 15% do total de matrículas. Dois fatores explicam essa resiliência: o crescimento contínuo das Fatecs e o surgimento da Univesp. Criada em 2012 e com resultados expressivos a partir de 2015, a Univesp tornou-se uma peça central no esforço de interiorização e democratização do ensino superior público. A Figura 27 mostra a série histórica de matrículas ativas na Univesp entre 2016 e 2023, com destaque para a curva crescente a partir de 2017, que acompanha o plano de expansão da instituição.

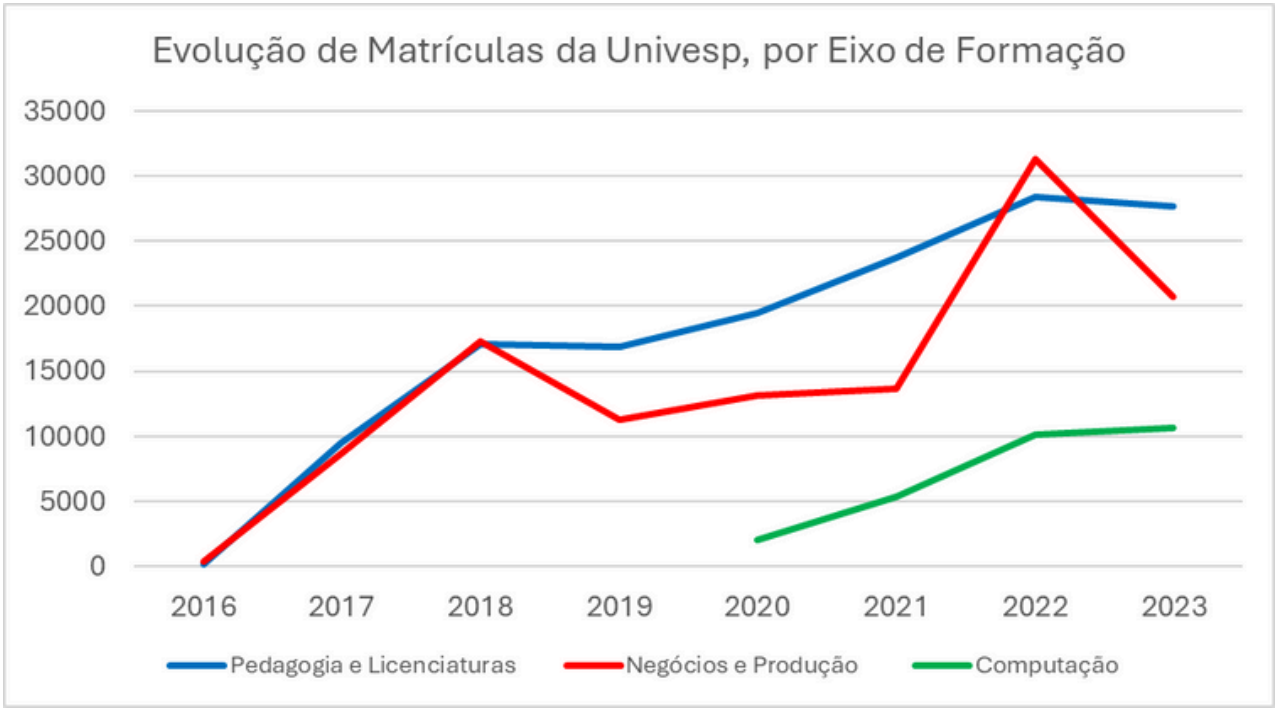


Figura 28 – Evolução de matrículas da Univesp, por eixo de formação.
Elaboração com dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Censo da Educação Superior, INEP.

A Univesp consolidou sua atuação com foco em três grandes eixos de formação: Licenciaturas (Letras, Matemática e Pedagogia), Computação (Ciência de Dados, Engenharia de Computação e Tecnologia da Informação) e Negócios e Produção (Administração, Engenharia de Produção e Tecnologia em Processos Gerenciais). Em 2024, a universidade registrava mais de 80 mil alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação.

A Figura 29 apresenta a evolução no número de concluintes por eixo de formação, revelando que os maiores índices de diplomação ainda se concentram nas licenciaturas, campo de atuação onde a Univesp tem cumprido importante papel na formação de professores para a rede pública.

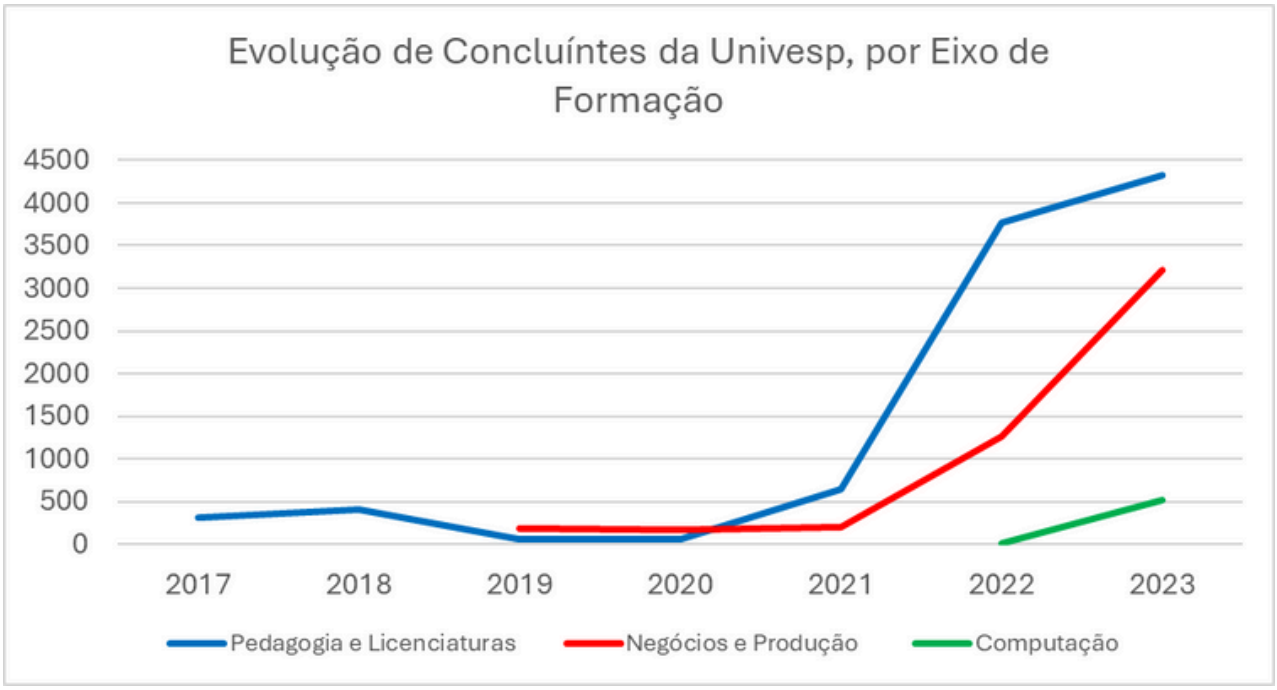


Figura 29 – Evolução de concluintes da Univesp, por eixo de formação.
Elaboração com dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Censo da Educação Superior, INEP.

Também, nesse sentido, a Univesp tem ampliado seu papel estratégico com a oferta de bolsas permanência e o lançamento de novos cursos, como as licenciaturas em Computação e em Libras.

Essas iniciativas buscam diversificar as possibilidades formativas, fortalecer a permanência estudantil e atender às demandas por formação de professores em áreas prioritárias para o Estado de São Paulo.

Expansão do ensino superior e a predominância do EaD privado

O ensino superior se expandiu vigorosamente no Brasil, com aumento significativo no número de instituições, cursos e matrículas, em particular no setor privado com fins lucrativos, como pode ser visto na Figura 30. Nota-se, em particular, o forte crescimento das instituições privadas com fins de lucro, enquanto aquelas sem fins de lucro encolheram no mesmo período.

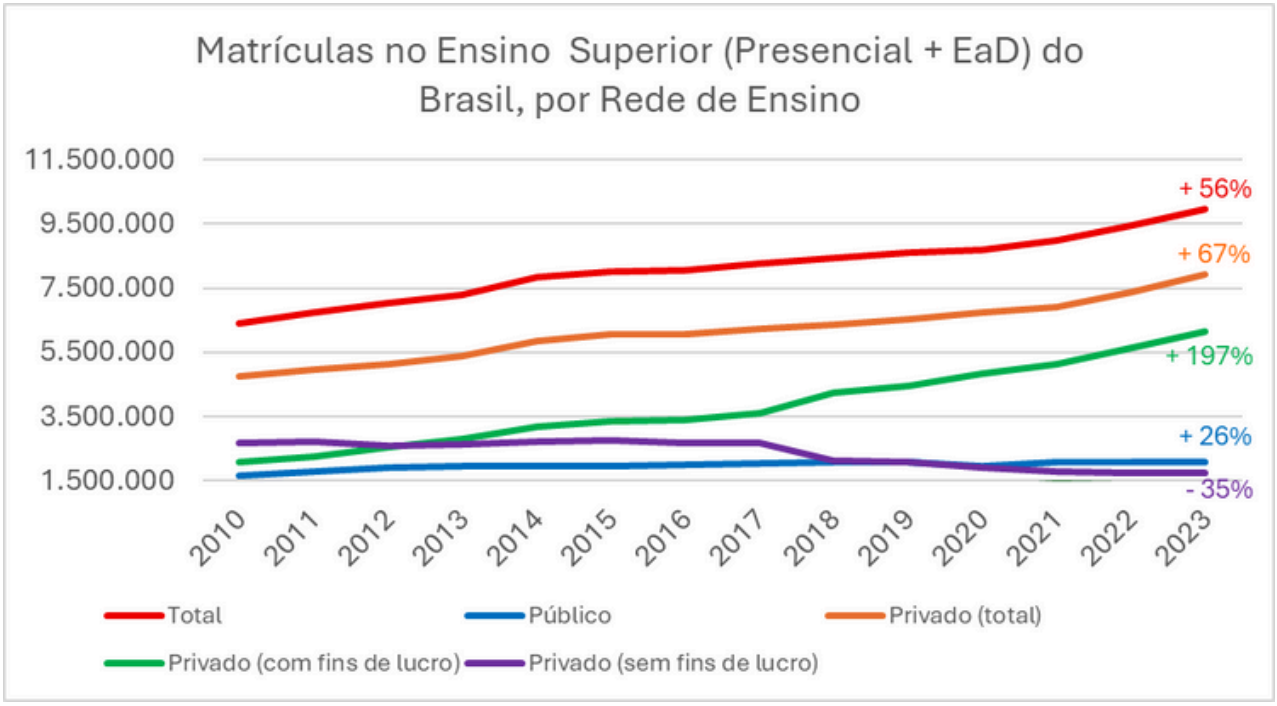


Figura 30 – Matrículas no ensino superior (presencial + EaD) do Brasil, por rede de ensino.
Os números representam o crescimento das curvas, em %, entre 2010 e 2023. Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP.

A Figura 31 detalha a divisão do ensino público em suas três esferas administrativas: federal, estadual e municipal. Os dados confirmam que o setor federal concentra a maior parte das matrículas públicas no país, com menor presença relativa da esfera estadual — o oposto da realidade paulista, que será detalhada nos blocos seguintes.

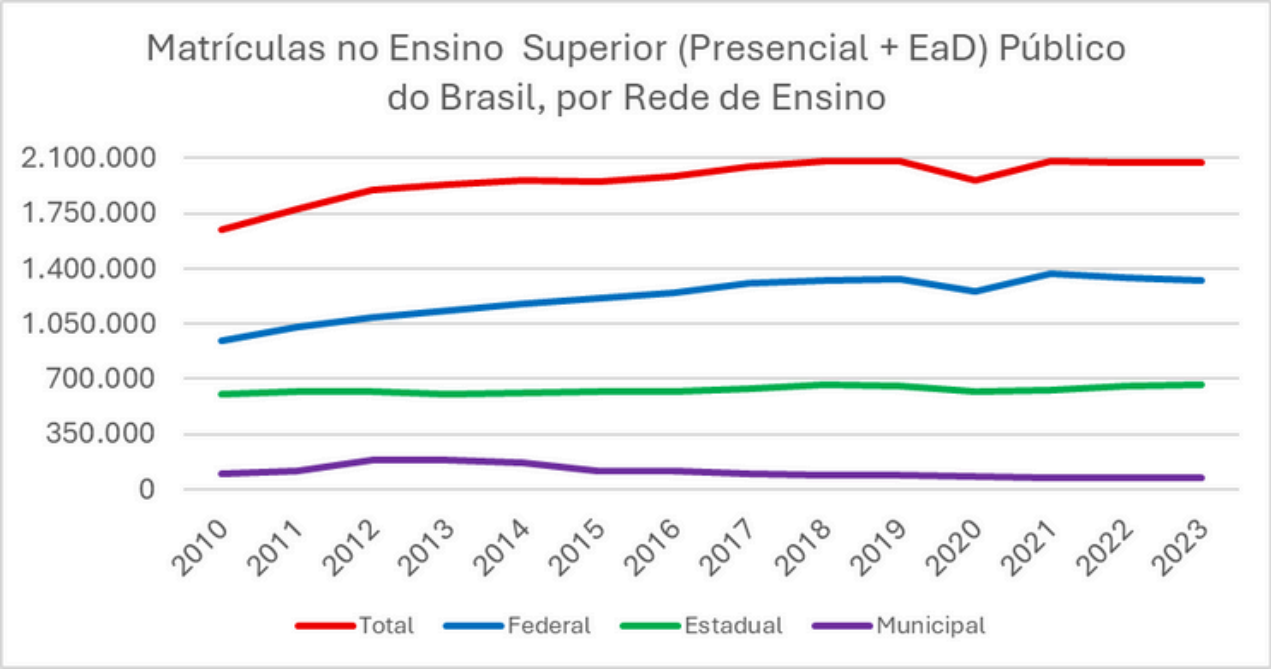


Figura 31 – Matrículas no ensino superior (presencial + EaD) público do Brasil, por rede de ensino.
Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP.

A evolução do ensino superior presencial também é relevante. A Figura 32 mostra que o número de matrículas no ensino privado presencial atingiu um pico em 2015 e vem decaindo desde então. Contudo, essa queda é amplamente compensada pelas matrículas no ensino a distância, como pode ser visto na Figura 32. O crescimento do EaD é notável — e ocorre, majoritariamente, no setor privado com fins lucrativos.

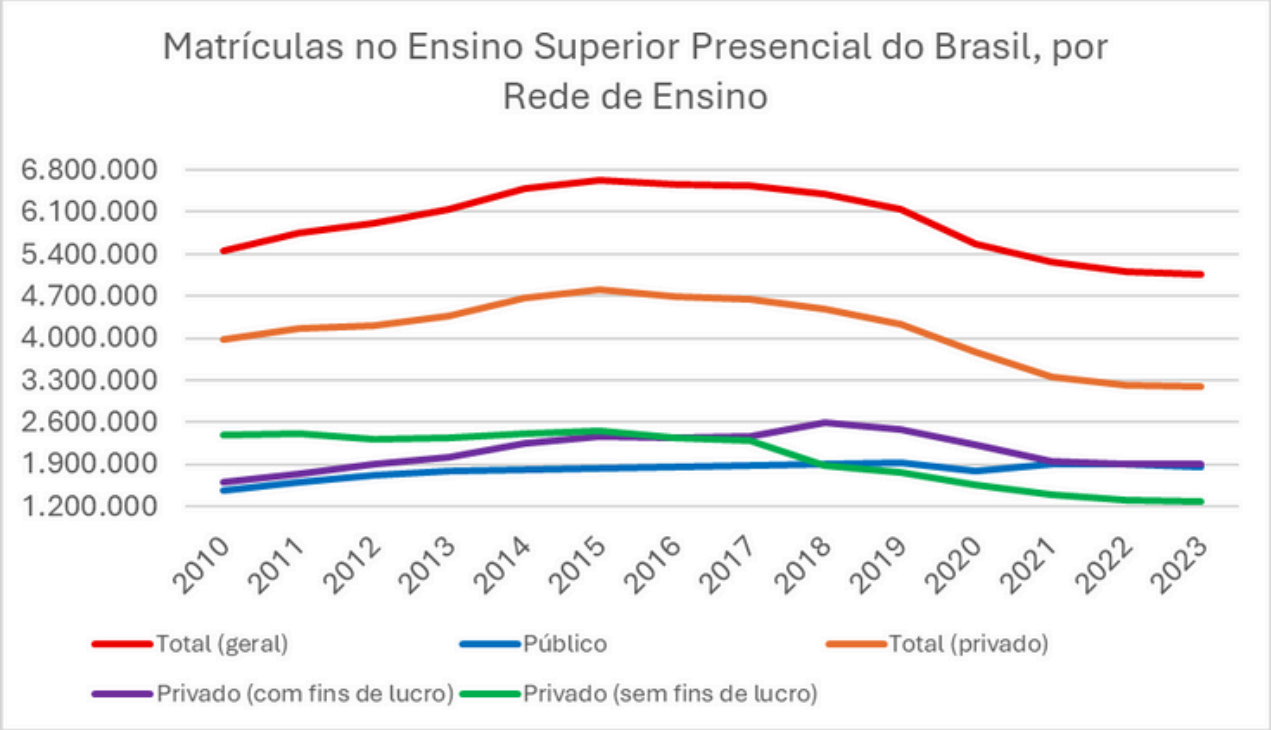


Figura 32 – Matrículas no ensino superior presencial no Brasil, por rede de ensino.
Note que a escala vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP.

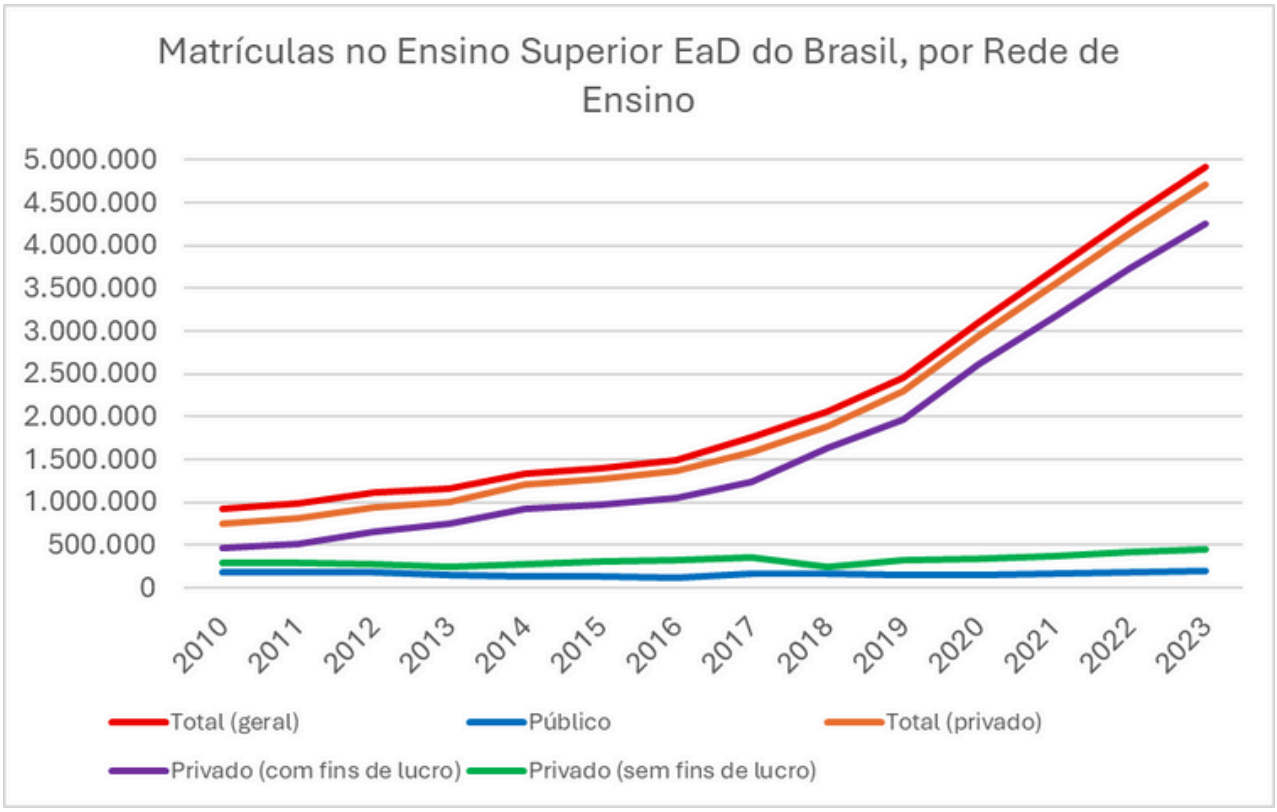


Figura 33 - Matrículas no ensino superior EaD no Brasil, por esfera administrativa.
Fonte: Painel Estatístico do Censo da Educação Superior / INEP.

Esse movimento reflete a busca por alternativas de menor custo, mas traz preocupações importantes em relação à qualidade. A expansão acelerada do EaD, sem regulação adequada, tem gerado questionamentos sobre o conteúdo, a infraestrutura, o acompanhamento docente e os resultados acadêmicos, sobretudo em cursos voltados à formação de professores.

Esse contexto se conecta diretamente ao crescimento da Univesp e à necessidade de fortalecer alternativas públicas e de qualidade no campo da educação superior a distância.

Impactos da autonomia: produtividade das universidades estaduais paulistas

Desde a conquista da autonomia universitária em 1989, as universidades estaduais paulistas — Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) — vêm apresentando resultados consistentes de crescimento e consolidação institucional. A análise dos indicadores de desempenho ao longo do período de 1995 a 2023 confirma os efeitos positivos dessa política pública no fortalecimento do sistema estadual de ensino superior e pesquisa. Os dados se iniciam em 1995, que corresponde ao primeiro ano com dados consolidados das 3 universidades.

O número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação cresceu de forma robusta ao longo das décadas, como mostra a Figura 34, que apresenta também o percentual de crescimento de 1995 a 2023. Este crescimento foi acompanhado por um avanço expressivo no número de formandos: a Figura 35 mostra aumentos de 221,6% no número de doutores formados e 131% no número de mestres no período considerado.

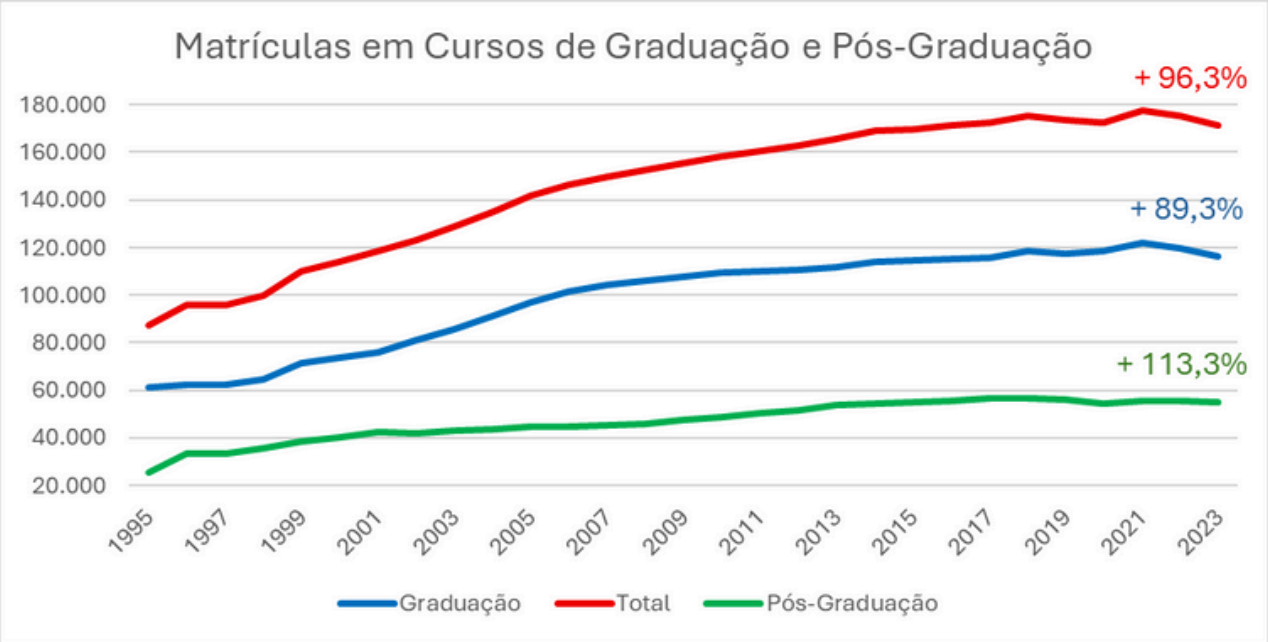


Figura 34 - Matrículas em cursos de graduação e pós-graduação.
A figura também apresenta o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Note que a escala do eixo vertical não se inicia no zero, para facilitar a visualização. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

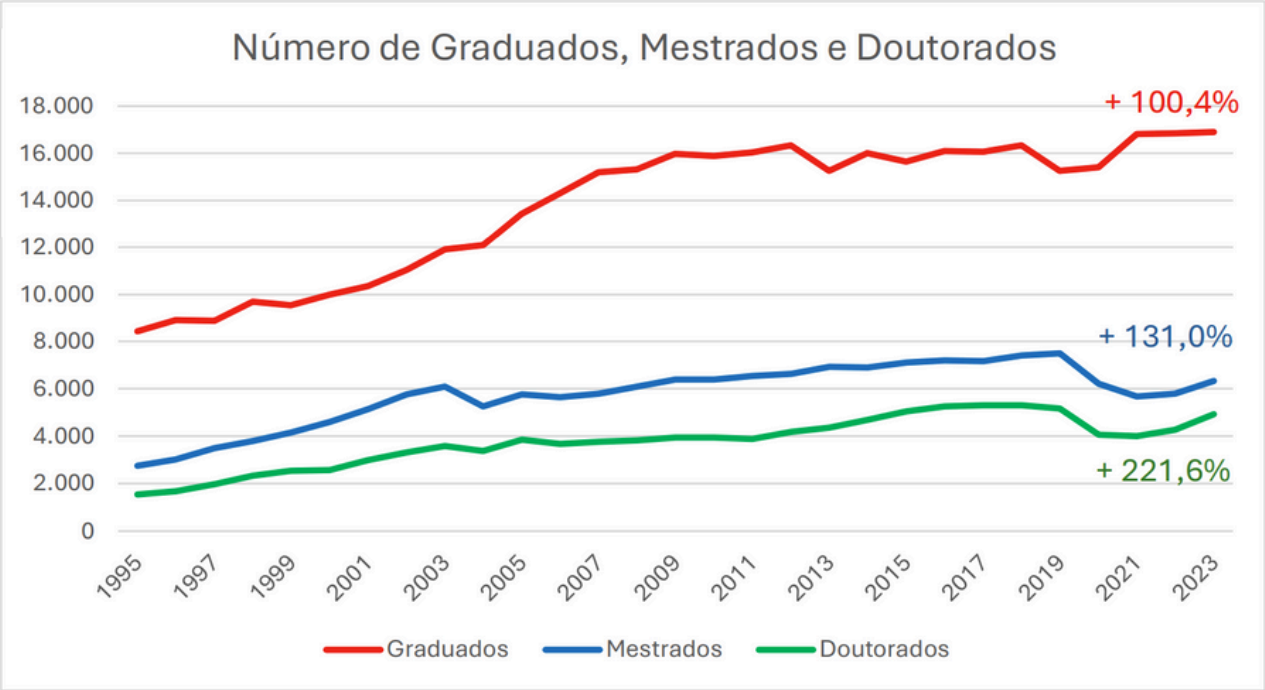


Figura 35 - Número de graduados, mestrados e doutorados nas universidades estaduais paulistas.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

A Figura 36 mostra que o número total de docentes das universidades estaduais paulistas permaneceu essencialmente constante ao longo do tempo, com uma leve redução no número combinado de professores das três instituições. O que deve ser destacado aqui é que o crescimento observado nos demais indicadores (como matrículas, concluintes, titulados e publicações) ocorreu sem aumento proporcional de docentes. Pelo contrário: os avanços aconteceram mesmo diante da estabilidade ou diminuição do quadro docente, o que evidencia ganhos expressivos de produtividade acadêmica nas universidades estaduais.

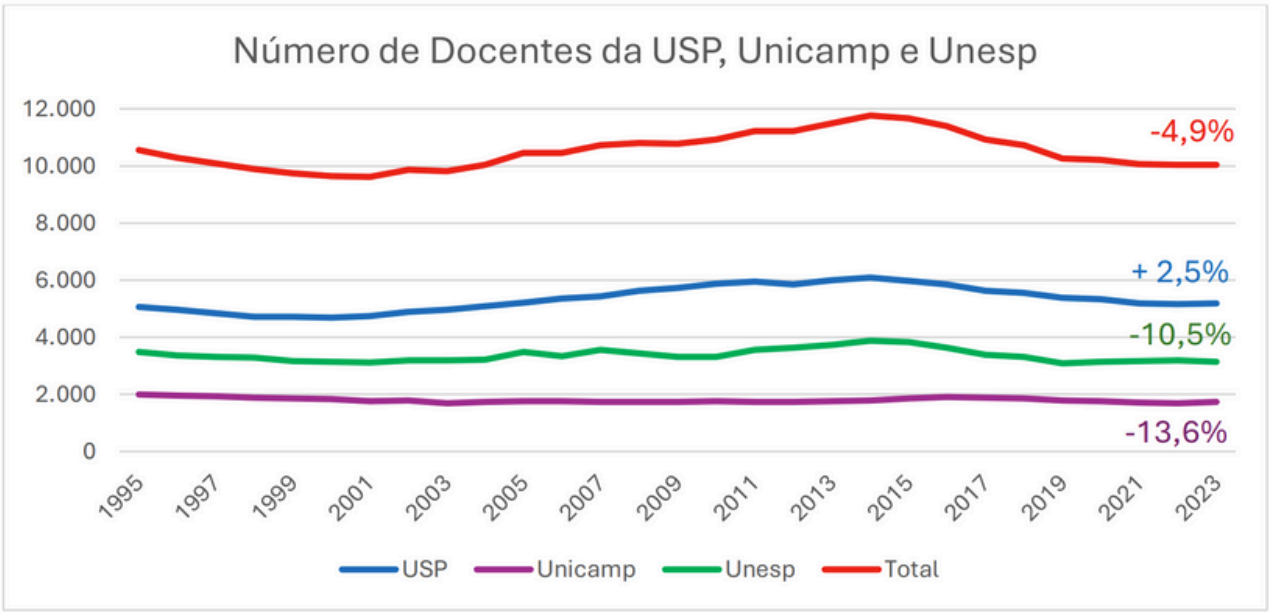


Figura 36 – Número de docentes da USP, Unicamp e Unesp.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

A Figura 37 mostra que, mesmo com variações ao longo do tempo, o número de formandos por docente aumentou significativamente: o número de mestres por docente cresceu 142,8%, e o número de doutores por docente, 238,1%. Isso revela o fortalecimento da capacidade formativa das instituições.

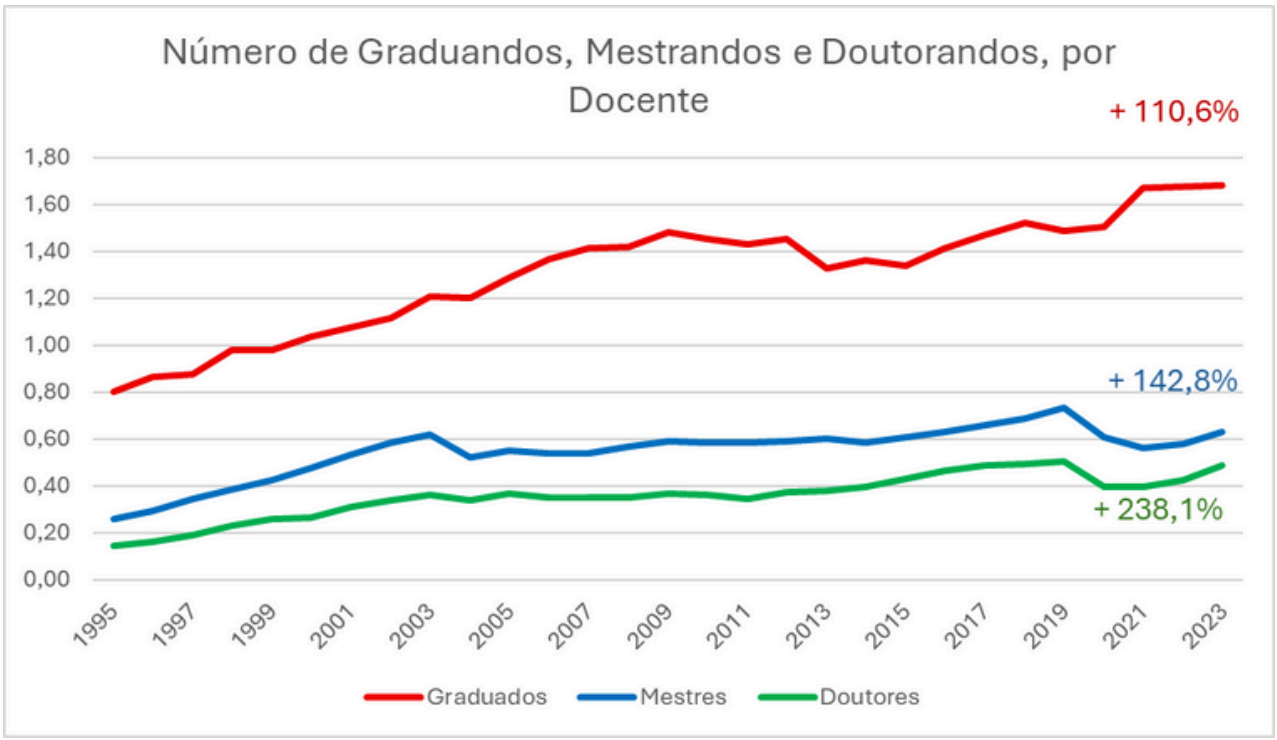


Figura 37 - Número de graduados, mestrados e doutorados nas universidades estaduais paulistas.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

A Figura 38, por sua vez, também colabora com a percepção de aumento da produtividade acadêmica na universidades estaduais, ao mostrar a evolução das matrículas por docente ao longo do tempo.

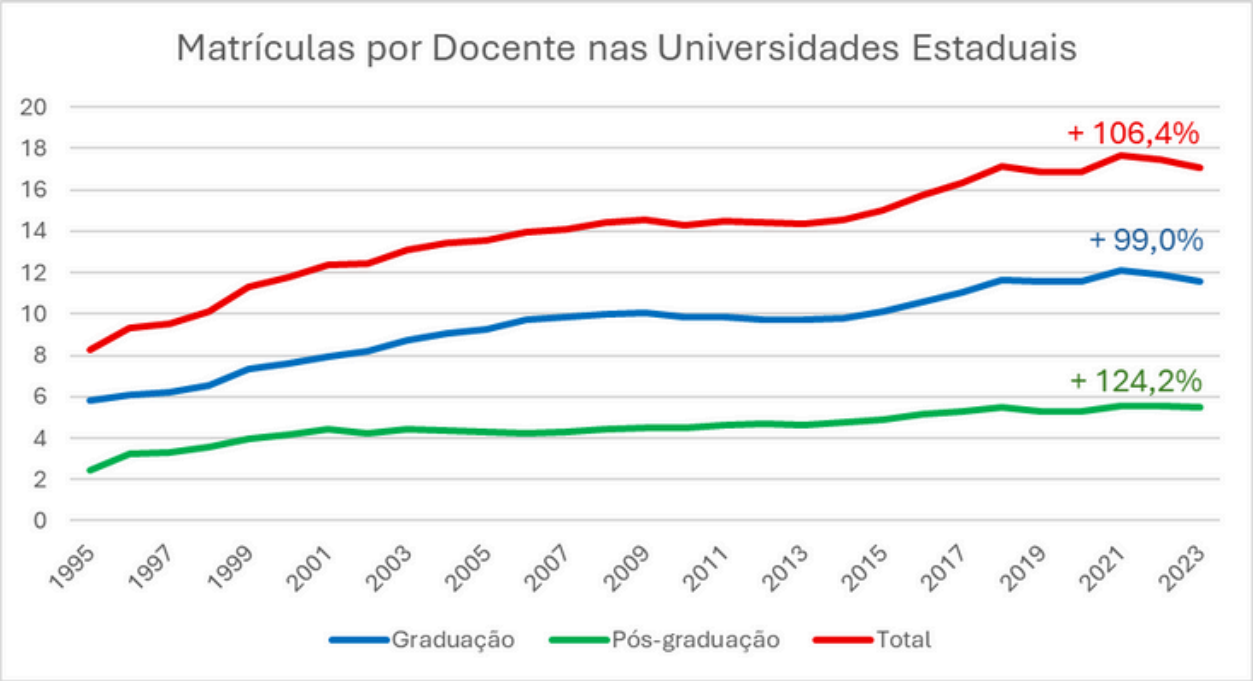


Figura 38 – Matrículas por docente nas universidades estaduais paulistas.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades estaduais paulistas.

Outro indicador fundamental é a produção científica. A Figura 39 apresenta os dados sobre o número de publicações por docente e por milhões de reais investidos, revelando que os índices de produtividade das universidades estaduais paulistas se tornaram comparáveis aos de instituições públicas de excelência da América do Norte e Europa. O crescimento de 697,1% na produção por docente é particularmente expressivo e sinaliza o impacto da política de financiamento estável e da gestão autônoma sobre os resultados acadêmicos.

Figura 39 - Número de publicações por docente e por milhões de reais investidos.
A figura apresenta também o respectivo crescimento percentual entre 1995 e 2023. Foram consideradas as receitas da fonte do tesouro das 3 universidades, em milhões de reais de 2023, deflacionados pelo IPCA médio do ano (média geométrica do índice). O número total de publicações é menor do que a soma das publicações das 3 universidades, pois publicações em conjunto foram computadas uma única vez. Elaboração com base em dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Anuários das universidades; Incites/Web of Science/Clarivate

A sub-representação das universidades federais e do ensino técnico federal em São Paulo

O sistema federal de ensino superior e técnico de nível médio no Brasil é responsável por um volume expressivo de matrículas públicas em todo o território nacional. No entanto, a participação das universidades e dos institutos federais no Estado de São Paulo é muito inferior à média nacional, configurando uma importante distorção no sistema público brasileiro.

A Figura 40 mostra o número de matrículas no ensino superior público (presencial + EaD) no Brasil, por rede de ensino. Os dados revelam que, nos últimos anos, o sistema federal mantém volume significativamente superior de matrículas em relação ao sistema estadual (cerca de duas vezes mais).

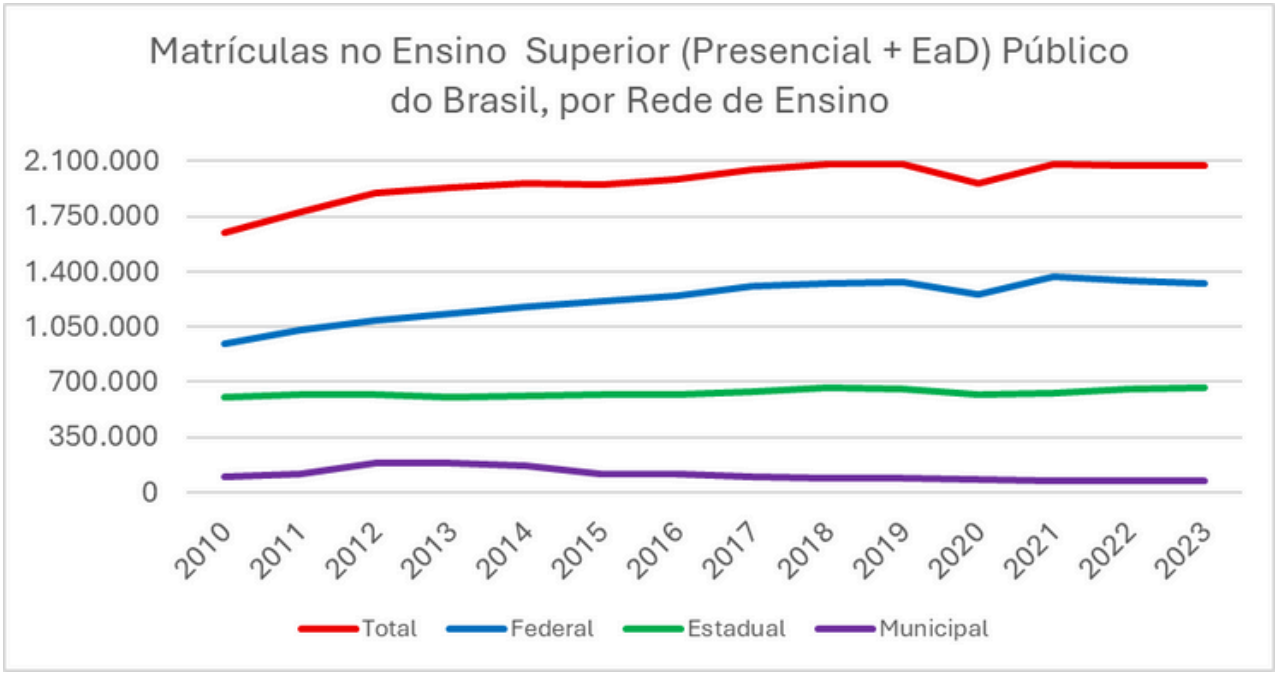


Figura 40 – Repetição da Figura 30 – Matrículas no ensino superior (presencial + EaD) público do Brasil, por esfera administrativa.
Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

Contudo, essa lógica se inverte em São Paulo. Como mostra a Figura 41, o sistema estadual é amplamente predominante no estado, com mais de quatro vezes o número de matrículas do sistema federal.

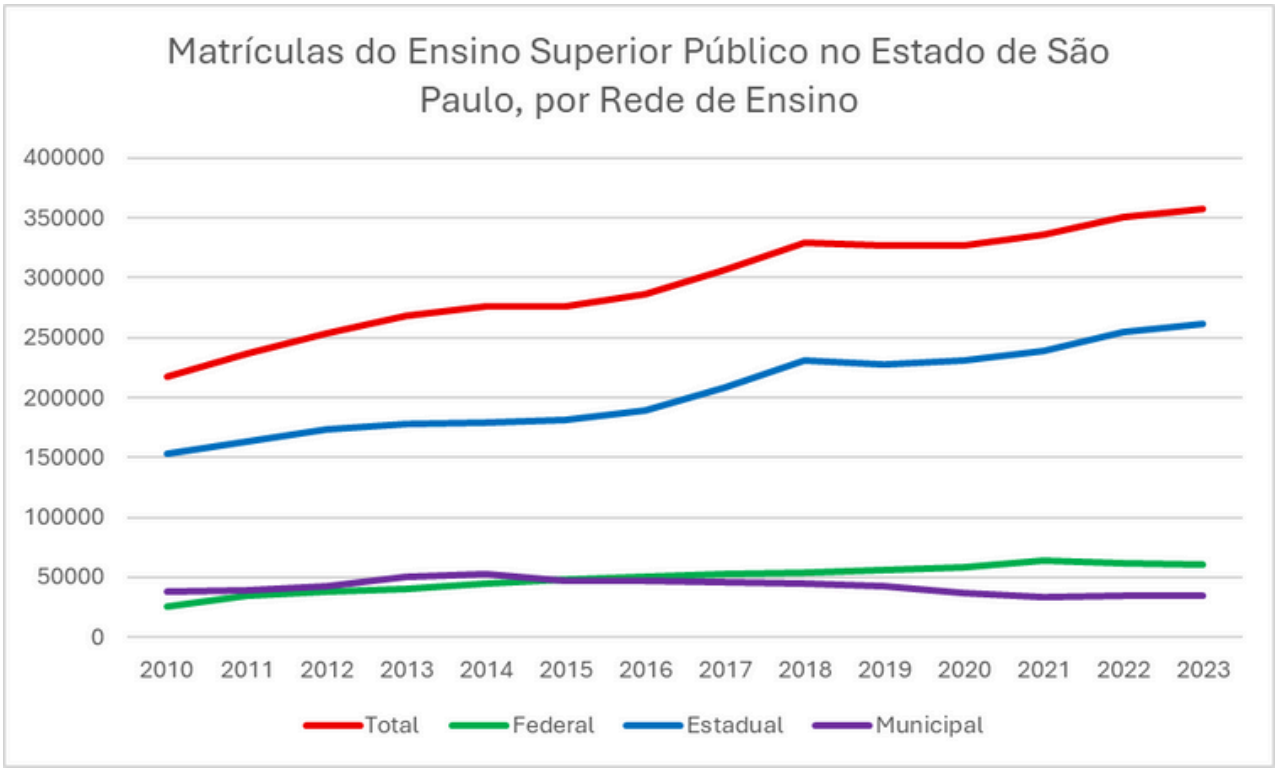


Figura 41 – Matrículas do ensino superior público no Estado de São Paulo, por esfera administrativa.
Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

A baixa presença do sistema federal de ensino superior em São Paulo também se evidencia quando observamos o número de matrículas por 100 mil habitantes. Como mostra a Figura 41, o estado registra cerca de 136 matrículas em instituições federais para cada 100 mil habitantes, enquanto unidades federativas como o Distrito Federal, o Rio Grande do Norte e a Paraíba apresentam índices superiores a 1.200 matrículas por 100 mil habitantes. Essa diferença também se evidencia quando comparamos as matrículas federais em São Paulo com a média do Brasil, que é 4,6 vezes maior. Essa diferença não está relacionada à baixa demanda, mas sim à limitada oferta federal no território paulista, mesmo com sua expressiva população. Em contrapartida, a rede estadual de ensino superior no Estado de São Paulo alcança aproximadamente 574 matrículas por 100 mil habitantes, o que corresponde a uma oferta de 4,2 vezes superior à da rede federal no território paulista.

Ainda sobre o ensino superior, vale mencionar que, no Brasil, a rede federal oferece cerca de 625 matrículas por 100 mil habitantes, frente a 271 das redes estaduais em conjunto, o que indica uma presença federal aproximadamente 2,3 vezes maior. Em São Paulo, entretanto, essa lógica se inverte, com maior peso da rede estadual pública.

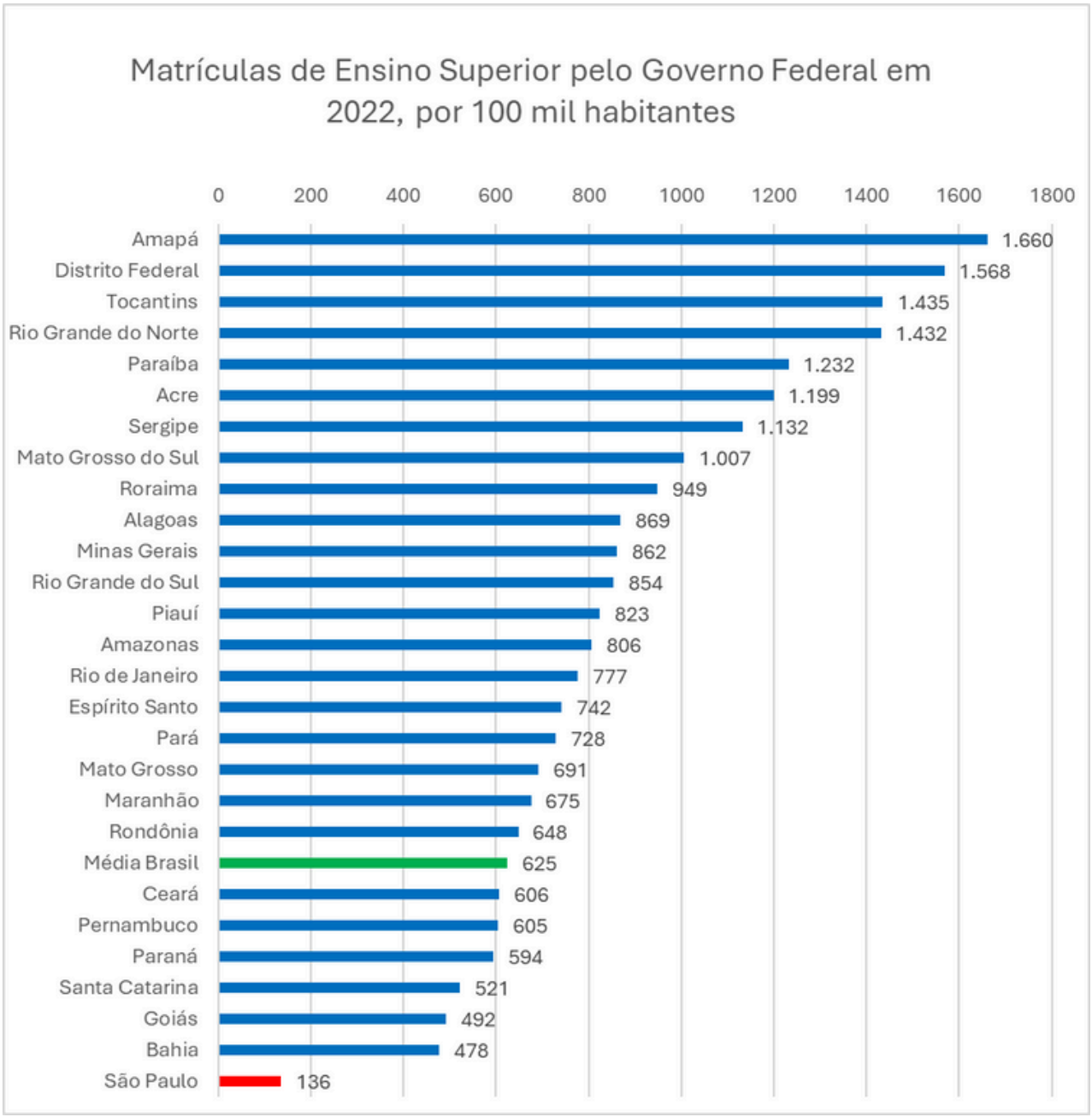


Figura 42 – Matrículas de Ensino Superior Ofertadas pelo Governo Federal em 2022, por 100 mil habitantes.
Fonte: Censo Escolar do Ensino Superior / INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A discrepância de participação federal em São Paulo também se evidencia no ensino técnico-profissional, ao se observar a distribuição das matrículas de educação técnica de nível médio no estado.

Conforme mostra a Figura 43, 88% dessas matrículas estão concentradas na rede estadual, enquanto as redes federal e municipal detêm apenas 6% cada uma.

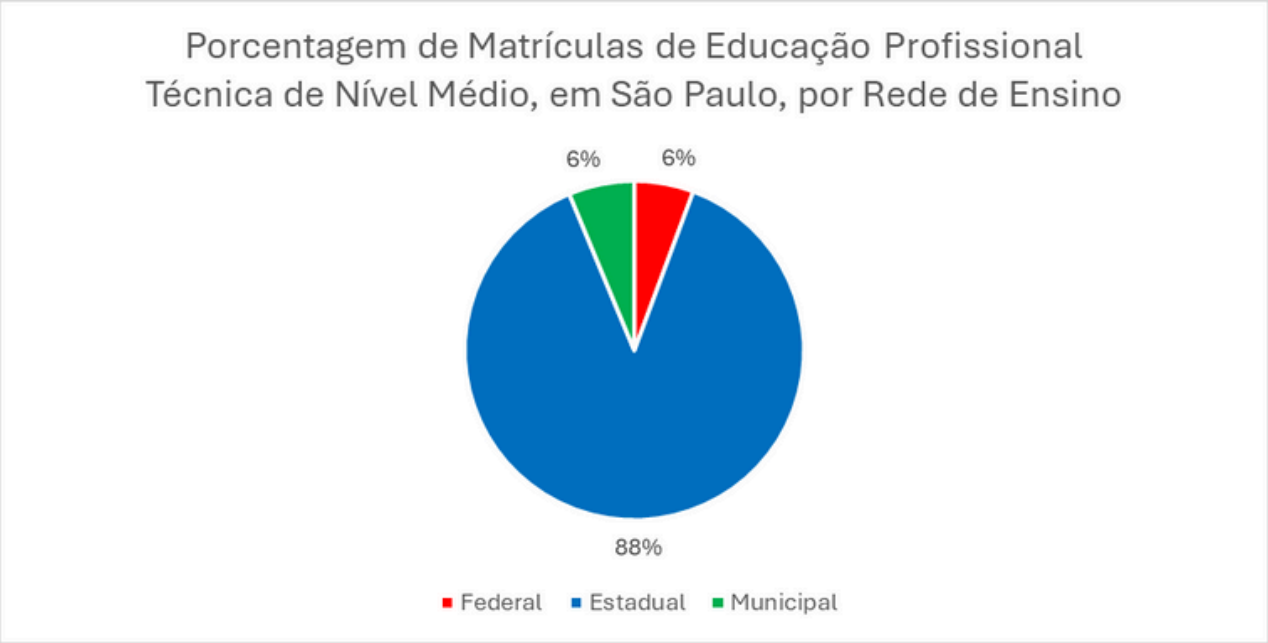


Figura 43 – Porcentagem de Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em São Paulo, por Rede de Ensino.
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha / INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Já a comparação entre unidades da federação evidencia a posição destoante de São Paulo em relação ao restante do país. A Figura 44 mostra que o estado possui o menor número de matrículas federais no ensino técnico por 100 mil habitantes: apenas 55. Isso corresponde a 4,5 vezes menos do que a média do Brasil. Em análise complementar, observa-se que a rede estadual de ensino técnico em São Paulo alcança aproximadamente 514 matrículas por 100 mil habitantes, o que representa uma oferta cerca de 9,3 vezes superior à da rede federal no território paulista.

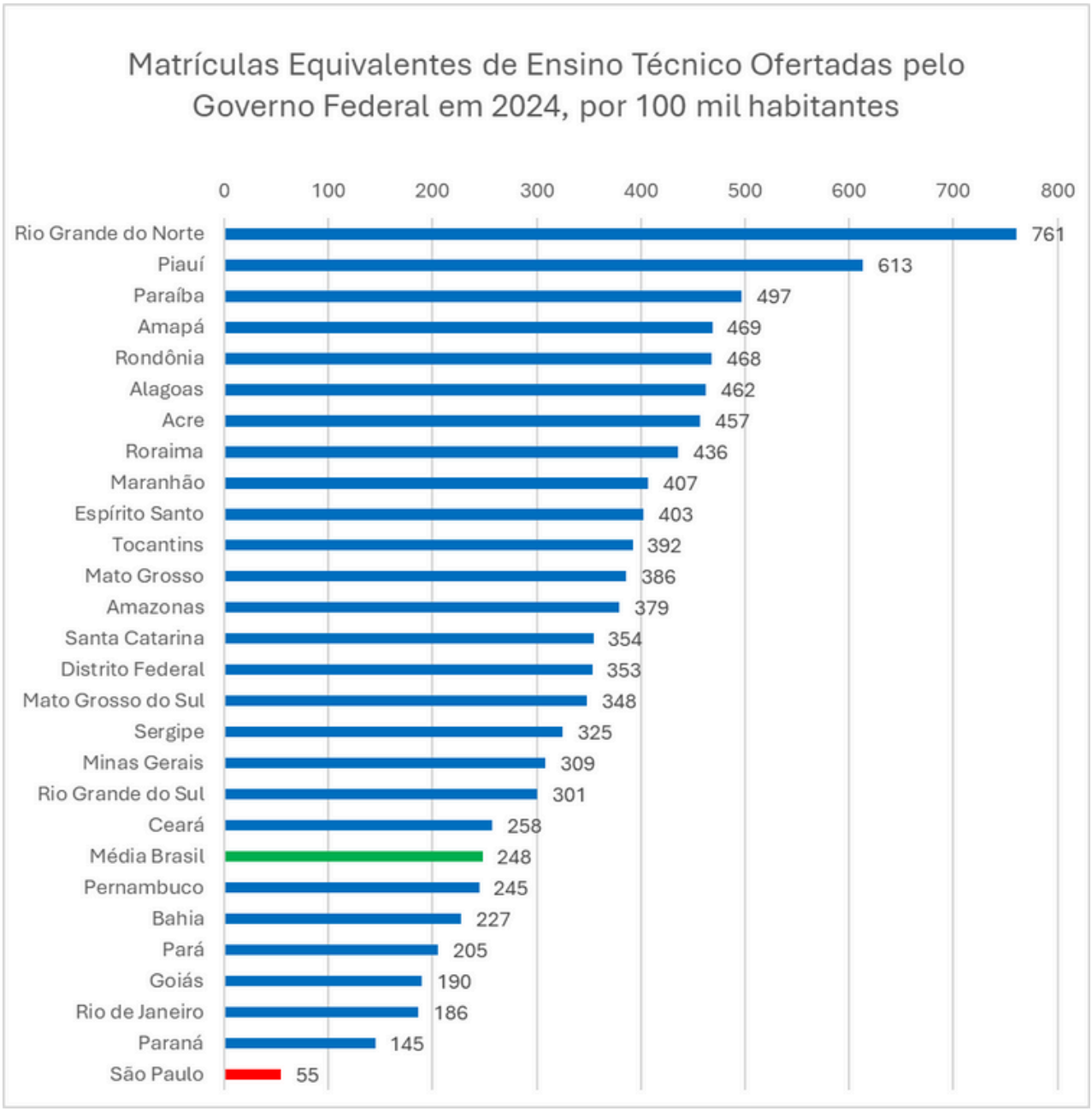


Figura 44 – Matrículas Equivalentes de Ensino Técnico Ofertadas pelo Governo Federal em 2024, por 100 mil habitantes.

Nota: Matrículas equivalentes são estimativas padronizadas baseadas em uma carga horária anual de 800 horas, utilizadas para permitir comparações entre cursos e instituições da Rede Federal. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha / INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esses dados mostram com clareza a sub-representação da esfera federal no ensino superior e técnico-profissional público paulista, revelando a necessidade urgente de ações que promovam maior equilíbrio na oferta pública nacional, atendendo de maneira mais justa e proporcional as demandas educacionais de São Paulo.

Quais desafios precisamos enfrentar?

O fortalecimento do ensino técnico e superior em São Paulo depende do enfrentamento de desafios que limitam sua expansão com qualidade, equidade e sustentabilidade. Esta seção identifica seis obstáculos que afetam o sistema educacional paulista, com base em dados, evidências institucionais e análises acumuladas ao longo dos últimos anos.

Mais do que um diagnóstico descritivo, trata-se de identificar os principais pontos de tensão que dificultam a consolidação de um sistema mais inclusivo, eficiente e articulado — especialmente para públicos que enfrentam barreiras frequentes de acesso, permanência e conclusão nos cursos técnicos e superiores.

Os desafios apresentados a seguir dizem respeito à qualidade do ensino nas redes pública e privada; à formação e valorização docente; à evasão e às condições de permanência estudantil; às desigualdades territoriais e de acesso; à fragmentação entre as etapas de ensino e instâncias de governo; e à sustentabilidade do financiamento público. Reconhecer esses limites é essencial para orientar decisões estratégicas capazes de produzir mudanças estruturais duradouras.

Qualidade do ensino nas redes pública e privada

Apesar da ampliação do acesso à educação superior nas últimas décadas, a qualidade da formação continua sendo um desafio relevante, sobretudo no setor privado com fins lucrativos. Esse segmento concentra a maior parte das matrículas em cursos à distância (essencialmente o dobro das matrículas no presencial, enquanto nas instituições sem fins de lucro a Educação a Distância (EaD) corresponde à metade do presencial), que frequentemente enfrentam críticas quanto à estrutura curricular, à fragilidade no acompanhamento pedagógico e aos baixos resultados acadêmicos. Essas limitações impactam diretamente a formação profissional e a trajetória dos egressos no mundo do trabalho.

No setor público, embora as universidades estaduais mantenham padrões consolidados de excelência, as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) convivem com desafios específicos diante da expansão da oferta. A necessidade de valorização e estabilidade das carreiras docentes, o aprimoramento da infraestrutura física e digital, e o fortalecimento das políticas de permanência são aspectos centrais para garantir a manutenção da qualidade formativa nesse novo contexto.

As Figuras 45 e 46 demonstram como o crescimento recente do ensino superior no Brasil tem sido puxado quase exclusivamente pela modalidade a distância, particularmente no setor privado com fins lucrativos. Enquanto as matrículas presenciais vêm caindo desde 2015, as do EaD mais do que dobraram no mesmo período, superando a marca de 4,7 milhões de alunos em 2023. Esse avanço, embora represente ganho de escala, traz preocupações importantes em relação à qualidade dos cursos, à formação docente, à infraestrutura de apoio e ao acompanhamento pedagógico — especialmente em áreas como as licenciaturas.

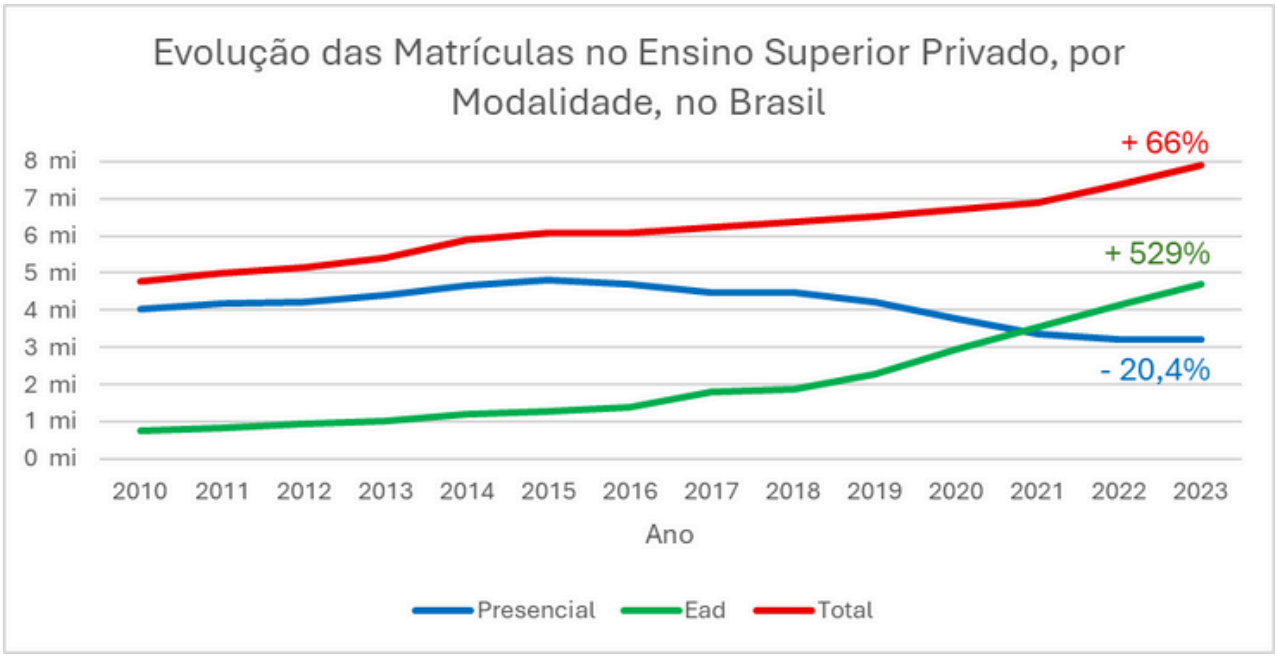


Figura 45 – Evolução das matrículas no ensino superior privado, por modalidade, no Brasil.
Os números representam o crescimento das curvas, em %, entre 2010 e 2023. Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

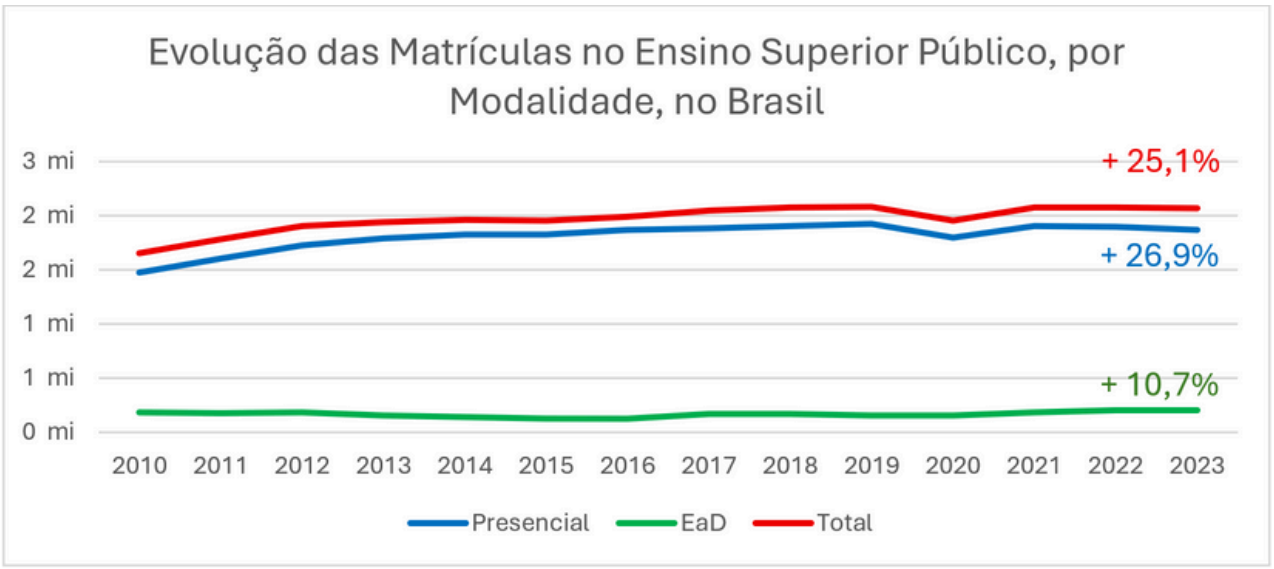


Figura 46 – Evolução das matrículas no ensino superior público, por modalidade no Brasil.
Os números representam o crescimento das curvas, em %, entre 2010 e 2023. Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

A fim de enfrentar parte dessas fragilidades associadas ao EaD, o Governo Federal instituiu novas diretrizes por meio do Decreto nº 12.456/2025. A nova política nacional de educação a distância estabelece regras mais rígidas para a oferta de cursos superiores EaD, especialmente em áreas sensíveis como medicina, direito, enfermagem e psicologia, que passam a ser proibidas de funcionar exclusivamente a distância. As licenciaturas, por sua vez, deverão incorporar atividades presenciais ou adotar o formato semipresencial, com no mínimo 30% da carga horária presencial. Essa regra inviabilizará o funcionamento da

Univesp e dificilmente resolverá o problema que pretende atacar, uma vez que as universidades privadas que oferecem cursos de baixa qualidade no EaD também o fazem no presencial.

Formação e valorização docente

A qualidade da educação básica está diretamente ligada à formação dos professores. Por isso, a formação inicial e continuada de docentes é um dos eixos estruturantes para a melhoria do sistema educacional paulista. A formação oferecida pelo ensino superior impacta diretamente a aprendizagem na educação básica, que, por sua vez, influencia o desempenho no ensino superior, criando um ciclo que pode ser virtuoso (ou vicioso) conforme a qualidade e a valorização da docência. Ampliar a formação de professores com qualidade, acessibilidade e permanência é essencial para superar desigualdades educacionais. Nesse contexto, é importante observar que mais de 60% das licenciaturas no Brasil são oferecidas na modalidade a distância. Diante desse cenário, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) tem ampliado seu papel estratégico com licenciaturas em pedagogia, letras e matemática. A meta de crescimento é de 10% ao ano, de 2026 a 2030, na formação de profissionais para a educação básica, especialmente com medidas de apoio à permanência estudantil. A porcentagem de docentes da rede estadual de São Paulo de ensino médio com formação adequada para as áreas em que lecionam tem se situado em torno de 65% ao longo da série de 2014-2024 (Figura 47).

Esse dado reforça a importância das ações estratégicas de formação inicial e continuada e aponta para a necessidade de fortalecer a formação específica e especializada desses profissionais. Vale ressaltar que o Plano Estadual de Educação (2016-2026) prevê que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior na área de conhecimento em que atuam.

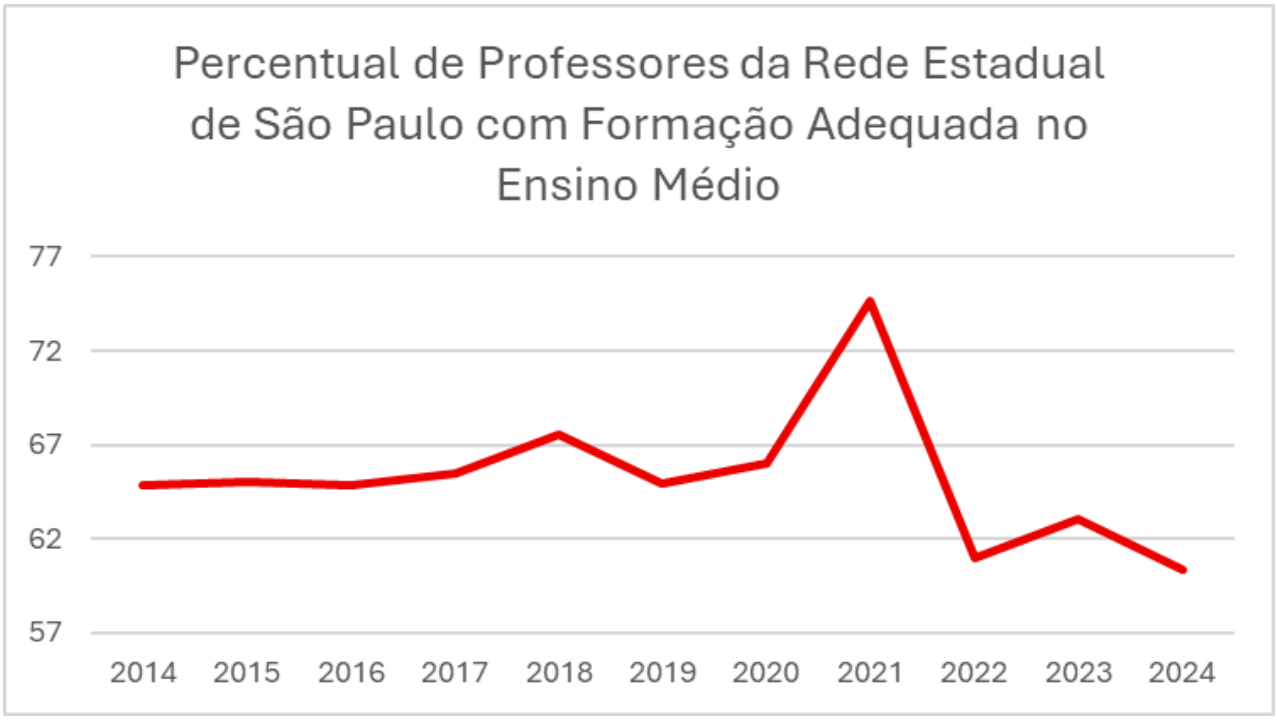


Figura 47 – Percentual de Professores da Rede Estadual de São Paulo com Formação Adequada no Ensino Médio.
Note que a escala vertical não se inicia no zero e não finaliza em 100%. Fonte: Governo do Estado de São Paulo. Plano Plurianual 2024–2027. Anexo I – Das Dimensões Estratégica, Prospectiva e Operacional.

Além da formação inicial, a qualificação continuada tem ganhado espaço com iniciativas de atualização e especialização voltadas a professores da rede pública, incluindo áreas como gestão escolar e novas metodologias de ensino. Essas ações favorecem a valorização da trajetória docente e o fortalecimento da aprendizagem em sala de aula.

Outras instituições do sistema estadual, como as Fatecs, também podem contribuir com a formação de professores, especialmente por meio de experiências laboratoriais, programas formativos articulados e possibilidades de uso de sua infraestrutura em processos de qualificação. A aproximação entre as instituições de ensino superior e as redes escolares é um caminho relevante para ampliar a presença de professores com formação adequada em todo o território paulista.

A valorização docente também envolve aspectos simbólicos e estruturais: melhores condições de trabalho, reconhecimento da carreira e incentivos à qualificação impactam diretamente a atratividade da profissão e a permanência no magistério. Sem esse compromisso, os esforços para melhorar a qualidade do ensino correm o risco de se perderem em meio à descontinuidade ou à desmotivação dos profissionais da educação.

Permanência estudantil

A ampliação do acesso ao ensino técnico e superior no Estado de São Paulo e no Brasil teve um avanço relevante nas últimas décadas. Garantir que os estudantes permaneçam e concluam suas formações segue como um dos principais desafios.

As universidades estaduais (USP, Unicamp, Unesp e Univesp) enfrentam dificuldades similares: muitos estudantes interrompem sua trajetória no meio do curso, seja por motivos econômicos, familiares, acadêmicos ou emocionais. A evasão, embora varie entre cursos e modalidades, revela um padrão: as taxas de desistência são mais altas entre alunos de baixa renda, primeiras gerações na universidade e residentes de regiões periférica

Em São Paulo, os dados da USP, Unicamp e Unesp mostram que uma parcela relevante dos estudantes que ingressam no ensino superior interrompe seus estudos ao longo dos primeiros anos após o ingresso. Como mostra a *Figura 48*, entre os alunos que ingressaram em 2015, 31% haviam desistido após cinco anos. Para os ingressantes de 2017, a taxa acumulada de desistência em cinco anos alcançou 25%, e entre os estudantes que ingressaram em 2019, esse percentual chegou a cerca de 28%. Esses resultados indicam que a desistência cresce de forma gradual ao longo dos anos após o ingresso. Como parte dos estudantes permanece matriculada sem concluir ou abandonar o curso após cinco anos, esses percentuais tendem a aumentar com o tempo.

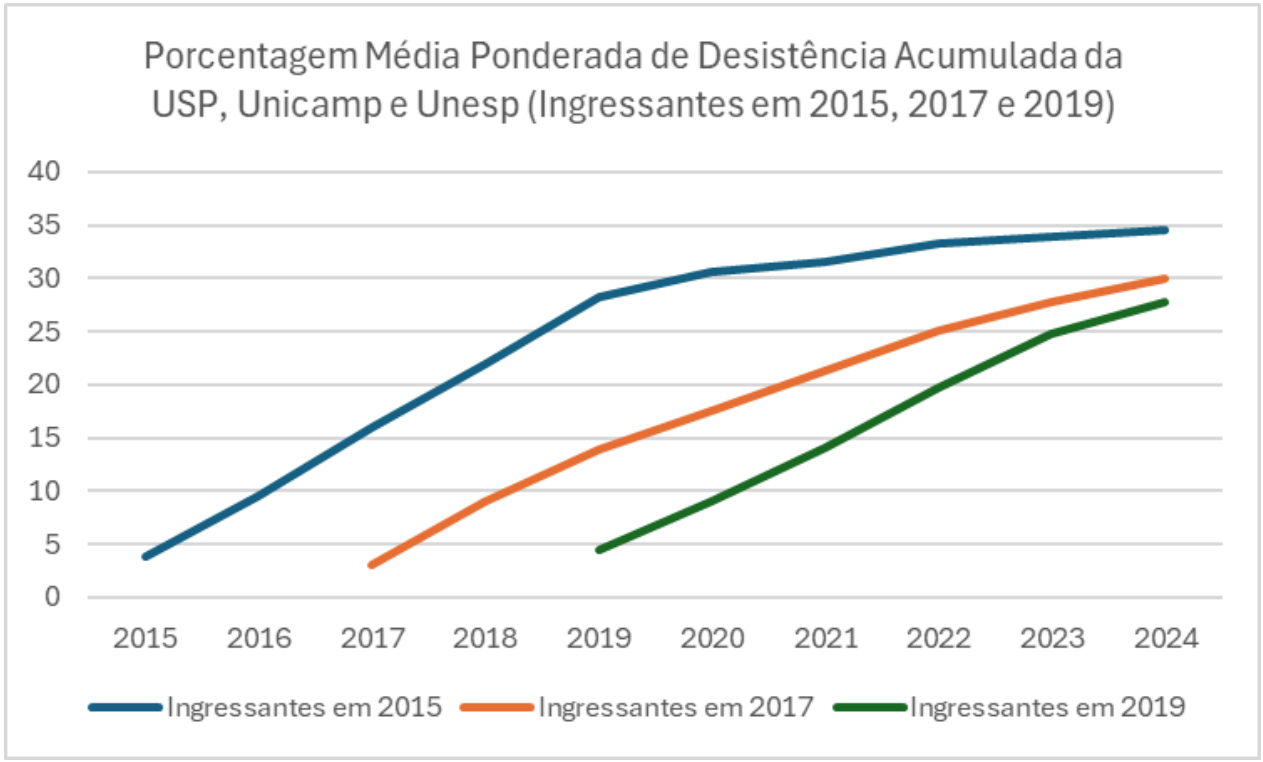


Figura 48 – Porcentagem Média Ponderada de Desistência Acumulada da USP, Unicamp e Unesp (Ingressantes em 2015, 2017 e 2019).
Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

Dados do Painel do Censo da Educação Superior (INEP) indicam que a evasão no ensino superior é um fenômeno persistente, com maior incidência nos cursos a distância. Em São Paulo, a Univesp apresenta um crescimento contínuo da taxa de desistência acumulada em patamares mais elevados do que aqueles observados nas demais universidades paulistas. Como demonstra a *Figura 49*, entre os estudantes que ingressaram em 2020, a desistência acumulada passou de cerca de 9% no ano do ingresso para aproximadamente 52% após quatro anos. Ainda que o indicador permaneça elevado, os dados apontam uma melhora recente: para a coorte anterior, de ingressantes em 2019, a taxa de desistência acumulada após cinco anos alcançou cerca de 70%, percentual superior ao observado para os ingressantes mais recentes.

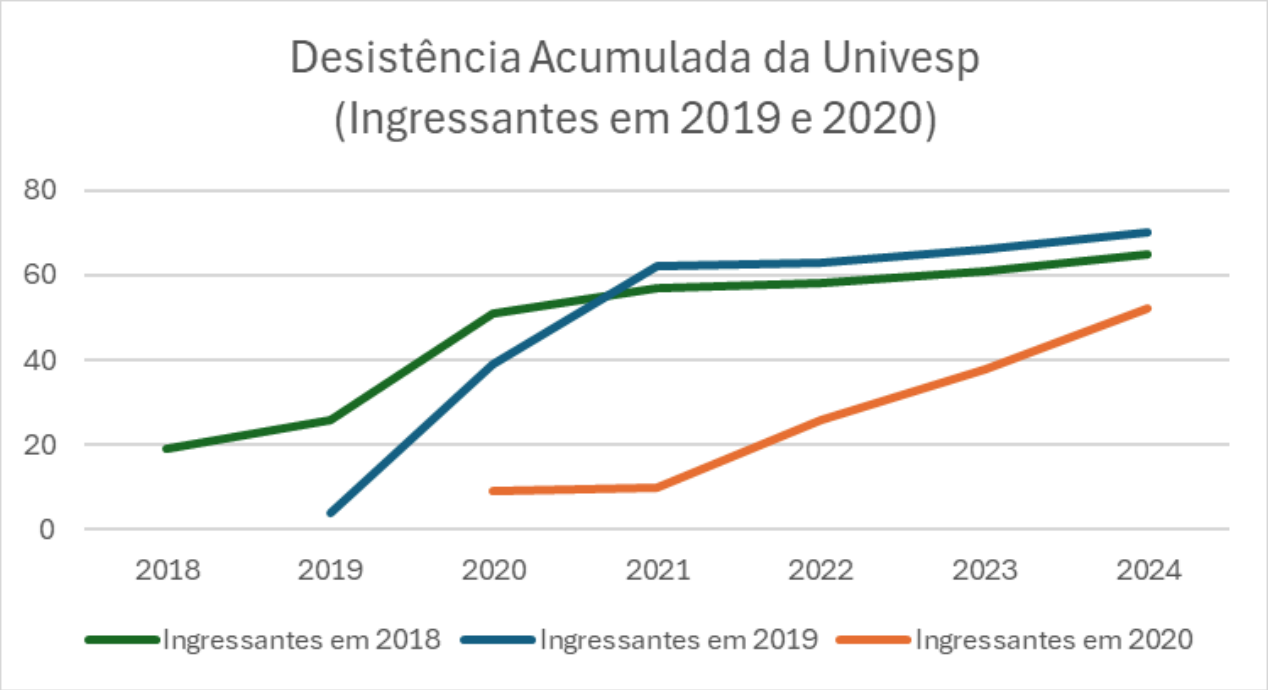


Figura 49 – Desistência Acumulada da Univesp (Ingressantes em 2019 e 2020).
Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

Em nível nacional, a permanência estudantil também se apresenta como um desafio relevante para o ensino superior brasileiro. A *Figura 50* ilustra a evolução da taxa de desistência acumulada de estudantes que ingressaram nos anos de 2015, 2017 e 2019 no país. Em todos os anos analisados, as taxas são consistentemente mais altas nos cursos a distância em comparação aos presenciais.

Entre os ingressantes de 2019, por exemplo, 15% dos alunos de cursos presenciais e 18% dos de EaD já haviam abandonado o curso apenas um ano após o ingresso. Em 2023, esses índices chegaram a 54% e 63%, respectivamente. A tendência se repete nos anos anteriores, como em 2015, em que a taxa de desistência acumulada chegou a 59% nos cursos presenciais e a 65% no EaD.

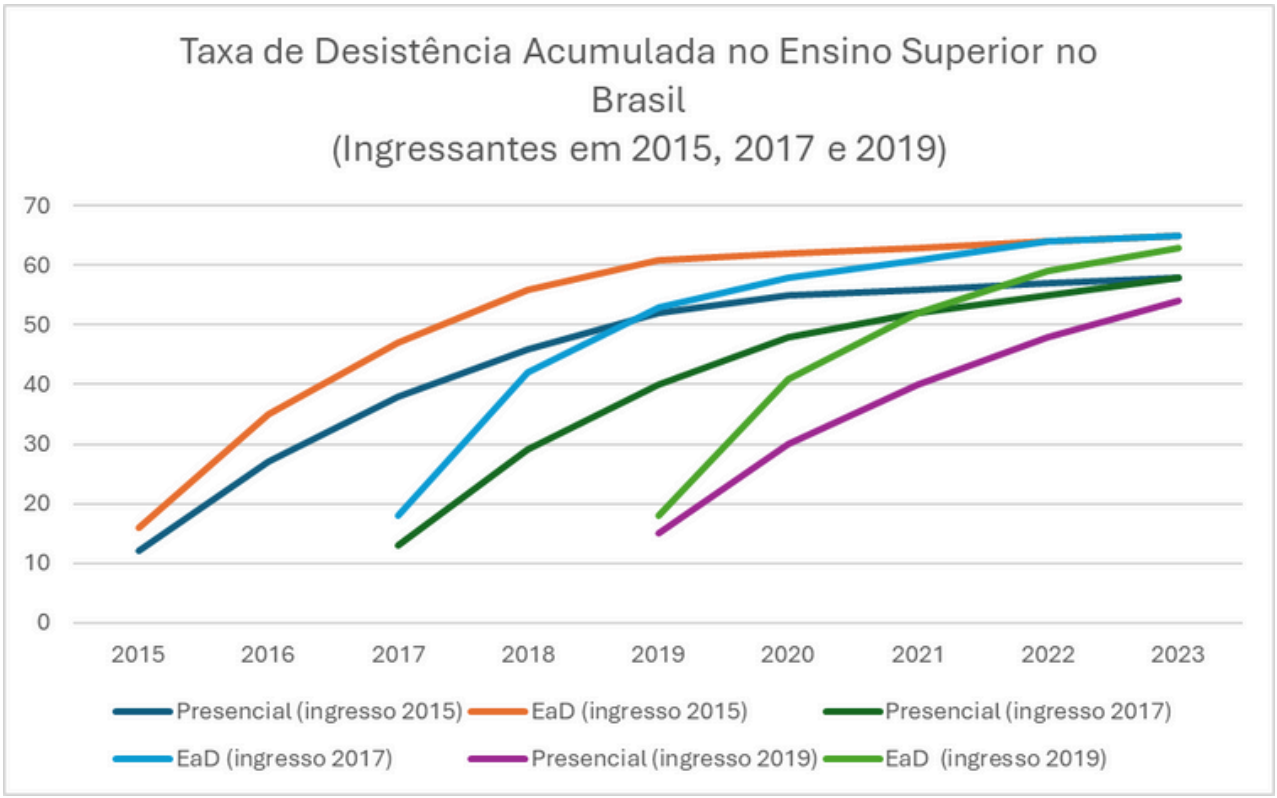


Figura 50 – Porcentagem de Desistência Acumulada no Ensino Superior no Brasil (Ingressantes em 2015, 2017 e 2019).
Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP.

Esses dados indicam que, embora o modelo presencial apresente melhores resultados, cerca da metade dos estudantes ainda não concluem o curso, revelando um problema sistêmico que afeta diferentes formatos e perfis institucionais. Além disso, levantam preocupações importantes sobre a efetividade da expansão do EaD no Brasil, especialmente quando não acompanhada de medidas estruturadas de permanência e suporte ao estudante.

Políticas de permanência estudantil tornaram-se estratégias estruturantes para garantir equidade. Bolsas de auxílio, moradia, alimentação, transporte e atendimento psicológico cumprem um papel importante, mas não são suficientes.

A evasão não é apenas um indicador institucional: representa a ruptura de um projeto de vida, comprometendo a mobilidade social de estudantes que depositam na educação pública expectativas de transformação.

Além das barreiras econômicas e institucionais, a permanência e a conclusão no ensino superior ainda refletem desigualdades estruturais associadas ao sexo, a cor ou raça. Como demonstra a *Figura 51*, a porcentagem da população com ensino superior completo apresenta variações marcantes entre diferentes grupos, sendo menores entre pessoas negras e pardas, e também

entre homens, quando comparados às mulheres. Esses dados reforçam a importância de políticas de permanência que sejam sensíveis às múltiplas dimensões das desigualdades sociais, ampliando as oportunidades de acesso, acompanhamento e conclusão para todos os perfis estudantis.

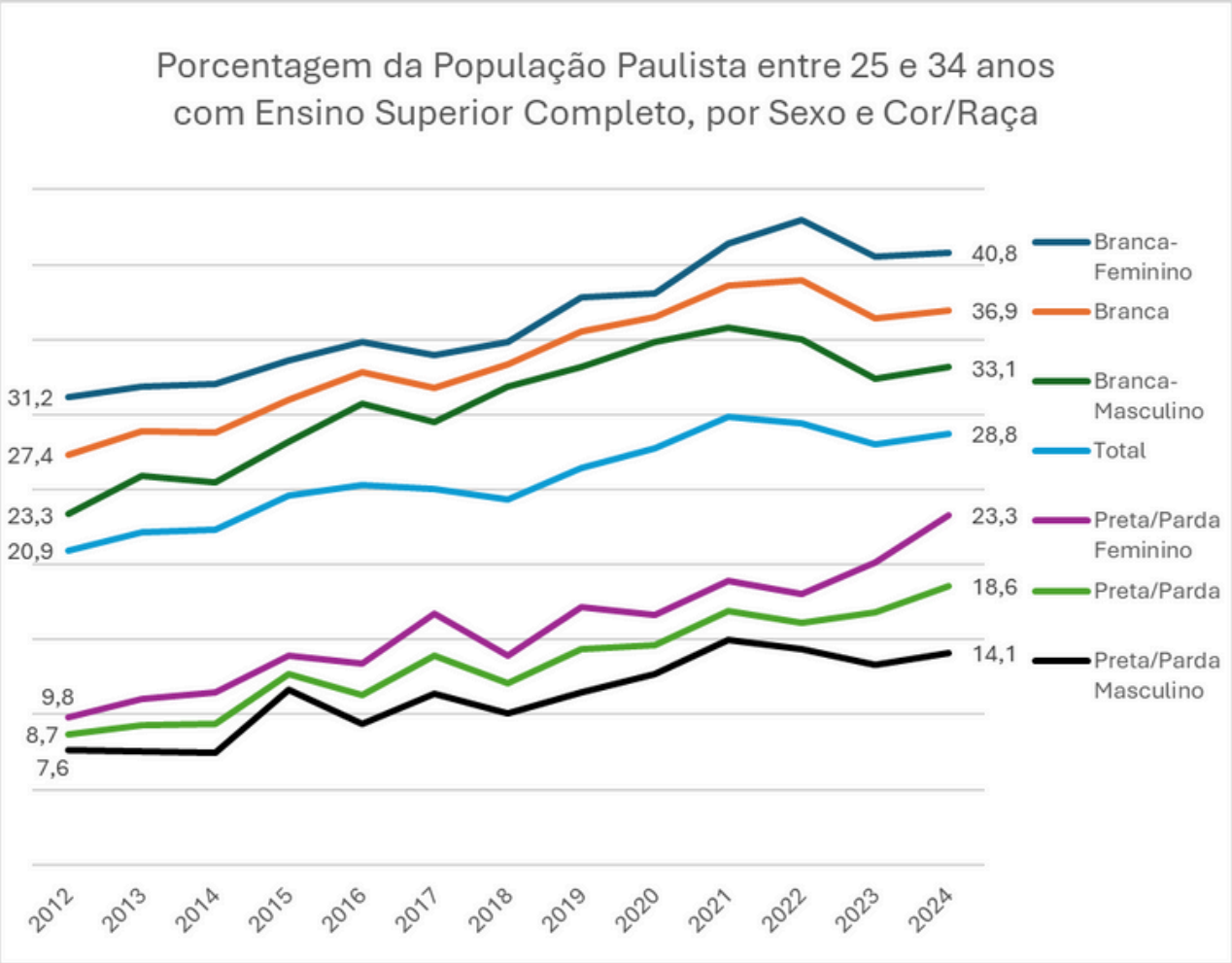


Figura 51 – Porcentagem da população paulista entre 25 e 34 anos com ensino superior completo, por sexo e cor/raça.
Elaborado com dados organizados por Renato Hyuda de Luna Pedrosa. Fonte: Painel do Censo da Educação Superior, INEP

Desigualdades territoriais e de acesso ao ensino superior

Apesar dos avanços na expansão do ensino superior público em São Paulo, sua distribuição territorial segue marcada por desigualdades significativas. A maioria das instituições e das vagas presenciais ainda se concentra em regiões metropolitanas e em cidades de maior porte, enquanto áreas do interior permanecem com baixa cobertura de oferta educativa.

A Unesp, por exemplo, adota um modelo multicampi e está presente em 24 municípios, com 34 unidades universitárias distribuídas entre o interior, a capital e o litoral. Já a USP, mantém sete campi, localizados principalmente na capital e em centros urbanos como Bauru, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos e Piracicaba. A Unicamp, por sua vez, concentra-se em Campinas, com unidades adicionais em Limeira, Piracicaba e Paulínia. Embora essas três universidades representem a elite acadêmica do Estado e tenham avançado em políticas de inclusão, sua presença territorial ainda está restrita a um número limitado de cidades.

Nesse contexto, a Univesp cumpre papel central na estratégia de interiorização do ensino superior por meio da educação a distância. Com 424 polos espalhados por 370 municípios, a universidade virtual atinge 57% do território paulista e cobre mais de 92% da população do Estado. Essa capilaridade, no entanto, esbarra em desigualdades de infraestrutura, conectividade e apoio pedagógico nos polos.

Outro agente importante no esforço de interiorização é o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que, por meio das Fatecs, oferece ensino superior tecnológico em 82 unidades, presentes em 74 municípios. Ainda que tenha ampliado significativamente sua presença nos últimos anos, o sistema continua concentrado em eixos industriais e urbanos, o que limita o acesso em regiões mais distantes dos grandes centros produtivos. As Etecs, com cerca de 223 unidades, estão presentes em uma fração maior dos municípios, mas voltadas apenas ao ensino técnico de nível médio.

O esforço de cobertura precisa considerar não apenas a abertura de novos polos e unidades, mas também a qualificação dos já existentes, com infraestrutura adequada, apoio estudantil e integração efetiva com o território.

Integração entre ensino médio, técnico e superior

A integração entre o ensino médio, técnico e superior é um desafio estratégico para a qualificação da formação educacional e para a construção de percursos formativos mais coerentes com as necessidades sociais e econômicas. A superação da fragmentação entre etapas e entre os diferentes entes federativos exige estratégias colaborativas e políticas integradas.

Entre as iniciativas em curso, destaca-se o programa Articulação Ensino Médio e Superior (AMS), desenvolvido pelo CEETEPS. Voltado à aceleração da trajetória educacional, permite que estudantes das Etecs ingressem em cursos das Fatecs, formando-se no ensino médio, técnico e superior em cinco anos.

Em 2024, o AMS contava com mais de 4 mil alunos em Etecs e mais de 1 mil em Fatecs, com 186 turmas em andamento, distribuídas por 50 Etecs (147 turmas em 38 municípios) e 39 Fatecs (39 turmas em 23 municípios), organizadas em 12 eixos tecnológicos distintos. O programa teve uma expansão significativa: em 2020, eram apenas 1.223 alunos matriculados; em 2025, esse número saltou para 7.016.

Também têm avançado mudanças curriculares que aproximam as etapas de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta a formação por áreas do conhecimento e itinerários formativos, o que abre espaço para trajetórias que integrem componentes técnicos e acadêmicos ainda no ensino médio.

A ampliação da oferta de cursos superiores voltados à gestão, tecnologia e licenciaturas por instituições como a Univesp contribui para dar continuidade à formação de egressos do ensino técnico, fortalecendo trajetórias integradas.

Além disso, parcerias entre municípios e o CEETEPS têm possibilitado a oferta de cursos técnicos em escolas de ensino médio municipais, como ocorre na capital paulista. Também existem experiências de cooperação entre estados e o governo federal, especialmente por meio dos Institutos Federais, que oferecem cursos integrados e programas de formação inicial e continuada.

Financiamento e sustentabilidade

O sistema de ensino superior público do Estado de São Paulo possui características únicas no cenário nacional. USP, Unesp e Unicamp são financiadas diretamente por meio de uma porcentagem fixa da cota-parte do ICMS arrecadado pelo Estado. Esse modelo, consolidado desde 1989 com o chamado Decreto da Autonomia, permitiu que essas instituições tivessem maior previsibilidade orçamentária e liberdade de gestão, criando um ambiente mais favorável ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação, à inovação e à extensão.

Essa estabilidade no financiamento foi um dos fatores centrais para o desenvolvimento do sistema universitário paulista, que hoje é responsável por uma parcela significativa da produção científica do país. No entanto, o modelo enfrenta desafios importantes. Com as mudanças no sistema tributário nacional e a prevista substituição do ICMS por novos tributos, a principal fonte de financiamento das universidades será rediscutida, exigindo atenção à sustentabilidade e à estabilidade no longo prazo.

Além das universidades, o Estado mantém uma ampla rede de instituições de ensino superior tecnológico, como as Fatecs e a Univesp, voltada à educação a distância.

Ambas também dependem do orçamento estadual, mas estão mais sujeitas a variações e contingenciamentos, o que afeta a continuidade de programas, a expansão de vagas e a qualificação das estruturas de apoio.

Outro aspecto relevante está relacionado ao crescimento da demanda por políticas de assistência e permanência estudantil, infraestrutura digital, e inovação pedagógica. Esses elementos, fundamentais para garantir qualidade e equidade, exigem investimentos consistentes e contínuos, que precisam ser considerados no planejamento de longo prazo das instituições.

O financiamento da educação superior pública em São Paulo, portanto, não se resume somente ao volume de recursos, mas à sua previsibilidade, regularidade e adequação às novas demandas sociais e tecnológicas.

Para onde vamos?

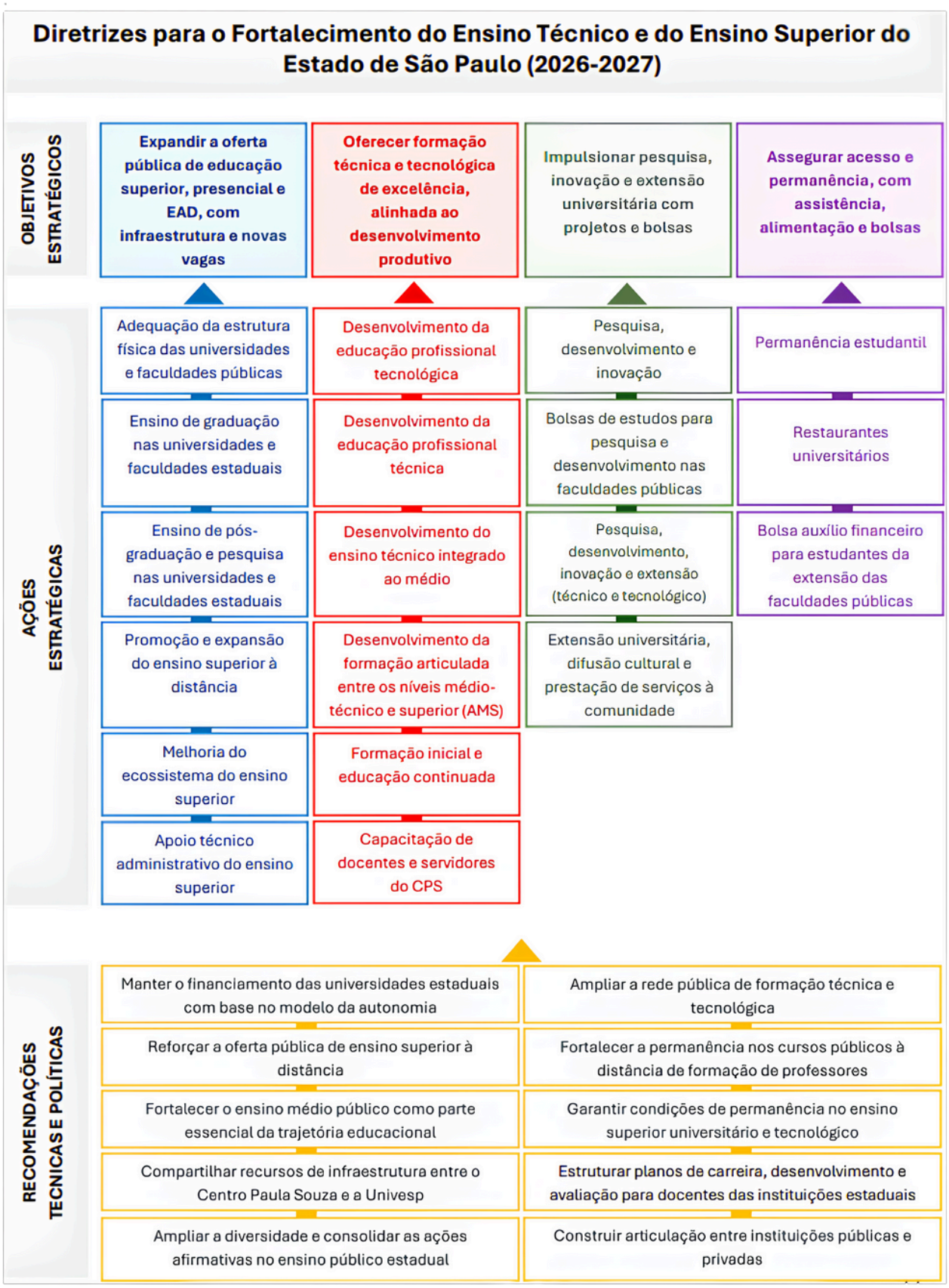
Este capítulo apresenta os caminhos para o fortalecimento do ensino técnico e superior de São Paulo entre 2026 e 2027. Com base na análise histórica, do cenário atual e dos desafios identificados, as diretrizes aqui reunidas buscam conduzir o diagnóstico em ações concretas.

A estrutura da seção está organizada em três eixos principais: os **objetivos estratégicos**, que definem os eixos prioritários de transformação; as **recomendações técnicas e políticas**, voltadas à atuação de governos, instituições e sociedade civil; e o mapeamento das **ações, indicadores e metas do Plano Plurianual do Estado,** que se conectam diretamente com essas diretrizes e contribuem para sua implementação, acompanhamento e avaliação.

Embora o horizonte de dois anos esteja alinhado ao ciclo do Plano Plurianual (PPA), é importante reconhecer que, em termos educacionais, esse intervalo representa um período bastante curto para transformações estruturais mais profundas. Por isso, espera-se que um novo documento, com análises atualizadas e estratégias ajustadas, seja elaborado no início do próximo ciclo do PPA, garantindo continuidade e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao ensino técnico e superior no Estado de São Paulo. Nesse processo, temas emergentes como o empreendedorismo vinculado à produção de conhecimento e a transição digital poderão ser discutidos e incorporados no planejamento estratégico futuro.

Para facilitar a compreensão do conjunto das diretrizes, apresenta-se na página seguinte o **Mapa Estratégico**, que sintetiza visualmente os objetivos, ações estruturantes e recomendações deste capítulo.

Mapa Estratégico



Objetivos Estratégicos

Nessa seção apresentamos os objetivos estratégicos que orientam este conjunto de diretrizes e que buscam responder a questões estruturais como a qualidade do ensino, a formação e valorização docente, a permanência estudantil, as desigualdades territoriais e de acesso, e a integração entre diferentes níveis educacionais.

Os objetivos foram definidos com base na Teoria da Mudança, a partir de um diagnóstico das barreiras e causas estruturais que limitam o desempenho do sistema educacional. Esse processo permitiu construir uma lógica de transformação orientada por resultados, com caminhos e estratégias coerentes com as condições institucionais do Estado.

Além de estarem alinhados ao conjunto de ações previstas no Plano Plurianual (PPA) do Estado de São Paulo para o período de 2024 a 2027, os objetivos estratégicos aqui propostos dialogam diretamente com o Objetivo Estratégico “Garantir o acesso e permanência no sistema educacional, assegurando a qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a equidade”, definido no próprio PPA estadual. Também são estabelecidas conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estarão destacados em cada um dos objetivos estratégicos a seguir.

Os objetivos estratégicos funcionam como referência para as recomendações técnicas e políticas apresentadas na próxima seção. Essa convergência reforça a articulação entre as diretrizes propostas e a prática da gestão pública.

1. Expandir a oferta pública de educação superior, presencial e EAD, com infraestrutura e novas vagas

Expandir a oferta pública de educação superior em São Paulo, tanto na modalidade presencial quanto a distância, é um imperativo estratégico para enfrentar dois desafios centrais: a desigualdade territorial no acesso e a elevada dependência do setor privado, sobretudo na EaD.

Esse cenário reforça a importância da expansão qualificada das instituições públicas paulistas — como USP, UNICAMP, UNESP e UNIVESP — para democratizar o acesso e promover o desenvolvimento regional.

Este objetivo propõe o fortalecimento da capacidade das instituições públicas para ampliar vagas com qualidade. Isso envolve ações estruturantes como a construção, reforma e adequação de instalações físicas; a ampliação da formação em diversas áreas do conhecimento; e a titulação de mestres e doutores que consolidem o sistema estadual de ensino, pesquisa e inovação.
Também se prevê o fortalecimento da modalidade EaD, especialmente por meio da Univesp, com base tecnológica robusta e padrões de qualidade equivalentes aos da formação presencial.

O objetivo, portanto, é consolidar a ampliação da oferta com qualidade e infraestrutura adequadas, priorizando a equidade territorial. Ao integrar diferentes modalidades nas instituições públicas, consolida-se uma estratégia de superação das desigualdades de acesso e fortalecimento da presença do Estado como provedor de educação superior.

Objetivos Sustentáveis da ONU e suas respectivas metas[5], relacionadas ao objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Meta 4.3: Acesso igualitário à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidade.

[5] As metas dos ODSs aqui apresentadas foram adaptadas com o objetivo de facilitar a compreensão no contexto deste documento. Para consultar suas definições completas e oficiais, recomenda-se o acesso aos materiais das Nações Unidas disponíveis em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

		Meta 4.4: Aumentar significativamente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais relevantes para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo. Meta 4.7: Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. Meta 4.a: Melhorar e expandir a infraestrutura educacional, garantindo ambientes de aprendizagem seguros, acessíveis e inclusivos para todos. Meta 4.c: Aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores.
	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, com foco no acesso equitativo e acessível para todos.
	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Meta 10.2: Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas

2. Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo

Ampliar e qualificar a formação técnica e tecnológica é essencial para enfrentar os desafios estruturais do ensino pós-médio em São Paulo. A crescente complexidade das cadeias produtivas, o avanço das tecnologias digitais e as dinâmicas econômicas regionais exigem uma rede de formação profissional sólida, responsiva e integrada ao mundo do trabalho. Este objetivo busca consolidar o papel do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) como referência nacional no setor, ampliando sua capacidade de oferecer cursos de qualidade alinhados às demandas concretas do desenvolvimento produtivo.

A estratégia responde diretamente a desafios como a valorização docente, a articulação entre os níveis médio, técnico e superior, e a necessidade de reduzir desigualdades territoriais por meio da qualificação profissional. O fortalecimento das Etecs e Fatecs amplia as possibilidades de inserção produtiva para milhares de jovens, especialmente em regiões historicamente menos atendidas por oportunidades de formação compatíveis com as exigências do mercado de trabalho.

As ações previstas no Plano Plurianual (PPA) do Estado incluem desde a ampliação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos até o fortalecimento de formações articuladas entre ensino médio e superior. Também abrangem iniciativas de capacitação de docentes e servidores, além de cursos de curta duração voltados à formação continuada e ao aperfeiçoamento profissional. Essas frentes contribuem para elevar o nível de qualificação da população, promover maior inserção produtiva e alinhar a formação profissional às transformações em curso nos diversos setores da economia.

Objetivos Sustentáveis da ONU e suas respectivas metas[6], relacionados ao objetivo:

[6] As metas dos ODSs aqui apresentadas foram adaptadas com o objetivo de facilitar a compreensão no contexto deste documento. Para consultar suas definições completas e oficiais, recomenda-se o acesso aos materiais das Nações Unidas disponíveis em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Meta 4.3: Acesso igualitário à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidade. Meta 4.4: Aumentar significativamente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais relevantes para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo. Meta 4.7: Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. Meta 4.c: Aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores.
	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos	Meta 8.3: Incentivar políticas que apoiem a criação de empregos, empresas e inovação. Meta 8.6: Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

3. Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária com projetos e bolsas

A valorização da pesquisa científica, da inovação tecnológica e da extensão universitária é fundamental para consolidar um sistema de ensino superior comprometido com o desenvolvimento sustentável e com as demandas da sociedade paulista. Este objetivo responde aos desafios relacionados à ampliação do impacto público da universidade e à articulação de suas atividades com os territórios, promovendo conexões efetivas com as comunidades e os setores produtivos.

A proposta está vinculada a uma agenda que combina excelência acadêmica e compromisso com a transformação social, por meio da ampliação da participação de docentes e estudantes em projetos acadêmicos voltados à pesquisa aplicada, inovação e extensão. Ao fomentar a cultura científica e fortalecer vínculos institucionais com realidades locais, busca-se ampliar a relevância das universidades no enfrentamento de problemas concretos.

A abrangência desse objetivo se expressa em iniciativas que envolvem desde a produção de conhecimento qualificado (como publicações científicas indexadas por docentes com dedicação exclusiva e alto grau de titulação) até a realização de atividades de extensão voltadas à qualificação técnica, à difusão cultural e à prestação de serviços à comunidade. Nesse contexto, destaca-se também o estímulo à inovação por meio do desenvolvimento de projetos e do apoio direto a estudantes com bolsas de pesquisa, especialmente em áreas de alta relevância estratégica para o Estado. Esse estímulo contempla ainda a valorização do empreendedorismo como uma via essencial de aplicação do conhecimento gerado nas universidades. Tecnologias de base científica, social ou cultural devem desenvolvidas e cedidas para aprimoramento e uso por startups, organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, promovendo a inserção de estudantes e pesquisadores em trajetórias empreendedoras que conectam a produção acadêmica às necessidades reais da sociedade, gerando impactos sociais, econômicos e culturais relevantes.

Além de reforçar a vocação científica das universidades estaduais e instituições vinculadas, este objetivo consolida seu papel como agentes ativos na promoção de soluções tecnológicas e sociais. Sua implementação fortalece uma cultura acadêmica conectada à formação de qualidade, à inovação e ao compromisso público, pilares de um sistema educacional capaz de gerar impacto e responder às necessidades da população.

Objetivos Sustentáveis da ONU e suas respectivas metas[7], relacionadas ao objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Meta 4.3: Acesso igualitário à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidade.

Meta 4.4: Aumentar significativamente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais relevantes para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo.

Meta 4.7: Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Meta 4.b: Ampliar o número de bolsas para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, tecnológica, engenharia e científica.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Meta 8.2: Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Meta 9.5: Reforçar a pesquisa científica e melhorar a capacidade tecnológica dos setores industriais, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento, e os gastos público em pesquisa e desenvolvimento.

Meta 9.b: Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Meta 17.6: Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e regional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação.

[7] As metas dos ODSs aqui apresentadas foram adaptadas com o objetivo de facilitar a compreensão no contexto deste documento. Para consultar suas definições completas e oficiais, recomenda-se o acesso aos materiais das Nações Unidas disponíveis em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

4. Assegurar acesso e permanência, com assistência, alimentação e bolsas

Garantir que estudantes do ensino técnico e superior ingressem, permaneçam e concluam sua formação é essencial para enfrentar as desigualdades educacionais e ampliar as oportunidades de mobilidade social no Estado de São Paulo. Este objetivo responde diretamente aos desafios relacionados à evasão, que atinge de forma mais intensa estudantes de baixa renda, moradores de regiões periféricas e aqueles que são os primeiros de suas famílias a acessar o ensino pós-médio.
Fatores como insegurança alimentar, dificuldade de deslocamento, falta de moradia e acúmulo de responsabilidades familiares ou de trabalho estão entre as principais causas de desistência. Nesse contexto, políticas de permanência deixam de ser medidas complementares e assumem um papel estruturante, integrando o direito à educação a condições concretas para a continuidade dos estudos.

A atuação neste objetivo envolve três frentes principais: a oferta de bolsas e programas de assistência financeira para estudantes em situação de vulnerabilidade; a manutenção de serviços de alimentação nas instituições públicas, com foco em segurança alimentar e bem-estar; e o apoio à participação em atividades de extensão, por meio de bolsas e incentivos que reconhecem seu valor formativo e social. Essas ações estão presentes em programas institucionais, como os de permanência estudantil, os restaurantes universitários e os auxílios vinculados à extensão.

Além de reduzir a evasão, essas políticas reforçam o compromisso das instituições com a equidade e a permanência qualificada, criando as condições necessárias para que mais estudantes possam concluir seus cursos com dignidade, continuidade e perspectivas reais de desenvolvimento educacional e profissional.

Objetivos Sustentáveis da ONU e suas respectivas metas[8], relacionados ao objetivo:

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Meta 1.3: Implementar medidas e sistemas de proteção social adequados, com ampla cobertura dos pobres e vulneráveis.
Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	Meta 2.1: Acabar com a fome e garantir acesso universal, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, a alimentos seguros e nutritivos.
Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Meta 4.3: Acesso igualitário à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidade. Meta 4.5: Eliminar disparidades de gênero e garantir acesso igualitário à educação a todos os níveis da educação e formação profissional para grupos vulneráveis. Meta 4.7: Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento sustentável.
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Meta 10.2: Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas.

[8] As metas dos ODSs aqui apresentadas foram adaptadas com o objetivo de facilitar a compreensão no contexto deste documento. Para consultar suas definições completas e oficiais, recomenda-se o acesso aos materiais das Nações Unidas disponíveis em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Recomendações para Orientar Políticas Públicas no Setor Educacional

As recomendações a seguir foram elaboradas a partir dos principais desafios identificados neste documento e estão diretamente vinculadas aos objetivos estratégicos propostos para o ensino técnico e superior no Estado de São Paulo. Funcionam como orientações técnicas e políticas voltadas ao fortalecimento de um sistema educacional público mais justo, articulado e alinhado às demandas sociais e produtivas dos territórios paulistas.

Distribuídas por eixos diversos, abordam temas como a valorização docente, a ampliação qualificada do ensino a distância, o fortalecimento da permanência estudantil, o aproveitamento de infraestrutura pública e a promoção da equidade e da diversidade. Também consideram o papel estruturante da educação técnica na formação de trajetórias integradas entre ensino médio, técnico e superior.

Sua efetivação requer o compromisso das instituições de ensino, do poder público e da sociedade, e visa apoiar a formulação de políticas, planos e ações que ampliem o acesso, qualifiquem a formação e garantam condições para permanência e conclusão dos estudos em todo o Estado de São Paulo.

1. Manter o financiamento das universidades estaduais com base no modelo da autonomia

Garantir recursos estáveis e previsíveis para USP, Unesp e Unicamp, assegurando excelência no ensino, pesquisa e inovação.

O modelo de financiamento das universidades estaduais paulistas, baseado na vinculação de um percentual da arrecadação do ICMS, é um dos pilares da consolidação de USP, Unicamp e Unesp como instituições de excelência. Essa vinculação assegura previsibilidade orçamentária, autonomia de gestão e capacidade de planejamento de longo prazo, permitindo avanços contínuos no ensino, na pesquisa e na inovação, como os indicadores do período de 1989 até o presente atestam. Os resultados desse arranjo são evidentes: aumento das matrículas, expansão da pós-graduação, crescimento da produção científica e maior

inserção internacional. No contexto atual de transição fiscal e reforma tributária, torna-se ainda mais relevante preservar esse modelo como base da sustentabilidade institucional das universidades.

Recomenda-se, portanto, a manutenção do financiamento nos moldes do Decreto da Autonomia[9], garantindo que eventuais mudanças no sistema tributário não comprometam a estabilidade financeira e a capacidade de inovação das universidades públicas paulistas.

2. Ampliar a rede pública de formação técnica e tecnológica

Expandir a oferta de cursos técnicos e tecnológicos por meio do Centro Paula Souza, priorizando a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional.

A expansão do ensino técnico e tecnológico deve ser uma prioridade na consolidação do sistema estadual de educação pós-média. O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), por meio das Etecs e Fatecs, exerce papel estratégico nesse processo, dada sua ampla capilaridade, experiência consolidada e forte vínculo com as demandas regionais de qualificação.

A baixa presença da rede federal no Estado de São Paulo reforça a responsabilidade do sistema estadual em liderar a ampliação da oferta pública. Esse esforço também responde a um desafio nacional: comparado com países da OCDE e mesmo com alguns vizinhos da América do Sul, o Brasil possui uma das menores proporções de jovens matriculados em cursos técnicos.

Diante desse cenário, recomenda-se a abertura de novas unidades do CEETEPS, a diversificação de cursos com base nas vocações regionais e o fortalecimento das estruturas físicas, pedagógicas e de apoio estudantil. Trata-se de reposicionar a formação técnica como eixo estruturante das trajetórias educacionais e como motor do desenvolvimento econômico e social do Estado.

[9] Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a autonomia universitária das universidades estaduais paulistas e estabelece critérios de repasse orçamentário com base na arrecadação do ICMS. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29598-02.02.1989.html. Acesso em: junho de 2025.

3. Reforçar a oferta pública de ensino superior à distância

Ampliar e qualificar a presença da Univesp como alternativa pública, acessível e inovadora na modalidade EaD pública.

A educação superior a distância cresceu de forma acelerada no Brasil, principalmente via setor privado com fins lucrativos. No entanto, esse avanço nem sempre veio acompanhado de padrões adequados de qualidade acadêmica e estrutura de suporte ao estudante. Nesse cenário, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) se consolida como alternativa estratégica, pública e de qualidade.

Com presença em 375 municípios e mais de 80 mil alunos, a Univesp alia capilaridade territorial a um modelo pedagógico de base tecnológica e custos operacionais reduzidos.

Sua atuação tem sido fundamental na ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente em áreas como formação de professores, tecnologia e gestão pública.

Recomenda-se ampliar os investimentos na Univesp, com foco na melhoria da infraestrutura digital, na qualificação das equipes pedagógicas e na valorização de mediadores pedagógicos, ou tutores. Fortalecer a universidade é essencial para garantir uma oferta pública de ensino a distância flexível, escalável e conectada às necessidades dos territórios paulistas.

4. Fortalecer a permanência nos cursos à distância de formação de professores

Oferecer bolsas e apoios complementares para garantir a permanência de estudantes nas licenciaturas oferecidas na modalidade EaD.

Os cursos de pedagogia e licenciatura a distância são estratégicos para a formação de professores da educação básica, especialmente em regiões com pouca oferta presencial. No entanto, os índices de evasão indicam a necessidade de políticas mais estruturadas de permanência estudantil.
Recomenda-se a criação de mecanismos permanentes de apoio aos estudantes desses cursos, com destaque para bolsas de permanência, suporte pedagógico qualificado, ações de acessibilidade digital, atendimento psicossocial e mediações pedagógicas ativas.

Essas medidas devem considerar os diferentes perfis dos estudantes e os desafios próprios do ensino a distância.

Nesse contexto, a Univesp desempenha papel central na democratização do ensino superior público e na formação de professores para a rede pública. Apoiar institucionalmente sua atuação é fundamental para fortalecer a permanência nos cursos públicos e ampliar os impactos positivos em todo o território paulista.

5. Fortalecer o ensino médio público como parte essencial da trajetória educacional

Reconhecer a importância do ensino médio regular e técnico na continuidade da formação e no acesso ao ensino superior.

O ensino médio, em suas modalidades regular e técnica, é uma etapa central no percurso educacional dos jovens e deve ser reconhecido como parte integrante do sistema educacional estadual. Sua qualificação é fundamental para assegurar a continuidade da aprendizagem, reduzir desigualdades e ampliar o acesso ao ensino superior com qualidade.

Para isso, é necessário enfrentar desafios persistentes como a evasão, a fragmentação curricular e a baixa articulação com as etapas posteriores. Uma estratégia prioritária é fortalecer a formação inicial e continuada de docentes, por meio de licenciaturas de qualidade e programas de aperfeiçoamento conectados às redes escolares.

Além disso, é essencial promover políticas de valorização da carreira docente do ensino básico, com foco na formação, nas condições de trabalho e na permanência na profissão.

Qualificar o ensino médio é fortalecer as bases de todo o sistema educacional paulista, assegurando percursos formativos mais consistentes, integrados e equitativos.

6. Garantir condições de permanência no ensino superior universitário e tecnológico

Promover assistência estudantil, alimentação, bolsas e apoio psicossocial para reduzir a evasão e ampliar a conclusão dos cursos.

Assegurar que estudantes ingressem, permaneçam e concluam sua formação é um desafio estrutural para o ensino universitário e tecnológico público em São Paulo. Barreiras econômicas, territoriais e institucionais afetam especialmente estudantes de baixa renda, oriundos de regiões periféricas ou primeiros de suas famílias a acessar o ensino pós-médio.

Por isso, políticas de permanência devem ser tratadas como parte integrante da política educacional. Recomenda-se o fortalecimento de programas de assistência estudantil que incluam bolsas, alimentação, transporte, apoio psicossocial e espaços de acolhimento.

Também são essenciais a tutoria ativa, o acompanhamento pedagógico e, quando necessário, a flexibilização curricular.

Essas ações devem considerar as especificidades de cada instituição estadual, especialmente no caso da Univesp, cujo modelo a distância exige formas adaptadas de apoio à permanência. Sem condições reais de continuidade, o acesso à educação pública corre o risco de não se traduzir em formação concluída nem em oportunidades efetivas.

7. Compartilhar recursos de infraestrutura entre o Centro Paula Souza e a Univesp

Aproveitar espaços e estruturas físicas já existentes para qualificar a presença da Univesp nos territórios.

Com a nova Política Nacional de Educação a Distância[10] os cursos EaD devem contar com atividades presenciais obrigatórias, como avaliações, práticas laboratoriais e momentos de interação acadêmica. Para atender a essas exigências com qualidade e capilaridade, recomenda-se o compartilhamento da infraestrutura física entre a Univesp e as unidades do CEETEPS, especialmente as Fatecs e, quando viável, também as Etecs. Essas unidades podem funcionar como polos de apoio presencial da Univesp, utilizando de forma articulada salas de aula, laboratórios, bibliotecas, redes de conectividade e espaços de tutoria.

Em localidades com laboratórios específicos, recomenda-se ainda a oferta de cursos de atualização para professores do ensino médio, com foco na valorização docente.

A proposta contribui para qualificar a experiência dos estudantes da Univesp, ampliar o uso racional dos equipamentos públicos e consolidar uma cultura de cooperação territorial entre instituições estaduais.

8. Estruturar planos de carreira, desenvolvimento e avaliação para docentes das instituições estaduais

Estabelecer políticas de valorização e qualificação docente para as Fatecs e outras IES estaduais que venham a se organizar.

[10] Decreto nº12.456/2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-17-de-marco-de-2025-549876321. Acesso em: junho de 2025.

A valorização da docência é um componente central para garantir a qualidade da educação pública no ensino técnico e superior. No caso das Fatecs, e de futuras instituições estaduais que venham a se organizar, é fundamental a criação de planos de carreira que assegurem estabilidade, desenvolvimento profissional e reconhecimento institucional aos docentes.

Além da estruturação de carreiras, recomenda-se a implantação de programas de desenvolvimento e avaliação acadêmica, com critérios claros e públicos que incentivem a formação continuada, o aperfeiçoamento pedagógico e o alinhamento entre a atuação docente e os objetivos institucionais.

Essas iniciativas devem ser acompanhadas de mecanismos permanentes de avaliação institucional, capazes de aferir resultados, promover a melhoria contínua e fortalecer a gestão das políticas educacionais no ensino técnico e superior.

A ausência desses mecanismos compromete a atratividade da profissão, a permanência de profissionais qualificados e a consolidação de práticas educacionais de excelência. Políticas consistentes de valorização docente são indispensáveis para construir trajetórias profissionais sólidas e comprometidas com a missão pública da educação superior.

9. Ampliar a diversidade e consolidar as ações afirmativas no ensino público estadual

Manter e expandir políticas de cotas e inclusão para estudantes, docentes e servidores nas instituições públicas de ensino superior e técnico.

Promover a diversidade no ensino técnico e superior é essencial para ampliar o acesso, garantir equidade e fortalecer a representatividade institucional. Em São Paulo, importantes avanços foram conquistados com a adoção de políticas de cotas voltadas a estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI), que devem ser mantidas e aprofundadas.

Recomenda-se que as universidades estaduais (USP, Unicamp, Unesp e Univesp), as faculdades isoladas e o CEETEPS ampliem essas ações afirmativas, tanto nos processos seletivos de ingresso estudantil quanto em programas de pós-graduação e concursos públicos para docentes e servidores técnico-administrativos, respeitando as especificidades de cada instituição.

O fortalecimento da diversidade nos corpos estudantil, docente e técnico contribui para ambientes acadêmicos mais plurais, estimula a produção de conhecimento conectada com os desafios sociais e qualifica democraticamente o sistema público de ensino.

Avançar nessa agenda é um compromisso com a justiça social e com a excelência institucional.

10. Construir articulação entre instituições públicas e privadas

Unir esforços entre instituições públicas e privadas com metas e indicadores compartilhados.

O sistema de ensino superior paulista é composto por uma diversidade de instituições públicas (estaduais, federais e municipais) e privadas, com diferentes perfis e modelos de atuação. Considerá-lo como um ecossistema integrado é essencial para ampliar a eficiência, a complementaridade e o alcance das políticas públicas.

Recomenda-se a construção de articulações interinstitucionais que promovam estratégias conjuntas de expansão, qualificação e monitoramento, com metas e indicadores comuns. A colaboração deve respeitar a diversidade institucional e coordenar suas especificidades para ampliar a oferta formativa e otimizar os recursos públicos.

A formação de redes entre instituições presenciais ou a distância, técnico-tecnológicas ou universitárias, públicas ou privadas, é um caminho para soluções mais sustentáveis e estruturantes, baseadas na transparência, na corresponsabilidade e no compromisso com o interesse público.

Ações Estratégicas, Indicadores e Metas

Os objetivos estratégicos apresentados neste documento estão diretamente conectados a ações, indicadores e metas previstas no Plano Plurianual (PPA) do Estado de São Paulo para o período de 2024 a 2027[11]. Esta seção tem como finalidade evidenciar essa articulação, demonstrando que parte significativa das diretrizes propostas já encontra respaldo em instrumentos existentes do planejamento estadual.

Para cada objetivo estratégico, foram identificados ações e produtos do PPA com aderência temática e institucional, além de indicadores e metas capazes de aferir o avanço das diretrizes propostas. Esses elementos foram organizados de forma a demonstrar com clareza como os esforços aqui delineados se conectam a iniciativas já em andamento no governo estadual.

A seleção priorizou ações e indicadores que oferecem base concreta para implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados esperados. Quando necessário, notas de rodapé indicam fontes complementares ou sugestões de indicadores adicionais, ampliando a capacidade de monitoramento.

Com isso, evidenciam-se as conexões práticas entre os objetivos estratégicos e os instrumentos já presentes no planejamento estadual, apresentados a seguir.

[11] Plano Plurianual do Estado de São Paulo (2024–2027). Disponível em: https://ppa.sp.gov.br/. Acesso em: junho de 2025.

Objetivo Estratégico 1: Expandir a oferta pública de educação superior, presencial e EAD, com infraestrutura e novas vagas

Visa garantir o aumento quantitativo e qualitativo do acesso à educação superior, fortalecendo a infraestrutura das instituições e promovendo ampliação das vagas, especialmente em cursos à distância, contribuindo assim para a redução das desigualdades educacionais e para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Adequação da estrutura física das universidades e faculdades públicas.
2. Ensino de graduação nas universidades e faculdades estaduais.
3. Ensino de pós-graduação e pesquisa nas universidades e faculdades estaduais.
4. Promoção e expansão do ensino superior à distância.
5. Melhoria do ecossistema do ensino superior.
6. Apoio técnico administrativo do ensino superior.

Os indicadores a seguir, extraídos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, foram selecionados para monitorar o cumprimento deste objetivo estratégico, permitindo a avaliação de sua implementação ao longo do período[12] [13]:

[12] Complementando os indicadores apresentados, e ainda vinculados ao objetivo estratégico de "expandir a oferta pública de educação superior, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas", o PPA também contempla os seguintes indicadores relevantes para o monitoramento das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado. Indicador do programa "ensino superior no estado de São Paulo": número de novas vagas no ensino de graduação a distância (UNIVESP). Indicadores de produtos: área das universidades e faculdades estaduais paulistas construídas (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); áreas de adequação ou reforma da estrutura física das universidades e faculdades públicas (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); número de mestres e doutores titulados no ensino superior (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP).

[13] Os indicadores de alunos matriculados referem-se ao número total de estudantes com registros ativos de matrícula nos cursos de graduação ou pós-graduação, conforme declarados pelas instituições no respectivo ano. Não se trata da quantidade de vagas ofertadas nem do número de matrículas realizadas em disciplinas ou semestres específicos, mas sim do contingente de alunos formalmente vinculados a um curso, com matrícula válida no período considerado.

Tabela 2 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 1: expandir a oferta pública de educação superior, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	Fonte	2026	2027
Número de vagas em cursos de graduação por mil habitantes (presenciais e EAD) [14]	Censo Escolar do Inep	1,83	1,86
Número de alunos matriculados na graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	120.850	120.900
Número de alunos matriculados no ensino de pós-graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	70.767	71.117
Número de alunos matriculados/ano nos cursos de graduação à distância	UNIVESP	101.940	106.300
Número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação/ano	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA, FAMERP e UNIVESP	293.557	298.317
Número de alunos concluintes da graduação	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	17.200	17.250
Número de alunos concluintes nos cursos de graduação à distância	UNIVESP	11.000	12.000

[14] O indicador refere-se à oferta anual de vagas em cursos de graduação das universidades estaduais paulistas, considerando modalidades presenciais e a distância.

Objetivo Estratégico 2: Oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo

Tem como propósito formar profissionais qualificados, alinhados às demandas do setor produtivo, ampliando o potencial de empregabilidade e a competitividade do estado, por meio de educação técnica e tecnológica de alta qualidade oferecida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Desenvolvimento da educação profissional tecnológica;
2. Desenvolvimento da educação profissional técnica;
3. Desenvolvimento do ensino técnico integrado ao médio;
4. Desenvolvimento da formação articulada entre os níveis médio-técnico e superior (AMS);
5. Formação inicial e educação continuada;
6. Capacitação de docentes e servidores do CEETEPS.

A seleção de indicadores abaixo, com base no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, tem por objetivo apoiar o acompanhamento da execução deste objetivo estratégico, contribuindo para o monitoramento de seus resultados ao longo dos próximos anos[15]:

[15] Além dos indicadores já destacados, o PPA também contempla os seguintes indicadores relevantes para o monitoramento das ações relacionadas ao objetivo estratégico de "oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo". Indicador do programa "educação profissional técnica e tecnológica": número de concluintes de cursos de formação inicial e educação continuada oferecidos pelo CPS. Indicadores de produtos: número de vagas ofertadas no vestibular para o ensino tecnológico do CPS; número de vagas ofertadas no vestibulinho para o ensino técnico (CPS); número de vagas ofertadas no vestibulinho para o ensino técnico integrado ao médio do CPS; número de vagas ofertadas no vestibulinho para a formação profissional articulada entre os níveis médio técnico e superior (AMS) do CPS; número de municípios atendidos com cursos de formação inicial e educação continuada oferecidos pelo CPS; número de vagas ofertadas nas atividades e cursos de capacitação para profissionais do CPS; número de certificados emitidos para profissionais do CPS capacitados.

Tabela 3 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 2: oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico (em unidades)	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número de matrículas no ensino técnico oferecido pelo CPS	Centro Paula Souza	77.768	65.308
Número de matrículas no ensino técnico integrado ao médio oferecidas pelo CPS	Centro Paula Souza	162.420	173.485
Número de matrículas na formação profissional articulada entre os níveis médio-técnico e superior (AMS) do CPS	Centro Paula Souza	13.854	17.644
Número de matrículas no Ensino tecnológico oferecido pelo CPS	Centro Paula Souza	96.461	98.965
Número de matrículas na formação inicial e educação continuada	Centro Paula Souza	7.500	8.000
Número de concluintes nas faculdades de tecnologia (FATECS) do CPS	Centro Paula Souza	14.150	14.750
Número de concluintes nas escolas técnicas estaduais (ETECS) do CPS	Centro Paula Souza	86.824	86.233

Tabela 4 – Indicador complementar, elaborado a partir da consolidação de dados do PPA, referente ao número total de matrículas no ensino técnico.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número total de matrículas no ensino técnico	Centro Paula Souza	254.042	256.437

Objetivo Estratégico 3: Impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária com projetos e bolsas

Busca ampliar a produção científica, tecnológica e de inovação no estado, incentivando a participação de docentes e discentes em projetos de pesquisa e extensão, fortalecendo a articulação entre conhecimento acadêmico, demandas sociais e o setor produtivo — inclusive com estímulo a iniciativas empreendedoras que promovam a aplicação prática e a difusão dos conhecimentos gerados.

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Pesquisa, desenvolvimento e inovação.
2. Bolsas de estudos para pesquisa e desenvolvimento nas faculdades públicas.
3. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e extensão (ensino técnico e tecnológico).
4. Extensão universitária, difusão cultural e prestação de serviços à comunidade.

Com base no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, os indicadores a seguir foram definidos para mensurar a efetividade das ações previstas neste objetivo estratégico e permitir o acompanhamento de sua evolução no período[16]:

Tabela 5 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 3: impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária, com projetos e bolsas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico (em unidades)	**Fonte**	**2026**	**2027**
Número de publicações indexadas por docente	USP, UNICAMP e UNESP	2,93	2,93
Número de docentes e discentes em projetos de desenvolvimento, pesquisa, inovação e extensão (CPS)	Centro Paula Souza	44.536	45.432
Número de alunos matriculados na extensão universitária e em serviços à comunidade	USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP	54.630	55.170

[16] No contexto do objetivo estratégico de "impulsionar a pesquisa, a inovação e a extensão universitária por meio de projetos e bolsas", o PPA reúne também indicadores complementares que contribuem para acompanhar as ações implementadas pelo Governo do Estado. Indicadores de produtos: número de alunos concluintes nos cursos de extensão universitária (USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA e FAMERP); número de patentes requeridas (depositadas) no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI (USP, UNICAMP e UNESP); número de projetos de desenvolvimento, pesquisa, inovação e extensão (CPS); Número de bolsas para pesquisa e desenvolvimento a estudantes da graduação (FAMEMA e FAMERP); número de visitantes em exposições e mostras do acervo (USP); número de mostras e exposições do acervo (USP).

Objetivo Estratégico 4: Assegurar acesso, permanência com assistência, alimentação e bolsas

Foca na redução das desigualdades sociais no acesso e na conclusão da formação técnica e superior, por meio de políticas de permanência estudantil, alimentação e apoio financeiro, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade.

Ações estratégicas do PPA que contribuem para a realização do objetivo:

1. Permanência estudantil.
2. Restaurantes universitários.
3. Bolsa auxílio financeiro para estudantes da extensão das faculdades públicas.

Os indicadores listados a seguir, extraídos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, possibilitam acompanhar o avanço deste objetivo estratégico, orientando a avaliação de alcance até 2027[17]:

Tabela 6 – Indicadores estratégicos e metas para o Objetivo Estratégico nº 4: assegurar o acesso e a permanência estudantil, por meio de assistência estudantil, alimentação e bolsas.
Fonte: Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Governo do Estado de São Paulo.

Indicador Estratégico	Fonte	2026	2027
Número de alunos atendidos com bolsas, programas e auxílios para permanência estudantil (em unidade)	USP, UNESP, UNICAMP, FAMEMA e FAMERP	38.914	39.164
Percentual de bolsas e auxílios oferecidos por demanda recebida (em porcentagem)	USP, UNESP, UNICAMP, FAMEMA e FAMERP	84	84
Número de refeições servidas nos restaurantes universitários (em unidade)	USP e UNICAMP	8.400.000	8.425.000

[17] Para o objetivo estratégico de "assegurar acesso, permanência e qualificação por meio de assistência estudantil, alimentação, bolsas e cursos rápidos", o PPA inclui indicadores adicionais que reforçam o acompanhamento das iniciativas voltadas à equidade e ao apoio integral aos estudantes. Indicadores de produtos: número de refeições servidas por aluno (USP e UNICAMP); número de bolsas para pesquisa e desenvolvimento a estudantes da graduação (FAMEMA e FAMERP); número de alunos atendidos com bolsas para pesquisa e desenvolvimento (FAMEMA e FAMERP); número de alunos atendidos com bolsas auxílio financeiro em relação aos matriculados na extensão (FAMEMA e FAMERP); número de bolsas auxílio financeiro para estudantes da extensão para estudantes matriculados na extensão para qualificação e fomento da relação com as comunidades acadêmica e externa (FAMEMA e FAMERP).

Secretaria de
Ciência, Tecnologia e Inovação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS